



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E
PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO: UM ESTUDO DE
CASO COM ADOLESCENTES PRIVADOS DE
LIBERDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Jana Gonçalves Zappe

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E PROCESSOS DE
IDENTIFICAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO COM ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE**

por

Jana Gonçalves Zappe

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de
Concentração em Psicologia da Saúde, Linha
de Pesquisa: Saúde, desenvolvimento e contextos sociais da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Psicologia

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Garcia Dias

Santa Maria, RS, Brasil

2010

Z35a Zappe, Jana Gonçalves
Adolescência, ato infracional e processos de identificação : um estudo de caso com adolescentes privados de liberdade / por Jana Gonçalves Zappe. – 2010. 148 f. ; il. ; 30 cm

Orientador: Ana Cristina Garcia Dias
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2010.

1. Psicologia 2. Psicologia do adolescente 3. Adolescente institucionalizado 4. Delinqüência juvenil I. Dias, Ana Cristina Garcia I. Título II. Título: Um estudo de caso com adolescentes privados de liberdade.

CDU 159.922.8

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado


**ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E PROCESSOS DE
IDENTIFICAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO COM ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE**

elaborada por
Jana Gonçalves Zappe

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia

Comissão Examinadora:


Ana Cristina Garcia Dias, Dr^a.
(Presidente/Orientador)


Débora Dalbosco Del'aglio, Dr^a. (UFRGS)


Dorian Mônica Arpini, Dr^a. (UFSM)

Vera Regina Röhnelt Ramires, Dr^a. (UNISINOS)
(suplente)

Santa Maria, 12 de janeiro de 2011.

Dedicamos este trabalho às crianças e adolescentes brasileiros que se encontram cotidianamente expostos ao desamparo em suas múltiplas formas, desejando que futuramente o país possa oferecer condições mais favoráveis ao desenvolvimento saudável.

Agradecimentos

À Ana Cristina, orientadora deste trabalho, que acolheu minhas questões e ofereceu o suporte necessário ao desenvolvimento deste trabalho;

Às professoras que integram a Comissão Examinadora, que gentilmente aceitaram o convite de contribuir com sugestões para a qualificação do trabalho e finalmente com a avaliação dele;

À Cris, colega que realizou as entrevistas, pela forma cuidadosa com que sempre conduziu as atividades;

À Iara, Kátia, Thatiane, Paula, Carina e Tainan, pelo interesse na pesquisa e pela dedicação que tiveram ao transcrever as entrevistas;

Aos adolescentes que dividiram conosco suas trajetórias de vida marcadas por violências, angústias e fragilidades, revelando aspectos indispensáveis ao conhecimento destes casos;

À FASE-RS, que autorizou a realização desta pesquisa;

À minha família, origem e destino de toda conquista. Neste momento, especialmente à vó Judith. Aos meus pais, irmãos, sobrinhos, tios, primos. Ao Marco, meu marido, e seus familiares, família que também tenho como minha;

À Deus, à Vida;

MUITO OBRIGADA!

*“Quando nos ameaça na esquina, pela primeira vez, o menino não aponta para nós sua arma do alto de sua arrogância onipotente e cruel, mas do fundo de sua **impotência mais desesperada.** (...)*

*Na esquina, apontando-nos a arma, o menino lança a nós um **grito de socorro, um pedido de reconhecimento e valorização.** (...)*

*Há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a **fome de sentido e de valor; de reconhecimento e de acolhimento; fome de ser – sabendo-se que só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza**”.*

Luis Eduardo Soares, em Cabeça de Porco (2005).

RESUMO

**Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Maria**

ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO COM ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

Autora: Jana Gonçalves Zappe
Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Cristina Garcia Dias
Data e local da defesa: Santa Maria, 12 de janeiro de 2011

Este trabalho buscou investigar como a violência e a prática de atos infracionais participam dos processos de identificação que acabam por constituir a identidade do adolescente em conflito com a lei. Para atingir os objetivos propostos, realizamos um estudo de casos múltiplos. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas individuais guiadas com cinco adolescentes do sexo masculino internados para cumprimento de medida sócio-educativa. A análise dos dados revelou a existência de uma forte associação entre drogadição e delinquência, a presença de violência nas trajetórias de vida dos adolescentes e fragilidades nas relações familiares. Em conjunto, estes resultados sugerem a existência de dificuldades no processo de construção de identidade destes adolescentes que se originam em momentos precoces do desenvolvimento, conforme a bibliografia consultada. Em conclusão, sugerimos a necessidade de desenvolvimento de novos estudos para esclarecer estas questões. Ao final, apresentamos uma discussão com o intuito de relacionar nossos resultados com algumas propostas de intervenção como o conceito de protagonismo juvenil e o modelo da Justiça Restaurativa.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia do Adolescente, Adolescente Institucionalizado, Delinquência Juvenil

ABSTRACT

**Master's Thesis
Postgraduate Program in Psychology
Universidade Federal de Santa Maria**

ADOLESCENCE, INFRACTIONAL ACTS AND IDENTIFICATION PROCESSES: A CASE STUDY WITH ADOLESCENTS DEPRIVED OF FREEDOM

Author: Jana Gonçalves Zappe
Advisor: Prof^a Dr^a Ana Cristina Garcia Dias
Date and place of defense: Santa Maria, January 12, 2011.

This paper aimed to investigate how violence and the practice of infrafractional acts participate on the identification processes that result in the identity of adolescents in conflict with the law. A multiple case study was carried out to achieve the proposed aims. Data was collected through guided individual interviews with five male adolescents imprisoned for social and educational rehabilitation. Data analysis revealed a strong association between drug abuse and delinquency, the presence of violence in the life course of adolescents and fragilities in family relationships. Such results suggest the existence of difficulties in the process of identity construction of those adolescents that begin in early developmental times, according to the bibliography consulted. In conclusion, we suggest the need to develop new studies to clarify such issues. Finally, we present a discussion aiming to relate our results with some proposals of intervention, such as the concept of juvenile protagonism and the model of the Restorative Justice.

KEYWORDS: Adolescent Psychology, Institutionalized Adolescent, Juvenile Delinquency.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Artigo teórico.....	113
Anexo B – Temas abordados na entrevista guiada	134
Anexo C – Letra do rap “Depoimento de um Viciado”, Detentos do Rap	135
Anexo D – Termo de Consentimento Livre Esclarecido	137
Anexo E – Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (UFSM)	138
Anexo F – Desenho do adolescente Igor	139
Anexo G – Folhas escritas pelo adolescente Anderson	140
Anexo H – Desenho do adolescente Cristofer	148

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	10
1.1 Delinquência juvenil na produção científica	16
1.2 Sociedade contemporânea e construção de identidade: mapeando associações entre adolescência e violência	28
CAPÍTULO 2 – ASPECTOS METODOLÓGICOS E BIOÉTICOS DA PESQUISA	43
2.1 Delineamento.....	43
2.2 Instrumentos e Procedimentos.....	43
2.3 Considerações éticas.....	44
2.4 Descrição das oficinas e da seleção dos participantes.....	47
2.5 Análise das Informações.....	51
CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS	53
3.1 Caso 1 - Igor	53
3.2 Caso 2 - Anderson	63
3.3 Caso 3 - Cristofer.....	75
3.4 Caso 4 - Pedro	84
3.5 Caso 5 - Tiago	87
3.6 Discussão integrada dos casos.....	89
CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO	96
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	104

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

As causas violentas são responsáveis pela morte de mais de um milhão de pessoas no mundo a cada ano, segundo dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde (2002). Se somarmos a isso todos os casos de violência não letal, bem como todas as lesões e danos físicos e emocionais decorrentes de atos violentos, que atingem tanto as vítimas quanto suas famílias, os números serão ainda mais expressivos da magnitude do fenômeno violência.

Endêmica, a violência se constitui num grave problema social com sérias repercussões para a saúde pública, pois afeta a saúde individual e coletiva, tanto no país como no mundo. Enquanto um problema social, a violência acompanha toda a história da humanidade e, atualmente, está relacionada com a realidade conflituosa de um cenário social marcado por sérias desigualdades, atingindo a juventude de modo particular.

Segundo documento elaborado pelo Ministério da Saúde, o crescimento das taxas de criminalidade e das consequências da violência, particularmente nas regiões metropolitanas, está associado com as condições e circunstâncias da escassez de oportunidades e perspectivas. Isso se intensifica no caso dos jovens que são cotidianamente bombardeados pelos apelos de consumo, ao mesmo tempo em que faltam oportunidades legítimas de reconhecimento e de chances sociais (BRASIL, 2005). Assim, a adolescência seria um momento do desenvolvimento em que o sujeito se encontra especialmente vulnerável aos efeitos da violência.

Para diversos autores, a adolescência se caracteriza pela indefinição e pelo inacabamento, ou seja, um momento do desenvolvimento em que o sujeito que não é mais criança, mas ainda não é adulto. Trata-se de um processo eminentemente psicológico de constituir um lugar e, principalmente, uma identidade, a partir de referências sociais, que transcendem as relações familiares (ABERASTURY; KNOBEL, 1992, CALLIGARIS, 2000, MELMAN, 1999, RASSIAL, 1999, RUFINO, 1993, WINNICOTT, 1994).

De um ponto de vista psicossocial, considera-se que a identidade será construída com base em duas referências básicas: o corpo e o conjunto de papéis sociais. A identidade se configura, então, como um correlato da imagem do corpo, construída com base na existência física, e como um ponto de condensação dos papéis que o indivíduo ocupa nas duas interações sociais (COSTA, 2003).

Nesse trabalho, a identidade será concebida como o resultado de complexos mecanismos identificatórios, a partir dos quais o próprio sujeito irá se constituir. Lembramos que o conceito de identificação assumiu, na obra freudiana, um valor central que o tornou a operação pela qual o sujeito humano assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro (LAPLANCHE, 1992). A partir desse processo, a personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações, que ocorrem em contextos do qual o indivíduo faz parte.

Assim, será através dos processos de identificação que um sujeito irá construir sua identidade, incorporando aspectos dos outros com os quais convive e, num sentido mais amplo, da própria coletividade da qual faz parte. Na adolescência, o processo de construção da identidade será caracterizado pela busca de autonomia (distanciando o jovem do lugar infantil de dependência dos pais), e de reconhecimento (processo que culmina com a conquista de um lugar social). Em busca de autonomia e reconhecimento social, quais as referências que o jovem encontra nos outros de seu contexto para se identificar e construir sua identidade?

Calligaris (2000) aponta que, para ser reconhecido em nossa cultura, é preciso ser desejável ou ser invejável. Assim, salienta que a busca da felicidade e do reconhecimento social pela comunidade passa por dois campos nos quais importa se destacar: as relações amorosas, sexuais e o poder no campo produtivo, financeiro e social.

O rompimento com os ideais e valores tradicionais, e o culto contemporâneo à liberdade e autonomia produziram uma configuração em que os caminhos possíveis para a busca de felicidade e reconhecimento social não estão dados e, muito menos, garantidos. Somando a isso o enfraquecimento das referências simbólicas, bem como o cenário de intensas desigualdades sociais, que impõem sérios obstáculos para a conquista de reconhecimento, parece temos um terreno fértil para a associação entre adolescência e violência.

Através da prática do ato infracional, o adolescente satisfaz o ideal social de poder pela apreensão imediata de objetos socialmente valorizados. Não é por acaso que a maioria dos atos infracionais cometidos por adolescentes correspondem a crimes contra o patrimônio (CRAIDY; GONÇALVES, 2005, TEIXEIRA, 2005; VOLPI, 1997, ZAPPE; RAMOS, 2010). Além disso, através da violência o jovem consegue produzir medo. Essa parece ser uma alternativa de reconhecimento para aqueles que não conseguiram conquistar um espaço na sociedade e, portanto, respeito. O medo seria o equivalente físico, real, do respeito, o qual possui um caráter simbólico (CALLIGARIS, 2000).

Nesse sentido, Oliveira (2001) entende a passagem ao ato delinqüente como um atalho na busca de reconhecimento, efetuada em situações onde o reconhecimento simbólico foi recusado, como é o que pode ocorrer com mais intensidade nas classes populares. Assim, a autora defende que a associação para o crime e a participação em gangues também se constituem como recursos para obtenção de reconhecimento social, ainda que pela negatividade.

Sendo assim, formulamos a hipótese de que a violência e a prática de atos infracionais participam dos processos de identificação que acabam por constituir a identidade do adolescente. Encontramos indícios que nos auxiliaram na construção dessa hipótese nas paredes dos dormitórios ocupados por adolescentes em conflito com a lei em um estabelecimento de privação de liberdade da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS). Nestes locais, é comum que os adolescentes escrevam, ao lado ou abaixo de seu nome ou apelido, o artigo penal correspondente ao ato infracional cometido (por exemplo, 157, que corresponde a assalto; 121, que corresponde a homicídio, etc). Assim, o ato infracional aparece como uma extensão do nome que identifica o adolescente e comunica ao outro algo de si.

Com relação a isso, Rosário (2004) descreve outra situação, observada entre os adolescentes da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, do município de Guarujá, em São Paulo (FEBEM/SP), que também evidencia a relação entre o ato infracional cometido e a dinâmica de identificação com a criminalidade. Quando o adolescente chega na instituição e é encaminhado para o convívio com os demais, antes mesmo que perguntem o seu nome, logo é questionado pelos outros adolescentes sobre o delito que motivou sua internação. Desta forma, a identificação do delito fala de uma representação com o “mundo do crime”, no qual estes jovens estão inseridos e se identificam como semelhantes.

Além disso, vemos com frequência nas paredes da mesma instituição a inscrição de siglas que denominam associações (Comandos) ligadas ao crime organizado, das quais citamos o PCC (Primeiro Comando da Capital) como exemplo de uma organização desta ordem, a nível nacional. Na cidade de Santa Maria, local no qual esse estudo foi realizado, temos, por exemplo, o Comando da São João (CSJ), o Comando da Zona Norte (CZN), entre outros, cuja referência territorial é evidente. Essas inscrições parecem revelar que o ato infracional identifica o adolescente, tanto quanto o seu próprio nome ou apelido. Além disso, revelam o pertencimento a grupos marcados por referências oriundas da criminalidade, que igualmente servem para identificá-los.

Outras evidências que nos sugerem essa identificação dos adolescentes com a criminalidade são as inscrições de frases retiradas de letras de *rap* nas paredes da instituição. Por exemplo, citamos a frase “*ladrão sangue bom tem morau nas quebrada*”, a qual revela não apenas a identificação com a criminalidade, mas também o *status* de poder que essa associação oferece. Outra expressão bastante comum é “*vida loka*”, que é o título de uma letra do grupo de *rap* Racionais, cujo conteúdo aborda a vida na periferia e os valores presentes neste contexto, as violências, a miséria, a desigualdade social, o consumismo, o racismo, entre outros.

Com relação ao *status* de poder e a *glamourização do crime*, Rosário (2004, p.100-101) cita fragmentos da fala de adolescentes internos da FEBEM/SP, que expressam esta hipótese. “O crime compensa para quem investe. Tem um maluco na minha quebrada, o cara já é velhã e ainda tá (sic) no crime. Ele sim é bandido. Nós somos sombra, somos pipoca.” Neste relato, é possível identificar a valorização do crime, que é visto como compensatório, e a valorização do bandido como um ideal a ser conquistado. Em outro relato, identificamos de forma ainda mais enfática a valorização do bandido como um ideal de masculinidade: “Meu padrasto fazia parte do PCC. Era um bandido de proceder. Já matou muito maluco. Até na hora da morte ele foi homem. Morreu com honra, porque em nenhum momento pediu por sua vida.” Nestes relatos, fica claro que há uma dinâmica de relações e identificações entre os diferentes sujeitos desse contexto, onde o bandido é visto como um modelo de masculinidade e poder, um modelo, portanto, de identificação a ser seguido.

Encontramos também estas mesmas inscrições nos próprios corpos dos adolescentes, sob a forma de tatuagens. Aqui, aparecem como marcas mais definitivas, pois escritas de modo mais ou menos irreversível na pele e, talvez por isso, indícios mais seguros de que se constituem como referências identificatórias. Nesse sentido, as tatuagens dos adolescentes aparecem como um recurso duplamente significativo: de um lado, o conteúdo das tatuagens revela as referências que o jovem lança mão para a construção da identidade e, de outro, a própria forma como o adolescente expressa suas referências. Através da imagem visual e da inscrição na pele, o jovem pode revelar um modo privilegiado de construir identidade a partir de vias imaginárias e reais, já que faltam as simbólicas.

A partir disso, propomos a realização de uma pesquisa buscando investigar como a violência e a prática de atos infracionais participa dos processos de identificação e construção da identidade do adolescente autor de atos infracionais no contexto contemporâneo, priorizando-se a fala dos próprios adolescentes a esse respeito. Em outras palavras, gostaríamos de ouvir o que os adolescentes dizem sobre suas relações com a violência e a

prática de atos infracionais, procurando responder a alguns questionamentos: como eles dizem quem são, ou seja, como se apresentam ao outro? Como percebem a prática de atos infracionais em suas vidas? Como percebem essas marcas identificatórias (tatuagens e inscrições nas paredes) associadas à criminalidade? O que elas falam a respeito deles próprios e dos outros jovens? Esses jovens possuem um projeto de vida?

Alguns trabalhos enfatizam que os adolescentes autores de atos infracionais costumam ser vistos prioritariamente através das imagens que a mídia constrói sobre eles, assim sendo considerados como perigosos e responsáveis pelas elevadas taxas de criminalidade. Contudo, esta imagem não corresponde à realidade se considerarmos algumas estatísticas. Os adolescentes morrem muito mais do que matam, assim há um número maior de adolescentes que são vítimas de violência com relação aos que são autores e, em geral, são responsáveis por apenas 10% das ocorrências policiais (OLIVEIRA, 2005). Em função disso, nosso trabalho torna-se relevante à medida que pretende dar voz aos próprios adolescentes e priorizar suas falas, aspectos ainda pouco conhecidos pela sociedade em geral, já que há o predomínio da imagem construída pela mídia. Nesse sentido, esperamos contribuir com a abordagem de aspectos ainda pouco conhecidos ou divulgados sobre estes casos, o que é fundamental para o adequado enfrentamento do problema.

Acreditamos que nosso trabalho justifica-se também a partir da necessidade de conhecimentos que possam subsidiar propostas de intervenções, sobretudo com relação ao papel do psicólogo neste contexto. Sabe-se que estes casos se distanciam dos ditos casos clássicos em vários aspectos, exigindo do psicólogo a criação de novas formas de intervenção, as quais, na maioria das vezes, irão ocorrer em contextos também diferentes dos contextos clássicos, como em instituições. Assim, à medida que nosso trabalho possibilita conhecer melhor a dinâmica de funcionamento destes jovens, ele poderá ser útil para pensarmos sobre possíveis formas de abordagem terapêutica destes casos.

Inicialmente, apresentamos uma revisão de literatura com os principais estudos e teorias que auxiliaram na construção do projeto de pesquisa e na compreensão dos casos que investigamos. Realizamos uma revisão de estudos e pesquisas que abordaram a temática da delinquência juvenil, o que permitiu situarmos o nosso estudo no contexto das produções científicas brasileiras já existentes a respeito do tema que será investigado. Além disso, revisamos os principais textos psicanalíticos sobre adolescência e violência, já que este foi o referencial escolhido para a análise dos dados.

Assim, o Capítulo 1 está dividido em duas subunidades: na primeira, apresentamos uma revisão das pesquisas sobre o tema da delinquência juvenil, priorizando os estudos

publicados em periódicos científicos nacionais. Com isso, buscamos apresentar uma visão panorâmica sobre os estudos que vêm sendo realizados sobre o tema, identificando quais as principais situações que têm sido associadas com a delinquência. Na segunda, apresentamos uma revisão teórica, priorizando o referencial psicanalítico, onde buscamos discutir as relações entre a adolescência e a prática de atos infracionais no contexto do desenvolvimento psíquico. Partimos de considerações acerca do contexto sócio-cultural contemporâneo para pensarmos sobre como se dá a constituição do sujeito neste cenário, enfatizando a adolescência como um momento peculiar desta constituição. A partir disso, procuramos compreender como e em que circunstâncias a delinquência pode fazer parte deste processo.

No capítulo 2, apresentamos a metodologia utilizada na realização da pesquisa, bem como os procedimentos éticos e bioéticos que foram adotados para o desenvolvimento do estudo. A discussão sobre estes procedimentos tornou-se necessária à medida que os participantes da pesquisa são considerados vulneráveis em vários aspectos, exigindo a adoção de medidas especiais de proteção. A realização destes procedimentos se configurou como um momento muito importante da pesquisa, do ponto de vista do estabelecimento de uma relação comunicativa satisfatória entre adolescentes e pesquisadores.

No capítulo 3, apresentamos os casos que compõem o estudo. Seguindo a metodologia escolhida, elaboramos a construção da narrativa articulando os dados das entrevistas com aspectos teóricos. Na última seção deste capítulo, sistematizamos os principais resultados em uma discussão integrada dos casos.

O capítulo 4 apresenta a conclusão do estudo. Nesta seção, retomamos os objetivos que nortearam a construção do projeto de pesquisa para discuti-los a partir dos resultados encontrados. Indicamos algumas limitações deste estudo, assim como propomos questões para investigações futuras.

Finalizando o trabalho, tecemos algumas considerações finais, discutindo como nossos resultados se relacionam com algumas propostas de intervenção, salientando o método educativo baseado no protagonismo juvenil e o modelo da Justiça Restaurativa.

1.1 Delinquência juvenil na produção científica¹

No Brasil, a denominação utilizada na legislação pertinente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) é adolescente em conflito com a lei, enquanto que o termo delinquência juvenil tem sido internacionalmente utilizado para se referir a estes casos. É importante destacar a inexistência de concordância quanto à nomenclatura mais adequada a ser utilizada. Volpi (1997) discute esta questão, salientando que o aspecto principal a ser considerado é que se trata de adolescentes, ou seja, sujeitos em especial condição de desenvolvimento, devendo-se evitar expressões como adolescente infrator, ou, o que seria pior, menor infrator, pois estas são terminologias com forte conotação ideológica. O termo delinquência juvenil, por sua vez, remete a uma entidade, uma síndrome, ou seja, um quadro relativamente estável, o que também contraria o caráter de provisoriedade da adolescência como um momento peculiar do desenvolvimento (SILVA, 2002). O risco que se corre ao utilizar estas terminologias corresponde à redução da vida e identidade do adolescente ao ato infracional cometido, aspecto amplamente discutido por Foucault (1997) e que consideramos muito pertinente. Apesar disso, o termo delinquência juvenil corresponde a um descritor bastante utilizado em bases de dados de textos científicos, de forma que seu uso facilita a busca de outros estudos e a própria divulgação do trabalho, sendo então um termo útil do ponto-de-vista da produção de conhecimento. Neste trabalho, seguimos a orientação de Volpi (1997) e procuramos nomear os adolescentes prioritariamente como adolescentes, evitando ao máximo o uso de outras expressões, as quais foram utilizadas apenas quando estritamente necessário. Quando nos referimos aos trabalhos de outros autores, procuramos manter a nomenclatura utilizada por eles e mantivemos a utilização do termo delinquência juvenil no sentido da identificação do fenômeno na literatura pertinente.

Os casos de adolescentes que cometem atos infracionais têm sido abordados a partir de três níveis de conceitualização: o nível estrutural, o sócio-psicológico e o individual, conforme sistematização proposta por Shoemaker (1996). O nível estrutural incorpora as condições sociais, enfatizando a influência da organização social na constituição do sujeito que comete atos infracionais. Neste nível, por exemplo, leva-se em consideração a associação

¹ Parte desta seção foi submetida como artigo teórico à *Barbarói – Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia da UNISC*, o qual foi aceito com publicação prevista para o número 33 (fevereiro/2011). Apresentamos este artigo no Anexo A.

entre delinqüência e pobreza ou desigualdade social, o que é mais acentuado nas classes populares.

O nível sócio-psicológico refere-se às instituições de controle social, como a família e a escola, além de aspectos como auto-estima e influência de grupos de pares no comportamento delinqüente juvenil. Neste nível, considera-se a delinqüência como resultado de problemas na vinculação social do jovem com instituições como a família e a escola, entre outras, as quais seriam representantes das normas sociais. Nesse sentido, considera-se como fundamental o maior ou menor controle que estas instituições exercem sobre o jovem. Outro aspecto abordado neste nível refere-se à relação entre a auto-estima do jovem e a delinqüência, considerando-se que estes fatores são inversamente proporcionais, ou seja, a delinqüência está relacionada com uma baixa auto-estima. No nível sócio-psicológico também se considera a relação entre delinqüência e a associação de jovens em grupos, entendendo-se que a influência dos pares sobre o jovem e as inter-relações estabelecidas nos grupos são fatores importantes de serem considerados na gênese da delinqüência.

Por fim, o nível individual inclui aspectos biológicos e psicológicos, privilegiando os mecanismos internos do indivíduo como determinantes para a delinqüência. Neste nível, considera-se que os aspectos biológicos hereditários e as características de personalidade, como a inteligência, podem predispor o indivíduo para a criminalidade. A personalidade pode ser considerada como fundamental para o entendimento da delinqüência, pois resulta justamente da interação entre as influências do meio e a bagagem genética individual. Alguns dos atributos de personalidade freqüentemente relacionados com a delinqüência são: impulsividade, inabilidade em lidar com o outro e de aprender com a própria experiência de vida, ausência de culpa ou remorso por seus atos, insensibilidade à dor de outrem e transgressões.

É importante ressaltar que nenhum destes fatores é suficiente de modo isolado para explicar a delinqüência, que é considerada um fenômeno complexo, resultado da interação entre os diversos fatores organizados segundo os níveis estrutural, sócio-psicológico e individual, descritos anteriormente. Assim, um conhecimento abrangente acerca da delinqüência juvenil deve considerar uma análise destes três níveis integradamente (ASSIS; SOUZA, 1999).

Diversos trabalhos presentes na literatura associam delinqüência juvenil e instituições de controle social, como a família e a escola. Nestes trabalhos, considera-se a delinqüência como resultado de problemas na vinculação social do jovem com instituições representantes das normas sociais, sendo fundamental o maior ou menor controle que estas instituições

exercem sobre o jovem. A família enquanto uma instituição de controle social foi um foco privilegiado nos estudos, que enfatizaram principalmente a existência de fragilidades nas composições familiares de adolescentes que cometem atos infracionais.

Oliveira e Assis (1999), em um estudo exploratório composto por uma abordagem mista, realizado em três instituições responsáveis pela custódia judicial de adolescentes infratores, demonstraram os efeitos danosos da vida imposta a estes jovens, seja pela família, sociedade, judiciário e/ou pelas próprias instituições de custódia. Entre estes efeitos danosos, cita-se o distanciamento do adolescente de sua família, provocado ou intensificado pela institucionalização; o flagrante afastamento do ambiente escolar e o preocupante índice de analfabetismo apresentado pelos internos; as remotas possibilidades de inserção no mercado de trabalho; a precariedade dos recursos humanos institucionais, que reduz a qualidade do atendimento e reproduz uma relação marcada pelo distanciamento, o que eles já vivenciam com relação à família. As instituições de custódia não encaravam o atendimento aos jovens como uma prioridade, funcionando superlotadas, inapropriadas para a socialização, desumanas e descumprindo o ECA, legislação pertinente a estes casos. Assim, acabavam acrescentando ainda mais danos à trajetória destes jovens.

Rosa (1999) também demonstra como um processo de desqualificação e desvalorização social da família destes jovens propicia rompimentos e leva os indivíduos à rua. Nestas situações, o discurso social, em substituição ao discurso dos pais, é um discurso que evidencia a carência, oferecendo a estes meninos um lugar despido de valor fálico, o que é evidenciado na própria forma como eles costumavam ser nomeados: menor abandonado, menor carente. A delinquência, nesse contexto, pode ser entendida como uma tentativa de resgate de algum valor fálico, constituindo-se como única possibilidade de nomeação e de identidade em muitos casos.

Feijó e Assis (2004), ao pesquisarem o núcleo familiar de jovens que cometeram atos infracionais graves, constataram a fragilidade da maioria das famílias, que experimentam uma condição de pobreza e exclusão social; essas famílias encontram-se isoladas do amparo social. Neste estudo, as autoras identificaram que a maioria dos adolescentes é proveniente de famílias divididas, em que os pais se separaram e muitas vezes abandonaram os filhos ou morreram. São famílias em que a infra-estrutura é prejudicada seja em termos financeiros, emocionais ou domiciliares. Entre algumas das vulnerabilidades identificadas nestas famílias, cita-se a desqualificação para o trabalho, o desemprego, o baixo nível de escolaridade, o analfabetismo, a ausência de algum dos genitores, a violência física e psicológica, e problemas de relações interpessoais e de comunicação.

Priuli e Moraes (2007) encontraram dados semelhantes; eles identificaram situações de vulnerabilidade pessoal e familiar em adolescentes institucionalizados pela prática de ato infracional que, assim, são considerados autores e também vítimas de violência. Foi detectado que a maioria dos jovens residia em uma área cuja precariedade social é revelada pela existência de poucos equipamentos sociais, caracterizando-se por uma maioria populacional de menor poder aquisitivo e baixo nível de escolaridade, e ainda pelo alto coeficiente de mortalidade infantil.

O trabalho de Carvalho e Gomide (2005) também vai nesse sentido. Essas autoras consideram que a família do adolescente em conflito com a lei tem uma forte influência tanto na aquisição e manutenção dos comportamentos infratores quanto na extinção destes comportamentos, de forma que as práticas educativas parentais constituem uma forma de se analisar a aquisição e manutenção desses comportamentos. Assim, as autoras investigaram as práticas educativas parentais em uma amostra de adolescentes em conflito com a lei e seus respectivos pais, e concluíram que se trata de famílias de risco, cujas práticas parentais não favorecem um desenvolvimento saudável. Diante disso, as autoras apontam a importância da identificação dos estilos parentais exercidos nessas famílias para elaboração de programas de orientação e treinamento de pais.

Benhaim (2008) faz uma análise teórica da delinquência utilizando a teoria psicanalítica, especialmente enfocando os conceitos de função materna, ilusão e desamparo. É levantada a hipótese de que a problemática delinqüente repousa sobre uma falta de ilusão, de forma que o desamparo infantil se transforma em desespero juvenil.

Olhando as instituições de controle social, a partir de um ponto-de-vista amplo, Branco, Wagner e Demarchi (2008) identificaram as características da rede social dos internos de uma instituição sócio-educativa e de suas famílias. A rede social tem um importante papel na compreensão, prevenção e tratamento de jovens delinqüentes, sendo a família um aspecto bastante considerado. Entre os resultados, as autoras indicaram que estas redes sociais são falhas, principalmente com relação à escola e ao trabalho. Assim, sugere-se a implantação de medidas educativas e laborais mais significativas para internos de instituições sócio-educativas, bem como que se desenvolvam atividades comunitárias, com vistas a superar estas falhas.

Dell'aglio et al. (2005) também indicam que condições familiares e uma rede social precárias estão associadas à ocorrência de atos infracionais. Esses autores identificaram eventos em diferentes domínios (como maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, repetência escolar, desemprego e morte dos pais) que se constituem em fatores de risco. A hipótese

central destaca que há um ciclo de violência presente na trajetória das adolescentes que antecede a prática do ato infracional.

Dados semelhantes são encontrados ainda no estudo desenvolvido por Dell'aglio, Santos e Borges (2004). Ao investigarem a trajetória de vida de adolescentes do sexo feminino que cumpriam medida sócio-educativa, encontraram a presença de repetidas rupturas nas relações dessas jovens com seus cuidadores, além de situações de violência intra e extrafamiliar. Assim, as autoras desse estudo concluíram que a falta de estabilidade e a fragilidade dos vínculos estabelecidos durante diferentes fases do desenvolvimento, assim eventos estressores vivenciados, podem estar associados à manifestação dos comportamentos desadaptativos pelas adolescentes, sendo facilitadores para a entrada na vida infracional.

Alguns trabalhos construíram sua compreensão teórica do fenômeno levando em conta tanto aspectos sócio-psicológicos quanto fatores individuais envolvidos no mesmo. Quanto aos aspectos sócio-psicológicos, consideram-se fatores como auto-estima e influência de grupos de pares no comportamento delinqüente juvenil e, quanto aos aspectos individuais, consideram-se os fatores biológicos e psicológicos, privilegiando os mecanismos internos do indivíduo como determinantes para a delinqüência.

Por exemplo, Assis e Souza (1999), estudando jovens que cometeram infrações e seus irmãos que não cometeram infrações, indicaram que estes jovens diferem sob diversos aspectos. No que tange aos aspectos familiares, as autoras demonstram que os adolescentes que cometeram atos infracionais mantêm imagens mais idealizadas de suas famílias e possuem maiores dificuldades para lidar com perdas familiares e estabelecer um vínculo afetivo mais forte, quando comparados aos seus irmãos que não cometeram infrações. As autoras identificaram também que uma falta de controle familiar estava presente no caso dos adolescentes que cometeram infrações; esses jovens eram, em sua maioria, os caçulas e vistos como os preferidos da família. No que se refere às questões sócio-psicológicas, identificaram diferenças tanto na escolha das amigas como em relação às oportunidades de vida, sendo percebidas também diferenças individuais importantes. Entre estas, citamos, por exemplo, diferenças quanto à auto-imagem: enquanto os não-infratores se reconheciam como pessoas calmas, tranqüilas e conformistas com relação à realidade social, os infratores se reconheciam como arrojados, valentes e rebeldes com relação às dificuldades da vida.

O trabalho de Menin (2003) aborda a temática da delinqüência juvenil a partir da teoria de representação social. A autora pesquisou atitudes de adolescentes frente à delinqüência, e evidenciou que a forma de avaliação das infrações está relacionada com o gênero e a classe social a qual os jovens pertencem. As meninas e os adolescentes de classes

mais baixas tendem a atribuir notas mais altas às infrações que os meninos e os adolescentes de classes mais altas, ou seja, meninas e adolescentes de classes mais baixas tendem a ser mais severos ao julgar a gravidade de uma infração, enquanto que meninos e adolescentes de classes mais altas tendem a ser mais tolerantes. Desta forma, a autora concluiu que as diferenças de avaliação das infrações estão relacionadas com o gênero e a origem social dos sujeitos da pesquisa.

Sena e Colares (2008), ao investigaram as condutas de saúde entre adolescentes em conflito com a lei, concluíram que esses jovens apresentam maiores índices de comportamentos de risco em relação à saúde quando comparados a jovens que não cometem atos infracionais, principalmente relacionados ao uso de substâncias psicoativas e ao exercício da sexualidade. Estas autoras identificaram diversos comportamentos de risco, tais como porte de armas, envolvimento em briga, uso de álcool e tabaco, uso experimental de inalantes e maconha, relação sexual desprotegida e em geral com mais de um parceiro.

O estudo de Facundo e Pedrão (2008), por sua vez, analisou os efeitos dos fatores de risco pessoais e interpessoais sobre o consumo de drogas em adolescentes de bandos juvenis, constatando a importância dos mesmos. Os fatores pessoais de risco que mais contribuíram para o consumo de drogas foram o sexo, a idade e problemas de saúde mental. Quanto ao sexo, os homens mostraram maior probabilidade para o consumo de drogas. Quanto à idade, identificou-se que, à medida que aumenta a idade, maior é a probabilidade de consumo de drogas e, ainda, que quanto mais precoce for o início do uso de drogas, maior será o consumo e a dependência. Quanto aos problemas de saúde mental, indica-se que quanto maior são os problemas de saúde mental, maior é a probabilidade do consumo de drogas. Quanto aos fatores de risco interpessoais, identificou-se que quanto maior é a relação com amigos sob condutas desajustadas maior é a probabilidade para o consumo de drogas.

Heim e Andrade (2008) demonstram que o uso de álcool e drogas ilícitas entre indivíduos que estão em situação de risco é alto e precoce em relação a adolescentes que não estão em situação de risco, demonstrando que esta questão é uma parte do problema da delinqüência. O estudo sugere a existência de uma relação estreita entre uso e abuso de álcool e drogas ilícitas e delinqüência, indicando a necessidade de mais estudos sobre esta relação, os quais poderiam esclarecer se é o uso e/ou abuso de álcool e drogas ilícitas que induzem ao comportamento delinqüente ou o contrário.

Martins e Pillon (2008) buscaram analisar a relação entre a primeira experiência de uso de drogas e o primeiro ato infracional cometido por adolescentes em conflito com a lei. Neste estudo, os resultados apontaram que os índices do primeiro uso do álcool, cigarro e

maconha são elevados e ocorrem concomitantemente com idade média de 12 anos. Com relação aos delitos, os mais praticados são roubo, tráfico de drogas e furto e ocorrem com idade média de 13 anos. Os autores demonstraram que existe uma correlação significativa entre o uso do álcool e da maconha com os atos infracionais, exceto o homicídio, e também que o uso de drogas precede a prática infracional.

A relação entre delinquência e psicopatologia psiquiátrica foi abordada em alguns trabalhos, como no estudo de Pinho et al. (2006). Estes pesquisadores encontraram que 75,2% dos adolescentes que realizaram algum ato infracional preenchem critérios para um ou mais transtornos psiquiátricos. Em quase metade dos casos foi identificada a presença de transtornos em co-morbidade, sendo que a associação de patologia mais prevalente foi entre transtornos de conduta e transtornos por uso nocivo de substância psicoativa. Assim, trata-se de mais um estudo que aborda a associação entre uso de substâncias psicoativas e delinquência, neste caso sob a ótica da psicopatologia psiquiátrica.

Pacheco et al. (2005) realizam uma discussão acerca do conceito de comportamento anti-social, que pode ser tomado como um indicador para transtornos mentais específicos e para algumas categorias de problemas comportamentais, sendo então um conceito importante para a compreensão da delinquência. Os autores apontam que o padrão de comportamento anti-social é adquirido na infância, através da interação da criança com a família e o grupo de pares. A delinquência seria, então, um agravamento desse padrão que inicia na infância e, normalmente, persiste na adolescência e vida adulta. Assim, esses autores indicam a necessidade de se identificar como alguns fatores contribuem para a estabilidade de comportamentos ou problemas anti-sociais na transição da infância para a adolescência.

Schmitt et al. (2006) compararam adolescentes infratores que cometeram crimes graves (homicídio, estupro e latrocínio) com outros adolescentes infratores, buscando identificar diferenças quanto a psicopatia, reincidência criminal e história de maus-tratos. Estes pesquisadores encontraram maior prevalência de psicopatia e reincidência criminal entre os adolescentes que cometeram crimes graves, e encontraram alta prevalência de história de maus-tratos, mas não houve diferença significativa entre os adolescentes que cometeram crimes graves e os demais neste aspecto. Este estudo levanta a possibilidade de existência de dois grupos distintos de adolescentes infratores: com e sem psicopatia, hipótese que precisa ser mais investigada.

Formiga, Aguiar e Omar (2008), por sua vez, buscaram explicar a delinquência juvenil através do construto busca de sensações. Esses autores encontraram uma relação direta entre a busca de intensidade e de novidades com condutas anti-sociais e delitivas. Em outro estudo,

Formiga et al. (2007) identificaram uma relação positiva entre a busca de sensações de intensidades e novidades e comportamento agressivo físico e verbal, raiva e hostilidade. Esses estudos mostram que traços de personalidade, ou seja, características individuais permitem explicar a conduta juvenil.

Assis e Constantino (2005) apresentaram uma revisão das teorias referentes à prevenção da violência cometida por adolescentes, discutindo como os fatores de risco devem direcionar estratégias de prevenção nos níveis primário, secundário e terciário. Estas autoras abordaram tanto características individuais como sociais envolvidas no fenômeno, mostrando a complexidade do mesmo. As autoras criticam o direcionamento dos gastos públicos que vai apenas para o policiamento das cidades e a manutenção da segurança nas prisões; essas atitudes, na opinião das autoras, revelam uma crença corrente de que a repressão à violência é a solução para os problemas sociais.

No entanto, as autoras enfatizam a necessidade de aumentar a preocupação com a prevenção da violência, tema que tem ocupado reduzida parcela de atenção. Os principais fatores de risco para que os jovens envolvam-se com atos violentos são: ser jovem do sexo masculino, apresentar algumas características biológicas e psicológicas (tais como danos neurológicos sutis, impulsividade, hiperatividade, precário controle diante de frustrações, deficiência de atenção e incapacidade de planejamento e fixação de metas e baixos níveis de inteligência), elevada vulnerabilidade e tendência à exclusão social gerada por negligência, abandono, pobreza, criminalidade e violência na família, escola, comunidade e sociedade em geral. Além disso, o fato de pertencer a uma família com laços frágeis seja por precária situação sócio-econômica, deficiente supervisão por separação dos pais, ausência da mãe do lar devido ao trabalho ou distanciamento da figura paterna, presença de mortes e doenças rotineiras na família tornam o jovem mais vulnerável (ASSIS; CONSTANTINO, 2005).

Nesse sentido, essas autoras reconhecem que os relacionamentos familiares marcados por agressões físicas e emocionais, precário diálogo intrafamiliar e dificuldades em impor disciplina estão associados à delinqüência juvenil. Essas autoras apontam que o jovem pode ainda apresentar problemas escolares (poucos anos de estudo, abandono escolar, desentendimento com professores e colegas, reprovações repetidas) e utilizar drogas, geralmente associado à convivência no grupo de pares. Nesse sentido, esse estudo indica como fatores individuais e sociais acabam se entrelaçando na produção do ato infracional (ASSIS; CONSTANTINO, 2005).

Outros trabalhos abordaram a questão da delinquência juvenil a partir de um ponto-de-vista amplo, considerando aspectos de ordem estrutural. Neste sentido, são descritos trabalhos que enfatizam a influência da organização social na produção da delinquência.

Entre estes estudos, citamos o trabalho de Formiga e Gouveia (2005) que propõe a utilização dos valores humanos como um construto que pode contribuir para a predição da violência entre os jovens. Estes autores apontam que o investimento em valores individualistas fomenta maior frequência das condutas desviantes entre os jovens, enquanto que o estímulo de comportamentos baseados em normas coletivistas contribuiria para a diminuição das condutas anti-sociais e delitivas. Nesse sentido, os autores discutem sobre a tendência atual ao individualismo, enfocando valores que priorizam o interesse individual, o que potencializa condutas que se desviam das normas sociais. Assim, chamam atenção para a dimensão social do fenômeno da delinquência.

As políticas públicas voltadas para a infância e adolescência também foram objeto de estudo. Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) problematizam a inserção da Psicologia nestas políticas através do estabelecimento de padrões de normalidade e anormalidade e circunscrição de etapas evolutivas, o que não levaria em consideração as concepções de infância e adolescência como construções sociais, ou seja, datadas geográfica e historicamente. Este estudo critica a posição do psicólogo como especialista perito, na medida em que sua atuação desloca o foco de questões sociais para consideração de aspectos individuais. Nesse sentido, as autoras defendem que o campo das intervenções deve ser assumido como um território político, onde as lutas são cotidianas.

Embora em menor número, também encontramos trabalhos que abordaram intervenções relativas à problemática da delinquência juvenil. Em geral, a maioria dos trabalhos compreensivos sugere propostas de intervenção em termos de conclusão dos estudos, porém, salientamos aqui a existência de trabalhos que apresentaram a intervenção como o principal foco do estudo. Embora em menor número, com relação aos trabalhos compreensivos, estes trabalhos mostraram-se importantes, apresentando propostas formalizadas para diferentes níveis de intervenção. A seguir discutiremos alguns desses estudos.

Alguns trabalhos abordaram a importância de intervenções de cunho preventivo. Oliveira e Assis (1999), por exemplo, consideram que as estratégias de prevenção recaem tanto no âmbito público quanto no privado, nas relações sociais interpessoais, interinstitucionais e intersetoriais, uma vez que a delinquência não é apenas fruto da patologia individual, mas também das estruturas e conjunturas socioculturais. Assim, é um problema

que deve ser enfrentado pelo conjunto da sociedade, por um conjunto de ações, em diferentes níveis. Estas autoras defendem que a privação de liberdade deve ser restrita a casos extremos, e deve ser rigorosa principalmente quanto à qualidade da assistência prestada. Para isso, sugerem que o atendimento seja oferecido a pequenos grupos de adolescentes, e que siga uma ótica essencialmente técnica, priorizando-se a oferta de ensino regular e profissionalização. Além disso, sugerem a ênfase em trabalhos comunitários como uma forma mais eficiente de atuar sobre o problema de jovens autores de atos infracionais. Com relação a isso, citam como exemplo um programa desenvolvido na Mangueira, patrocinado pela iniciativa privada e pela própria comunidade, que abrange uma larga faixa etária e mantém em pleno funcionamento atividades pedagógicas, artísticas e esportivas da maior qualidade. Consideram que a produtividade deste programa pode ser expresso pelo ínfimo número de adolescentes desta comunidade que dão entrada em processos judiciais, e sugerem a parceria entre equipamentos do Estado, da sociedade civil e da própria comunidade como uma medida necessária a ser adotada.

Para Assis e Constantino (2005), as estratégias de prevenção devem ser estruturadas com o objetivo de evitar ou minimizar os efeitos dos fatores de risco, amplamente já identificados pela literatura sobre o tema. Assim, as autoras destacam áreas de prevenção que têm mostrado impacto significativo na redução da delinquência juvenil, tais como a intervenção durante a gravidez e infância em famílias que se encontram em situação de risco, a realização de treinamento para pais, programas de prevenção primária dos crimes e da violência realizados em escolas e intervenções precoces destinadas a jovens infratores que promovam a reabilitação e reinserção social, profissional e familiar.

Bocco e Lazzarotto (2004), ao relatarem sua experiência de trabalho com adolescentes sob a perspectiva da análise institucional, salientam a necessidade de ampliar o olhar voltado para estes jovens. Ressaltam que esses jovens costumam ser percebidos apenas como violentos e ameaçadores, assim para que uma intervenção seja bem-sucedida é preciso rever essas crenças. Elas questionam os lugares e saberes naturalizados a respeito desses jovens, buscando pensar novas formas de fazer Psicologia e lidar com este público. As autoras defendem que estes jovens representam um paradoxo. A palavra infração, etimologicamente significa a ação de quebrar, assim representa tanto a ruptura com as normas sociais quanto a capacidade criativa de construir algo novo. Assim, a intervenção pode se beneficiar ao contemplar este duplo sentido.

Costa (2005), por sua vez, ao discutir as possibilidades efetivas de ações destinadas à promoção de mudanças significativas na vida de adolescentes infratores, aponta para as

dificuldades atuais do sistema sócio-educativo. A autora observa que experiências bem-sucedidas identificadas no país enfatizam a necessidade de ampliação da escuta psicológica como uma alternativa à busca de condições mais favoráveis ao atendimento das reais necessidades do adolescente.

Guirado (2006) também vê a escuta como um fator importante ao atendimento do adolescente infrator. Essa autora discute a necessidade de repensar a clínica psicanalítica quando ela é feita em instituições diferentes do consultório, defendendo que ajustes devem ser realizados nesse modelo, para que o mesmo se torne efetivo. Assim, a autora discute estes ajustes através dos conceitos de transferência e contexto institucional, os quais conferem especificidade ao trabalho realizado em instituições para adolescentes autores de atos infracionais e interferem no modo como se estabelece a relação terapêutica.

A atenção psicológica como uma intervenção para acolhimento do sofrimento humano em situações de crise também é defendida por Aun et al. (2006). As autoras compreendem a transgressão numa dupla significação: como um espaço de denúncia social de situações de exclusão, e como a busca de modos de ser não instituídos. Partindo desta compreensão, defendem uma perspectiva clínica segundo a abordagem fenomenológica existencial, voltada para que o adolescente se aproprie de sua história, projetando-se a outras possibilidades: cuidar de ser, responsabilizando-se por si.

Além de aspectos psicológicos, Ribot e Machado (2005) consideram que uma proposta pedagógica deva ser desenvolvida na atenção oferecida ao adolescente infrator. Consideram que uma ação pedagógica inovadora, que segue determinados passos e valoriza o apoio do grupo, de rituais, de valores e de adultos significativos pode auxiliar no trabalho. Esses autores partem do pressuposto de que acompanhar uma pessoa é intervir estando ao lado dela, fazer um trecho do caminho a ser percorrido com ela e apoiá-la em sua evolução, sendo então uma proposta eminentemente interativa.

Costa et al. (2007) descrevem uma metodologia de avaliação familiar numa perspectiva da *Single Session Work*. Esse trabalho é baseado numa única intervenção, que tem como potencial gerar informação, resgatar vínculos parentais, significar o ato delinqüente, por ser uma intervenção crítica pontual e que reativa as potencialidades e criatividade tanto do adolescente como de sua família quanto da equipe técnica.

Kaufman (2004) e Amaro (2004) ainda discutem a questão da maioridade penal, criticando as instituições sócio-educativas existentes. Estes autores consideram que as mesmas não oferecem um autêntico tratamento ao jovem infrator, questão que deve ser

priorizada, já que a mera redução da maioria penal não resolverá uma situação tão complexa e multifatorial.

A análise destes trabalhos permitiu obter uma visão panorâmica da produção científica nacional a respeito da delinquência juvenil. De modo geral, pode-se dizer que esta produção é rica e abrangente no sentido de compreender os diferentes fatores que contribuem para levar os jovens a cometer infrações, conhecimento que é fundamental para o enfrentamento do problema.

As conclusões dos estudos analisados descrevem tanto propostas de novas pesquisas quanto de reflexões que podem possibilitar a construção de programas baseados em achados científicos. Observa-se que vários trabalhos indicam a necessidade de implementação de programas sociais que visam o fortalecimento das redes de apoio (DELL'AGLIO et al., 2005). Estas redes de apoio seriam capazes de identificar fatores de risco e implementar estratégias preventivas às situações de violência e vulnerabilidade da criança, adolescente e família (DELL'AGLIO; SANTOS; BORGES, 2004, LARANJEIRA, 2007). Os trabalhos apontam também para a necessidade da implementação de programas de acompanhamento que possam trabalhar a longo prazo com as situações de vulnerabilidades e riscos presentes nas famílias e contextos sociais dos quais o jovem e sua família fazem parte (FEIJÓ; ASSIS, 2004, BRANCO; WAGNER; DEMARCHI, 2008). Outras duas medidas consideradas importantes na busca por uma solução do problema da delinquência juvenil são: 1) a criação de espaços efetivos de educação e de trabalho aos jovens (BRANCO; WAGNER; DEMARCHI, 2008) e 2) a prevenção do uso (e abuso) de substâncias psicoativas entre adolescentes e seus familiares (MARTINS; PILLON, 2008).

No que se refere ao atendimento direto do adolescente em conflito com a lei, encontramos sugestões relativas à necessidade de se priorizar trabalhos comunitários em detrimento da internação em instituições (OLIVEIRA; ASSIS, 1999) e à necessidade de estratégias terapêuticas específicas para jovens com transtornos mentais e/ou usuários de substâncias psicoativas (SCHIMITT et al., 2006, SENA; COLARES, 2008, HEIM; ANDRADE, 2008).

Este levantamento possibilitou obtermos uma visão panorâmica da produção científica nacional a respeito da delinquência juvenil, a qual é composta por diversos estudos. Neste contexto, o número de trabalhos que abordam questões de ordem subjetiva é mais reduzida, e poucos abordam especificamente a questão que propomos investigar: as relações entre a prática de atos infracionais e a construção da identidade do adolescente. Assim, nosso trabalho se reveste de importância pela sua novidade e poderá contribuir ampliando as

modalidades de análise do fenômeno da delinquência juvenil. Na próxima seção, introduzimos o referencial teórico no qual embasamos tanto nossas hipóteses quanto nossas análises de dados.

1.2 Sociedade contemporânea e construção de identidade: mapeando associações entre adolescência e violência

Embora a violência esteja presente em todo percurso histórico da humanidade, não sendo, portanto, um fenômeno contemporâneo, cabe analisarmos as particularidades deste fenômeno tal como ele se apresenta atualmente. Compreendemos que, em nossa sociedade, a violência é produzida pelas atuais condições sociais ao mesmo tempo em que participa da própria constituição da sociedade. Nesse sentido, a violência também participa dos processos de identificação e construção de identidade.

Existem diversos trabalhos voltados ao entendimento da sociedade contemporânea. Entre os autores, encontramos diferentes expressões para nomeá-la e conceituá-la: pós-modernidade (BAUMAN, 1998) ou sociedade da autonomia (EHREMBERG, 2004), por exemplo. Para discutirmos sobre identidade e violência, selecionamos destes trabalhos as leituras que propõem como características da sociedade contemporânea a instabilidade, o enfraquecimento das referências simbólicas, a intensificação do presente e a reflexividade, o que acarreta implicações significativas para a própria constituição do sujeito no cenário contemporâneo.

Bauman (1998) propõe uma releitura da concepção freudiana acerca do mal-estar na civilização. Em linhas gerais, podemos afirmar que Freud (1930/1996) responsabilizou a sociedade moderna pela imposição de limites à sexualidade, através da moralidade tradicional, o que tornou o sujeito reprimido, de forma que o mal-estar assumia a forma da falta de liberdade. Ao romper com a moralidade tradicional, a pós-modernidade oferece maior liberdade ao sujeito, porém tornou-o inseguro, passando a ser a insegurança a expressão contemporânea do mal-estar. Assim, “os ganhos e as perdas mudaram de lugar: os homens e as mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade” (BAUMAN, 1998, p. 10).

Assim, temos o quadro de uma sociedade que impõe menos restrições ao deixar de oferecer referências seguras, possibilitando maior liberdade ao sujeito na busca de prazer e

felicidade. Neste cenário de maior liberdade e busca de felicidade, é justamente a dimensão da lei que será preterida: “o lugar da lei, da referência e da ordem tem sido preterido a pretexto do prazer, do amor, da felicidade, da criatividade” (MARIN, 2002, p. 20). Não é difícil imaginar as dificuldades que esta reordenação implica para o desenvolvimento do sujeito, pois neste processo a introdução da lei ocupa um papel central, questão que retomaremos adiante.

Ehrenberg (2004) considera a questão em termos da passagem de uma sociedade que se centralizava na disciplina (interdição, obediência, autoridade) para uma sociedade que elege como valor dominante a autonomia, isto é, decisões e ações pessoais. Assim, temos a noção de um sujeito mais fluido, mais inseguro e mais indefinido, pois carente de referências estáveis para a constituição de si mesmo. Trata-se de um sujeito autônomo, desenraizado e desamparado, que não se define nem pela natureza, nem pela cultura, passando a ter como única referência sua própria reflexividade: sua existência passa a ser vivida como se fosse resultado apenas de suas escolhas pessoais.

Este sujeito, desamparado e desenraizado, ao buscar atingir o ideal de autonomia, depara-se, na verdade, com o vazio. Livre e responsável pela constituição de si mesmo, na sociedade contemporânea o sujeito é levado a acreditar que tudo é possível, ao contrário do que ocorria na sociedade moderna. Esta impunha restrições e proibições, tornando o ideal dos indivíduos algo mais distante e menos possível. Atualmente, tudo parece possível. O sujeito deixa de ser limitado pela regulação social, e segue numa corrida alucinante em busca de ideais. Diante de tamanha liberdade e de tantas ofertas de ideais, se o sujeito não encontra a realização deste ideal sente-se pessoalmente responsável pelo seu fracasso. Diferente da modernidade, em que o fracasso era atribuído às imposições sociais, o fracasso do sujeito pós-moderno passa a ser vivido como pessoal. Neste sentido, a noção de conflito psíquico, que era organizadora das subjetividades, dá lugar à noção de insuficiência. Assim, em lugar de um sujeito neurótico reprimido, temos um sujeito tomado pela fadiga de ser si mesmo, impotente e deprimido. Se o sujeito moderno *não podia*, o sujeito atual *não consegue* (EHREMBERG, 2000).

A partir disso pode-se entender como muitas das patologias psíquicas hoje em evidência retomam a noção de narcisismo e apresentam sintomas relacionados com os limites e a ação do sujeito, inibindo-a ou estimulando-a: as depressões, as manias, as diversas compulsões, as adições, as hiperatividades, as impulsividades e as violências. Essas transformações correspondem à substituição das estruturas psicopatológicas clássicas (neuroses e psicoses) pelas chamadas patologias narcísicas ou estados limites. Se as patologias clássicas se constituíam como uma defesa, o estado-limite se caracteriza por um

estado de permanente insegurança, que se manifesta por uma depressão de tendência crônica. Nas chamadas patologias narcísicas, há uma sobrecarga excessiva no eu, tornando toda frustração muito difícil de suportar. O sujeito não obtém satisfação, sente-se vazio e atua impulsivamente. “Si la neurosis se caracteriza por el conflicto psíquico, el estado limite no llega a conflictualizar: está vacío” (EHREMBERG, 2000, p. 152).

Ao considerarmos que a predominância do narcisismo infantil coincide com os momentos formadores do ego, entende-se que as patologias narcísicas ou estados-limite evidenciam a existência de dificuldades neste processo de formação, o qual é anterior ao complexo edipiano, que introduz o conflito e origina as defesas neuróticas. O ego se configura como uma instância psíquica que tem função defensiva, necessária para administrar tanto tensões internas quanto externas. Trata-se de uma construção que se origina a partir do abandono da relação fusional com a mãe, o que se torna possível através das experiências de separação e frustração (LAPLANCHE, 1992).

Com relação a isso, Marin (2002) retoma a noção de que a violência participa da constituição subjetiva, e defende a necessidade do exercício da chamada violência fundamental como condição para o aparecimento do sujeito, uma violência associada com os processos de separação e frustração inerentes ao desenvolvimento psíquico. Assumir a violência fundamental possibilita a relação com o outro de forma criativa e não fusionada, como se faz em nome do amor ou da felicidade. Sem isso, o aparecimento do sujeito fica comprometido e se vivencia um desamparo que é insuportável e pode levar à violência em ato como única forma de alívio da tensão pulsional.

Assim, entende-se que a violência em ato pode ser resultado de uma situação de desamparo que ameaça a integridade do eu, o qual tem função defensiva. Nesse sentido, o objetivo da passagem ao ato violento seria eliminar a situação de desamparo, visando à preservação do eu. No contexto contemporâneo, em que o exercício da lei tem sido preterido em nome da busca de prazer e de felicidade, em que o exercício da violência fundamental é negado, observa-se então o aumento das manifestações violentas (MARIN, 2002).

Assim, cabe analisar como estas questões repercutem no desenvolvimento do sujeito, principalmente considerando-se a adolescência como um momento peculiar deste desenvolvimento. Tendo analisado as relações entre aspectos da sociedade contemporânea, a violência e a constituição do sujeito, passaremos agora a tratar das repercussões disso para o desenvolvimento do adolescente, de forma a construirmos uma compreensão acerca da delinqüência juvenil levando em consideração estes aspectos desenvolvidos até aqui.

Segundo Winnicott (1994), o desenvolvimento emocional segue um processo contínuo que começa antes do nascimento e prossegue ao longo de toda a vida, possuindo um sentido da dependência para a independência. Nesse processo, observamos que a importância do fator ambiental seria maior nos momentos mais precoces, de maior dependência, que em momentos posteriores do desenvolvimento. É neste contexto que o autor salienta a necessidade de uma “preocupação materna primária”, ou seja, um alto grau de adaptação entre a mãe e o bebê, que permite satisfazer as necessidades da díade e, gradualmente, prossegue no sentido de uma desadaptação progressiva. Assim, começam a surgir falhas nesta adaptação, falhas que são necessárias para atender à crescente necessidade da criança de enfrentar a realidade e de conseguir a separação da mãe e o estabelecimento da identidade pessoal. Assim, esta desadaptação gradual acaba por se configurar como uma nova forma de adaptação.

Para vivenciar esta desadaptação gradual e suportar a experiência da separação, necessária ao processo de individuação, Winnicott (1994) salienta a necessidade de um “quadro de referência” que oferecerá suporte para o desenvolvimento emocional da criança, sem o qual ela não consegue prosseguir. A criança normal fará de tudo para se impor, pondo à prova seu poder de desintegrar e destruir o mundo, sendo necessário que o lar suporte tudo o que ela fará para desorganizá-lo. À medida que o lar (através dos cuidadores) consegue suportar os ataques da criança, ele passa a ser sentido como seguro e confiável, oferecendo o quadro de referência que ela necessita para sentir-se livre. Neste sentido, a qualidade das primeiras relações da criança com a família é determinante do desenvolvimento futuro e, justamente por isso, Winnicott (1994, p. 175) enfatiza que “a base da saúde mental adulta é construída na infância e, é claro, na adolescência”.

Enquanto um momento desse desenvolvimento, a adolescência se caracteriza como mais um passo do sujeito no sentido da conquista de independência. É o momento de abrir mão dos cuidados familiares e se preparar para assumir-se como um adulto mais independente. Assim, situa-se entre o fim da infância e o início da vida adulta, como um período de transição, marcado por rupturas e novas ligações. Do ponto-de-vista da socialização, o sujeito adolescente é aquele que perde o lugar de criança que ocupava no restrito espaço social familiar, para conquistar como adulto um lugar no contexto social mais amplo (CALLIGARIS, 2000, RASSIAL, 1999).

Nos termos de Winnicott (1994), pode-se dizer que é o momento de ultrapassar o quadro de referência familiar para buscar um quadro de referência mais amplo no contexto social. A adolescência será, portanto, uma experiência de passagem, de travessia, que implica em um abandono (do passado infantil) e em uma aposta (no adulto futuro), idéia presente na

obra de diversos autores (ABERASTURY; KNOBEL, 1992, CALLIGARIS, 2000, MELMAN, 1999, RASSIAL, 1999, RUFINO, 1993, WINNICOTT, 1994).

Aberastury e Knobel (1992) definiram a adolescência como um processo psicológico caracterizado por três lutos básicos: o luto pelo corpo infantil, o luto pela identidade e papel infantis e o luto pelos pais imaginários da infância. Neste trabalho de luto, é através dos processos de identificação que os modelos e referências familiares serão internalizados e irão compor a identidade do adolescente em formação, que irá buscar também novos modelos e referências identificatórias no contexto mais amplo da coletividade. Os processos de identificação, assim, assumem um papel central do desenvolvimento do adolescente, que está às voltas com a construção de sua identidade, pois o termo identificação “ocupa posição central em relação ao desenvolvimento, à organização da personalidade e à constituição do ser como indivíduo” (LEVISKY, 1998, p. 69).

Concomitante a isso, o corpo também assume um papel central, tornando-se palco de intensas transformações, que redefinem a imagem e a estrutura física do adolescente, modificando seus limites. Ele passa a habitar um corpo instável, que já não consegue controlar totalmente, pois vive o incremento pulsional da puberdade. Um corpo cujos contornos ainda não estão definidos, e com os quais ainda não se habituou.

Enquanto uma passagem, a adolescência caracteriza-se pela insegurança subjetiva e define-se mais pela negatividade que pela positividade: o adolescente *não* é mais criança e ainda *não* é adulto (RASSIAL, 1999). Apesar de comemorar a maior liberdade vivenciada neste momento de seu desenvolvimento, o adolescente também passará a sofrer com a insegurança subjetiva. Assim, tanto o passado quanto o futuro tornam-se instâncias promotoras de insegurança: as referências do passado já não servem mais, pois para crescer foi preciso ultrapassá-las; e as referências do futuro não estão dadas e nem garantidas, pois ainda será preciso encontrá-las e conquistá-las. A intensificação do presente resta como uma conseqüência inevitável. Disso podemos compreender por que os adolescentes costumam ser vistos como inconseqüentes, pois desprezam o passado na mesma medida em que parecem ignorar as conseqüências futuras de seus atos, estratégia defensiva mobilizada pela insegurança subjetiva característica do processo de desenvolvimento do adolescente (CALLIGARIS, 2000).

É preciso ressaltar que a adolescência tal como estamos apresentando é um processo que se tornou possível a partir de condições sócio-culturais específicas da sociedade moderna ocidental, enfim, uma construção social. Não se observa o processo adolescente nas sociedades pré-modernas ou não-ocidentais. A passagem da infância à vida adulta tornou-se

problemática na medida em que a sociedade moderna ocidental não oferece dispositivos sociais, como ritos de passagem, para realizar esta operação. Assim, essa passagem passou a ser vivida subjetivamente, sendo a adolescência uma espécie de moratória, substituta da eficácia ritual perdida na modernidade a partir do rompimento com a tradição (RUFFINO, 1993).

Agora, façamos um exercício de síntese: se retomarmos a idéia de que as atuais condições sociais produziram um sujeito mais livre e menos seguro, desenraizado, desamparado e incerto de seus limites, e associarmos a isso a perspectiva do adolescente como um sujeito mais livre e mais inseguro, incerto de seus limites, inclusive corporais, desenraizado do passado infantil e temeroso diante do futuro que comporta o desafio de assumir um lugar social como adulto, o que podemos concluir? Concluimos, portanto, que os adolescentes contemporâneos são duplamente livres, desenraizados, inseguros e levados a viver radicalmente a intensificação do presente (OLIVEIRA, 2001). Podemos também compreender como a adolescência tornou-se um ideal social contemporâneo, pois o adolescente representa justamente os valores cultuados pela sociedade pós-moderna (CALLIGARIS, 2000). Diante do exposto, pode-se concluir que, no contexto atual, o adolescente vive uma *exacerbada* busca de liberdade, autonomia e reconhecimento, já que há uma equivalência entre estes processos tipicamente adolescentes e os processos característicos da sociedade contemporânea (OLIVEIRA, 2001).

Retomando a teorização de Ehremberg (2000) acerca da sociedade da autonomia, marcada pelo enfraquecimento das referências simbólicas e pela reflexividade como a principal referência para a constituição subjetiva, indagamos: quais as repercussões disso para o processo da adolescência?

Encontramos nas idéias propostas por Marin (2002) uma possível resposta a esta questão: no contexto da sociedade da autonomia, em que tem sido dificultado o exercício da lei, pois ocupar o lugar de quem frustra é anacrônico, as crianças e adolescentes estariam sendo sistematicamente abandonados aos seus próprios impulsos sob o pretexto de se proporcionar liberdade. A autora cita como exemplo dramático desta situação o massacre cometido por dois jovens em Littleton, Colorado, em abril de 1999, quando eles entraram fortemente armados em sua escola e mataram doze estudantes e um professor e após se suicidaram. No quarto de um deles, foram encontradas diversas armas e bombas, e na entrevista com os pais, estes declararam que nunca entravam no quarto do filho a fim de lhe preservar a privacidade e a liberdade. Assim, Marin (2002, p. 138) questiona: “respeito ou negligência?”

Sem um “quadro de referência”, retomando a expressão de Winnicott (1994) que designa a função de sustento, amparo (*holding*) que a família tem em relação a seus membros, as crianças e adolescentes de nosso tempo têm permanecido expostas ao desamparo. Vivemos a promessa de se poder ser e fazer tudo o que se quiser, ao passo que também cada um é pessoalmente responsável para descobrir sozinho o que é melhor para si. O desamparo se atualiza sob a forma de um severo abandono, de ausência de referências e parâmetros coletivos, sobretudo em um momento estruturante como a adolescência, onde a tarefa de fazer escolhas é fortemente suscitada (MARIN, 2002).

O desamparo é uma noção que retoma a importância do outro na constituição subjetiva, pois indica a situação em que alguém se encontra incapaz de sair-se bem por si próprio, dependendo do outro. Freud (1930/1996) relaciona o desamparo com a condição de prematuridade do recém-nascido, que depende totalmente do outro para satisfazer suas necessidades vitais, e também com a condição existencial humana de encontrar um sentido para a vida. Assim, o desamparo se refere a um estado de impotência diante de uma situação vivida como traumática. O caráter traumático está associado com a presença de um excesso de tensão ou excitação que o aparelho psíquico não dá conta de elaborar, ou seja, que ultrapassa a capacidade de elaboração psíquica (MARIN, 2002).

Essa incapacidade de simbolização que caracteriza a situação de desamparo está associada com a falta do outro como suporte e continência para o desenvolvimento psíquico, acarretando o que Marin (2002) designou como uma “situação catastrófica” diante de um trauma necessário, o trauma da separação. A possibilidade de representação desta vivência, para que não se configure como catastrófica “depende justamente que o adulto significativo para essa criança (...) seja capaz de interpretar (simbolizar) as necessidades de sua cria, assumindo-a como um ser diferenciado dela” (MARIN, 2002, p. 103). Isto significa que a mãe precisa ser um porta-voz eficiente para as demandas do filho, oferecendo um continente corporal adequado, através do estabelecimento da “preocupação materna primária” (WINNICOTT, 1994). Quando esta relação adaptativa falha, o processo de diferenciação torna-se catastrófico, ou seja, insuportável. Assim, fortes vivências de desamparo oriundas do temor da perda ou da falha das figuras de proteção e amor caracterizam o processo de subjetivação, e a passagem ao ato aparece como uma saída para dar conta do excesso não simbolizado.

Assim, entendemos como, diante de vivências catastróficas que dificultam ou impossibilitam o processo de separação e individuação, a violência pode ser um recurso na busca desesperada de afirmação de um Eu. Para Winnicott (1994), a agressividade, como uma

forma de manifestação da violência, possui dois sentidos: por um lado, é uma reação à frustração e, por outro, é uma energia vital. Neste segundo sentido, ela está ligada ao prazer corporal, à busca de limites e à possibilidade de ir ao encontro com algo exterior. Assim, “a agressão está sempre ligada, desta maneira, ao estabelecimento de uma distinção entre o que é e o que não é o eu.” (WINNICOTT, 1994, p. 98)

É neste sentido que Winnicott (1994) apresenta uma descrição que liga a delinquência à privação da vida familiar, no sentido da falta de um quadro de referência, a partir do qual a criança poderia se desenvolver e construir sua identidade pessoal, operando a distinção entre o eu e o não eu. Assim, entende-se que a criança anti-social está buscando na sociedade o quadro de referência que necessita para transpor os primeiros estágios de seu desenvolvimento emocional, já que ela não o encontrou no meio familiar. Ela busca estabilidade e segurança através do controle externo que espera como resposta a seus atos anti-sociais, de forma que a delinquência pode ser entendida como um S.O.S., “pedindo o controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes” (WINNICOTT, 1994, p. 122).

Além disso, pode-se diferenciar no comportamento anti-social a presença de duas tendências: uma caracterizada pelo roubo, e outra pela destrutividade. O roubo se configura como a busca do objeto bom que foi perdido, a mãe suficientemente boa, capaz de interpretar e satisfazer suas necessidades. Nesse caso, o roubo também indica que ainda existe esperança de encontrar esse objeto perdido. A tendência caracterizada pela destrutividade se configura como a procura de uma estabilidade ambiental que suporte a tensão resultante do comportamento impulsivo (WINNICOTT, 1994).

Além da delinquência, pode-se citar outro processo psicológico que está associado com falhas ou ausência de um quadro de referência, o que acarreta a falta de um ambiente confiável: a constituição de um *falso self*, o qual se constrói na base da submissão e tem a função defensiva de proteger o *self* verdadeiro. A mãe suficientemente boa deve complementar as expressões do lactente, interpretando suas necessidades e oferecendo satisfação. Quando a mãe falha nesta função de complementação, ela substitui as expressões do lactente pelas suas próprias expressões, o que deve ser validado pela submissão do lactente. Assim, uma relação de submissão substitui a relação adaptativa presente no desenvolvimento normal. Essa submissão seria o estágio inicial da divisão do eu em um falso e um verdadeiro *self*. Assim, forma-se uma espécie de vitrine, uma metade voltada para fora construída com base em submissão e complacência, ao passo que a parte principal do eu, que contém a espontaneidade, permanece em segredo (WINNICOTT, 1983).

De outro modo, pode-se descrever o processo de formação do falso *self* no sentido de uma distorção no processo de desenvolvimento: o bebê assume a função ambiental quando o ambiente não é confiável, mantendo o eu oculto. Assim, o falso self se empenha na dupla tarefa de esconder o verdadeiro eu e de submeter-se às exigências que o mundo faz a cada momento (WINNICOTT, 1994).

Atualmente, a família parece falhar em oferecer este quadro de referência, e isso pode estar associado com os ideais contemporâneos de busca de prazer, autonomia e felicidade, onde os adultos estão às voltas com a busca de satisfação para suas próprias necessidades, o que dificulta que se preocupem com o outro. É importante lembrar que Winnicott (1994) considera que a “preocupação materna primária” torna-se possível a partir de uma identificação da mãe com o bebê, tomando como referência suas próprias vivências enquanto bebê. Neste contexto de busca de prazer, autonomia e felicidade, as barreiras para limitar tais ideais, que remetem às exigências de se colocar no lugar do outro, estão bastante diluídas, pois pressupõem o estabelecimento da separação eu/outro. Assim, os sujeitos encontram-se às voltas com a tentativa de conciliação entre atender os ideais contemporâneos de autonomia e felicidade, ao mesmo tempo em que precisam dar conta das extremas vivências de desamparo decorrentes da tentativa de realização desta promessa. Entende-se então que “essa dinâmica parece caracterizar os sujeitos contemporâneos que podem, por exemplo, explodir em doenças psicossomáticas, surtos melancólicos, transtornos alimentares, ou passagens ao ato violento contra o outro” (MARIN, 2002, p. 126).

Estes sintomas retomam a idéia das patologias narcísicas ou situações-limite, que não estão associadas com a conciliação de um conflito psíquico, como nas psiconeuroses, mas com a própria manutenção da existência face a situações que remetem à indistinção eu-outro (EHREMBERG, 2000). Assim, são estruturas cuja origem está nos traumas ocorridos nos primeiros anos de vida e nas características das relações objetais nestes momentos primitivos.

Segundo Ranna (1998), esta estrutura seria subjacente tanto às somatizações quanto aos comportamentos de risco, como a delinquência e a drogadição. Para este autor, existem três tipos de desarmonia nas relações objetais que estão implicadas na origem desta estrutura: 1) A caracterizada pela privação decorrente de mãe depressiva, ausente ou deslibidinizada; 2) A caracterizada pela instabilidade e inconstância, onde há grande desorganização quanto aos cuidados do bebê, a mãe com características agressivas e impulsivas, e a presença de violência nas relações familiares; 3) O bebê cuja mãe é só presença, sem a vivência da ausência ou da falta.

Considerando que existem semelhanças entre as estruturas subjacentes às somatizações e aos comportamentos de risco, torna-se pertinente abordarmos as teorizações propostas por McDougall (1996), a respeito da dinâmica psíquica subjacente aos fenômenos psicossomáticos, que se aplica então às adições e às passagens ao ato.

Os fenômenos psicossomáticos abrangem tudo o que atinge o corpo real: além das doenças do soma, “tudo aquilo que atinge a saúde ou a integridade física quando os fatores psicológicos desempenham algum papel” (MCDOUGALL, 1996, p. 22). A autora inclui, então, as passagens ao ato, predisposições a acidentes corporais, falhas no sistema imunológico e a adição, entendida como uma tentativa de superar a dor mental, através do uso de substâncias, suprimindo o conflito psíquico. Neste sentido, sua conceituação torna-se útil para compreendermos as práticas de atos infracionais como passagens ao ato, e retoma a idéia de que estas manifestações estão associadas com os processos de separação e de constituição do eu.

A matriz deste funcionamento psíquico situa-se nas origens do desenvolvimento do indivíduo. A vida psíquica começa com uma experiência de fusão: um corpo e um psiquismo para duas pessoas que assim formam uma unidade indivisível. O desenvolvimento exige o abandono desta experiência fusional, o que acarreta o aparecimento da frustração e do desamparo, de forma que passa a existir a nostalgia de um retorno a essa fusão original, a qual representa o desejo de eliminar toda frustração e toda responsabilidade.

A realidade externa mais antiga de um bebê é o psiquismo de sua mãe, o qual comanda a qualidade da relação mãe-bebê. Neste universo pré-simbólico, a mãe seria o aparelho de pensar do bebê. A partir desta matriz original, o caminho do desenvolvimento deverá seguir no sentido da diferenciação progressiva na estruturação psíquica da criança entre seu próprio corpo e esta primeira representação do mundo externo que é o corpo materno. Assim é que a linguagem começará a substituir as formas primitivas de comunicação corporal, configurando-se como uma representação que permitirá a presença na ausência. Segundo McDougall (1996, p. 36), “à medida em que diminuem o contato corporal e as formas gestuais de comunicação com a mãe, estas são substituídas pela linguagem, pela comunicação simbólica”.

Nos fenômenos psicossomáticos, há uma dificuldade em se distanciar do funcionamento primitivo fusional e pré-simbólico. Assim, estes fenômenos estão associados com as situações em que as experiências de separação são catastróficas pela inexistência de continência ao desamparo inevitável (MARIN, 2002).

Porém, por mais que seja preciso abandonar este modo de funcionamento primitivo para a conquista da diferenciação, não podemos esquecer que é fundamental que ele ocorra. Neste sentido, perturbações na comunicação mãe-lactente possibilitariam um estado de privação psíquica, uma vez que algumas mães não chegam a fundir com o bebê e outras não conseguem abandonar a fusão. Esta seria a origem das manifestações psicossomáticas. Desta forma, a mãe precisa ouvir alternadamente os desejos de fusão, de diferenciação e individuação do bebê para que ele possa se apropriar psiquicamente de seu corpo, de suas emoções e de sua capacidade de pensar ou de associar pensamentos e sentimentos (MCDOUGALL, 1996).

Quando ocorrem falhas neste funcionamento primitivo, no sentido de uma incapacidade materna para ouvir os desejos alternados de fusão e diferenciação, o bebê vive um estado de privação psíquica, impossibilitado de se apropriar psiquicamente de seu corpo e de seus sentimentos. Assim, se estabelece uma carência na elaboração psíquica e uma falha na simbolização, as quais são compensadas por um agir de caráter compulsivo, procurando, desta forma, reduzir a intensidade da dor psíquica. Então, o sofrimento mental será descarregado em manifestações psicossomáticas ou em passagens ao ato ao invés de serem reconhecidos em nível de pensamento verbal. Trata-se de dramas somáticos que são sinal de dramas psicológicos inexprimíveis, pois não foram apreendidos psiquicamente (MCDOUGALL, 1989).

O drama da subjetivação, nestes casos onde as experiências de separação são vividas como catastróficas, pode levar o adolescente a recorrer à drogadição como uma tentativa de manter a relação fusional com a mãe. O adolescente pode revelar a fragilidade de sua identidade através da capacidade de ficar imerso na excitação. Nesse sentido, ele tem a tentação de fazer desaparecer o Eu, renunciando a seu estatuto de sujeito, o que pode buscar através da drogadição, que oferece a possibilidade de poupar-se do sofrimento doloroso da separação que conduz à afirmação da identidade (MARIN, 2002).

Steffen (2006) relata, a partir de sua experiência com adolescentes em conflito com a lei na Justiça da Infância e Juventude, que a prática de atos infracionais está frequentemente relacionada com o uso de drogas. A autora desenvolve um entendimento semelhante ao que estamos apresentando, afirmando que estas manifestações estão relacionadas com uma determinada forma de estruturação psíquica, que indica uma dificuldade relacionada a processos psíquicos fundamentais. Assim, toma-se o modelo de um aparelho psíquico que tende à descarga e que, através de seu desenvolvimento, vai estabelecer processos secundários, como a simbolização, para conter a satisfação imediata. Neste contexto, a

transgressão ocorre pela falha na organização psíquica que favorece a passagem ao ato ao não conseguir estabelecer a contenção.

Além do uso de drogas, Marin (2002) aponta também o fenômeno das gangues e tribos adolescentes como alternativas para escapar à angústia de ser ou não ser através da ilusão identificatória, à medida que estes fenômenos se caracterizam por uma busca massiva de indiferenciação. Talvez seja justamente para manter esta ilusão identificatória que eles tendem a se organizar a partir de regras rígidas e bastante severas, cobrando uma fidelidade total e praticamente perpétua de seus integrantes.

A esse respeito, Diógenes (2008) acrescenta que a organização de jovens em grupos oportuniza que, através da violência, consigam causar impacto, se *destacar* e, assim, sair da invisibilidade e do anonimato, defendendo-se do vazio de referências que caracteriza a constituição do sujeito contemporâneo. Assim, os grupos urbanos se constituem como uma maneira dos jovens se contraporem ao vazio de referências, configurando territórios onde a circulação só é permitida aos enturmados: “a experiência das gangues constitui-se como apelo a uma dimensão esquecida na esfera pública, especialmente entre os jovens: a idéia de pertencimento, de reconhecimento no coletivo do grupo” (DIÓGENES, 2008, p. 45). Assim, a gangue oferece a possibilidade de construção de uma imagem identificatória coletiva capaz de sustentar as existências individuais. Ao ingressar numa gangue, o adolescente abre mão da autonomia e passa a ser o que o grupo exige que ele seja. Constitui-se, assim, como um modo de se defender do vazio identitário promovido pela sociedade da autonomia (EHREMBERG, 2000). Além disso, a constituição das gangues segundo marcas territoriais (o próprio nome delas remete a referentes do território geográfico: Comando da Zona Norte, Comando da São João) possibilita a definição de áreas de segurança e domínio, num contexto mais amplo de insegurança social.

Assim, os processos que identificam o adolescente ao grupo estão baseados em recursos reais, como a prática da violência e a referência territorial, explicitando carências no sentido da simbolização e da utilização da palavra. Sem referências simbólicas, o corpo real também passa a ser portador de marcas identificatórias, o que parece associado com as experiências pré-simbólicas e fusionais. Segundo Diógenes (2008, p. 180), “o vazio de referentes identitários de natureza pessoal, heterônoma, vai mobilizar a necessidade de se cravar entre as gangues marcas distintivas, pactos e leis cujo texto se finca e se enraíza no corpo”.

Desta forma, o corpo também pode ser entendido como veículo de comunicação: através de marcas corporais, o sujeito representa sua história, expondo as marcas que o

identificam e as referências a partir das quais se constitui. Para Diógenes (2008, p. 191), “a tatuagem é uma das formas de comunicação visual utilizadas nas tramas da identidade juvenil; ela revela por imagens o que as palavras não conseguem exprimir, ela ‘retrata’ as identidades.” Assim, é um recurso expressivo que parece fazer suplência às dificuldades de simbolização.

Diante disso, sugere-se que os ideais contemporâneos se colocam como obstáculos importantes para que o jovem consiga vivenciar a adolescência no que ela é representativa da separação e da construção de uma identidade. A ausência de adultos-referência que ofereçam continência às vivências traumáticas inerentes ao desenvolvimento subjetivo torna-se nítida quando consideramos que há uma espécie de equivalência entre as próprias características da adolescência e os ideais da sociedade da autonomia. Kehl (2004) afirma que a “vaga de adulto” parece desocupada à medida que os pais estão compartilhando as mesmas vivências que os filhos, deixando-os sem parâmetros. O paradoxo que assim se constrói pode ser expresso da seguinte maneira:

Os adolescentes pedem reconhecimento e encontram no âmago dos adultos um espelho para se contemplar. Pedem uma palavra para crescer e ganham um olhar que admira justamente o casulo que eles queriam deixar.
Moral da história: o dever dos jovens é envelhecer. Suma sabedoria. Mas o que acontece quando a aspiração dos adultos é manifestamente a de rejuvenescer? (CALLIGARIS, 2000, p. 74).

Nossa hipótese é a de que a exacerbada busca de liberdade, autonomia e reconhecimento social, característica do sujeito e, conseqüentemente, do adolescente contemporâneo, acarreta um incremento da insegurança subjetiva própria a essa fase do desenvolvimento. Mostramos como essa insegurança intensa, vivida em termos de desamparo e sofrimento psíquico, pode levar o jovem a passagens ao ato violentas, ou a renunciar a seu estatuto de sujeito através da drogadição e da participação em gangues ou tribos. Além disso, acreditamos que esta situação também pode levar alguns jovens a buscar segurança e estabilidade ilusórias em uma identidade como estratégia defensiva.

Vemos essa hipótese confirmada, por exemplo, no trabalho desenvolvido por Kehl (2004), ao abordar a *cultura da malandragem adolescente* e o caso das *meninas-mães*, como modalidades de construção de identidade, que podem ser entendidas como tentativas de se defender da insegurança subjetiva que caracteriza o adolescer contemporâneo. Kehl (2004, p.105) afirma que “se os meninos andam se fantasiando de bandido para dar conta do mundo

ameaçador que os espera e do imperativo de gozo que pesa sobre eles, as meninas do novo milênio estão virando mães cada vez mais cedo.”

A cultura da malandragem adolescente designa a utilização de referenciais ligados à violência e à criminalidade como recursos identificatórios, o que pode ser observado em adolescentes de diferentes classes sociais, à medida que, cada vez mais estes adotam as roupas, as gírias, as músicas, enfim, a estética da favela. A autora propõe que essa identificação, no caso dos adolescentes de classes médias e altas, está associada com a falta de sentido da vida pautada pelos padrões consumistas e a busca de autenticidade através da associação entre violência e poder. Segundo Kehl (2004, p. 102), “impotentes diante do caos social, adolescentes flertam com a fantasia de se tornar tão violentos (ou poderosos) quanto os bandidos que os intimidam”.

Com a expressão “meninas-mães”, Kehl (2004, p. 111) se refere aos casos de adolescentes que encontraram na maternidade precoce uma alternativa à “dificuldade de crescer e fazer projetos para a vida numa sociedade de valores individualistas”. Neste contexto, ser mãe coloca-se como uma marca identificatória que permite superar a insegurança subjetiva, ainda que acarrete outras conseqüências indesejáveis.

Assim, vemos como o fenômeno da insegurança subjetiva caracteriza a adolescência contemporânea de modo abrangente, pois perpassa as diferentes classes sociais, e tem levado os adolescentes a construir identidades que podem se tornar problemáticas, através do caminho da identificação com a “estética da violência” ou da gravidez precoce, por exemplo. Acreditamos que tais identidades são ilusórias e tornam-se problemáticas porque, na verdade, não os protege, ao contrário, talvez os exponham a ainda mais riscos.

Tomando-se o caso da associação entre adolescência e violência, podemos ver como esta identidade é problemática, no sentido dos riscos que oferece. Se considerarmos a mortalidade juvenil, veremos que a proporção de mortes por homicídios na população jovem é muito superior à da população não jovem. Segundo Waiselfisz (2004), a morte por causas externas (acidentes de trânsito, homicídios e suicídios) na população jovem é de 72%, e destas 39,9% referem-se a homicídios praticados contra jovens. Já em relação à população não jovem, a taxa de óbitos por causas externas é de apenas 9,8%, e destes os homicídios representam 3,3%.

Uma pesquisa realizada por Souza et al. (2003) revelou que mais de 83% dos homicídios que ocorreram entre os anos de 1980 e 2000 foram entre jovens do sexo masculino, em sua maioria, pobres e vivendo nas periferias de grandes cidades. Outros dados bastante significativos foram apresentados por Teixeira (2005), destacando que os homicídios

praticados por adolescentes em 2002 somavam 1.286 casos e os praticados contra eles correspondiam a 19.188. A versão mais recente do Mapa da Violência indica que houve um aumento em mais de 30% das mortes por violência na faixa que vai dos 14 aos 16 anos entre os anos de 1997 e 2007 (ABRAMOVAY, 2010). Em função disso é que Oliveira (2001) aponta que estamos diante de um verdadeiro *adolescenticídio*.

Partindo destas questões, nossa hipótese seria a de que a prática da violência e da criminalidade oferece ao adolescente a possibilidade de se defender das experiências extremas de instabilidade e insegurança subjetivas que caracterizam o adolescer contemporâneo, acirradas pelo vazio de referentes de autoridade. Seja através da passagem ao ato, seja através dos fenômenos identificatórios em gangues ou tribos, a prática do ato infracional está inserida num contexto mais amplo de violência e construção de identidade.

Diversos autores enfatizam o fato de que o quadro de extrema desigualdade social e econômica existente na sociedade brasileira ameaça fortemente o desenvolvimento do adolescente, privando-o de oportunidades legítimas de obtenção de reconhecimento social (DIÓGENES, 2008, OLIVEIRA, 2001, SOARES, 2005). Assim, nesse contexto de exclusão, a violência pode operar como um recurso de obtenção de algum *status* social, proporcionando uma espécie de inclusão às avessas (DIÓGENES, 2008).

Partindo destas considerações teóricas, desenvolvemos a presente pesquisa com o intuito de investigar, na fala dos jovens que se encontram em situação de violência, como estas questões se presentificam em suas vivências e nos modos como se identificam e constroem suas identidades.

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS E BIOÉTICOS DA PESQUISA

2.1 Delineamento

Do ponto-de-vista metodológico, o delineamento escolhido foi de caráter qualitativo, pois nosso interesse se volta para processos de identificação com a criminalidade em adolescentes em conflito com a lei, o que se caracteriza como um processo subjetivo. Assim, entende-se que

o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p. 57).

Utilizamos um delineamento de estudo de casos múltiplos, por considerarmos a estratégia mais adequada com relação às questões propostas, resumidas no objetivo geral de investigar como o ato infracional participa dos processos de identificação do adolescente em conflito com a lei no contexto contemporâneo. Além disso, entendemos que se trata de um fenômeno contemporâneo e relativo ao contexto de vida destes adolescentes, de forma que, enquanto pesquisadores, não possuímos controle sobre as variáveis envolvidas. Os estudos de caso representam uma estratégia útil quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando há pouco controle sobre o fenômeno pesquisado e ainda quando se trata de um fenômeno contemporâneo. Além disso, a opção por um estudo de casos múltiplos deve-se ao fato de que estes são vistos como algo mais robusto (YIN, 2005).

2.2 Instrumentos e Procedimentos

A coleta das informações foi realizada a partir de entrevistas individuais guiadas, cujo roteiro se encontra em anexo (Anexo B), em que os adolescentes foram convidados a falar sobre questões previamente formuladas, incentivando-se ao máximo a narrativa livre, sempre

que possível. Com a adoção deste procedimento, nossa intenção foi valorizar a fala dos participantes, entendida como uma forma de comunicação privilegiada. Vários estudiosos apontam que a fala é uma forma de comunicação privilegiada, pois ela contém a experiência, permite o entendimento intersubjetivo e social e constitui-se em um fato social, na medida em que a própria humanidade nasce com a fala e a partir dela pode refletir sobre suas condições (MINAYO, 2008).

As entrevistas foram realizadas em uma sala de atendimento individual, localizada nas dependências da própria Unidade, já que a saída dos adolescentes da Instituição é muito limitada. Realizamos duas entrevistas com cada adolescente, pois eles em geral mostraram-se inibidos no primeiro encontro. Além disso, a realização de uma segunda entrevista permitiu explorar melhor algumas questões que surgiram após escutarmos o relato da primeira. Utilizamos também alguns desenhos feitos pelos adolescentes nas oficinas prévias como fontes de conteúdos relevantes. Embora os desenhos não tenham sido planejados para este objetivo, eles se mostraram muito significativos após a realização das entrevistas, e então foram aproveitados. Foram tomadas as providências necessárias para garantir o sigilo e a confidencialidade dos dados dos participantes. As entrevistas foram gravadas em audiotape e posteriormente transcritas e analisadas.

2.3 Considerações éticas

A realização de pesquisas com adolescentes em conflito com a lei exige um planejamento especial, tanto do ponto-de-vista metodológico quanto do ponto-de-vista bioético, dadas as particularidades desta população, sobretudo quando se encontra institucionalizada para cumprimento de medida socioeducativa. A vulnerabilidade presente nestes casos requer a adoção de procedimentos especiais.

Os principais aspectos promotores de vulnerabilidade destes participantes são a própria condição de desenvolvimento psíquico em que se encontram (adolescência), o contexto social em que estão inseridos e a institucionalização. O conceito de vulnerabilidade foi incorporado aos debates bioéticos a partir da década de 90, considerando-se que “vulnerável é toda a pessoa que se encontra menos apta a se proteger” (DINIZ; CORREA, 2001, p. 685).

Primeiramente, o adolescente é vulnerável em função de sua condição de desenvolvimento incompleto, o que relativiza o exercício da autonomia. Dolto (1991) utiliza a expressão “complexo da lagosta” para se referir ao processo da adolescência; afirmando que, tal como a lagosta, o adolescente perde sua “carapaça” (condição de dependência infantil) para alcançar outra (condição de independência adulta) e, durante este processo, encontra-se temporariamente desprotegido.

Outro aspecto entendido como promotor de vulnerabilidade é o contexto social no qual estão inseridos os adolescentes em conflito com a lei. Estudos apontam que os jovens, em sua maioria, são oriundos de classes populares, contexto que, por sua vez, associa-se a opressão e pobreza (DINIZ; CORREA, 2001, OLIVEIRA; ASSIS, 1999, VOLPI, 1997). Em decorrência disso, os conceitos de vulnerabilidade e desigualdade se aproximam, pois não são vulneráveis apenas aquelas categorias historicamente consideradas como tal, ou seja, os deficientes mentais, físicos, as crianças, os senis e os institucionalizados. Também devem ser consideradas vulneráveis todas as pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade social, como ocorre, por exemplo, com as populações subdesenvolvidas, ou em situação de risco psicossocial, como o caso dos adolescentes em conflito com a lei (DINIZ; CORREA, 2001).

Finalmente, a institucionalização é reconhecidamente promotora de vulnerabilidade ao promover a desigual distribuição de poder entre os que o detém e os que se submetem a ele. Assim, a vulnerabilidade se associa com o estabelecimento de relações assimétricas, as quais “precisam ser avaliadas em suas mais variadas nuances para que possam ser conhecidas, contribuindo, assim, para minimizar a fragilidade dos sujeitos como forma de protegê-los” (GUILHEM; OLIVEIRA; CARNEIRO, 2005, p. 120).

Nesse sentido, o planejamento desta pesquisa envolveu escolhas metodológicas e éticas que tentaram dar conta das especificidades destes casos. Dentre estas escolhas, consideramos que o maior desafio encontrava-se na necessidade de se buscar garantir o exercício da autonomia e da voluntariedade, comprometido pela vulnerabilidade encontrada nestes casos. Em função disso, adotamos procedimentos especiais para proteger os participantes da pesquisa.

Os procedimentos éticos foram planejados com base nas Resoluções 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia, que se baseiam no modelo principialista proposto por Beauchamp e Childress (1979). Eles salientam a não maleficência, a beneficência, a autonomia e a justiça. Destes princípios, o da autonomia é reconhecido pelos bioeticistas como o mais importante, mas também o mais problemático

(POLLI, 2006). Ele se encontra em jogo especialmente nas situações nas quais os participantes estão submetidos a condições de vulnerabilidade, como é o caso dos participantes desta pesquisa, sendo necessária a adoção de medidas especiais que proporcionem amparo e/ou proteção.

Assim, entendemos que seria necessário oferecer especial atenção ao princípio de autonomia, manifesto pela necessidade do consentimento voluntário. É preciso garantir ao sujeito pesquisado o livre direito de escolha sem qualquer intervenção de elementos de força, fraude, mentira, coação, astúcia ou outra forma de restrição posterior, além de garantir que o conhecimento que possui do assunto em estudo deve ser suficiente para tomar uma decisão (GUILHEM; OLIVEIRA; CARNEIRO, 2005).

A assinatura formal do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), documento que expressa o consentimento voluntário, faz parte deste processo. Contudo, apesar da declaração da essencialidade do consentimento voluntário dos participantes que colaboram com as pesquisas, já foram conduzidos experimentos perversos e abusivos envolvendo comunidades vulneráveis, tais como pessoas institucionalizadas, indicando que esta questão não se resolve com a mera assinatura do TCLE (DINIZ; CORREA, 2001).

Discutindo os problemas bioéticos na pesquisa com crianças e adolescentes em situação de risco, alguns autores defendem a necessidade de que o TCLE deixe de ser apenas o registro concreto de uma autorização legal e passe a ser concebido como um processo comunicativo que precede uma decisão autônoma (NEIVA-SILVA; LISBOA; KOLLER, 2005). Com relação a isso, Vieira (2005) sustenta que, além de se garantir a voluntariedade, é preciso entender as razões que levam uma pessoa a se apresentar como voluntária para uma pesquisa, explicitando-as ao máximo. Além disso, segundo a autora, é preciso questionar se as pessoas que assinam um TCLE realmente entenderam a proposta ali contida. Quanto à pesquisa com sujeitos privados de liberdade, a autora afirma que, em tese, prisioneiros são pessoas competentes para decidir se querem ou não participar de uma pesquisa, mas, na prática, são pessoas vulneráveis e sujeitas ao abuso.

Ainda que a elaboração do TCLE seja um passo importante, é fundamental discutir o processo de obtenção do mesmo, “buscando impedir o estabelecimento de uma relação assimétrica entre pesquisador e sujeito, o que poderia resultar em formas camufladas de opressão e coerção” (GUILHEM; OLIVEIRA; CARNEIRO, 2005, p. 122). Estes autores defendem, ainda, que o debate ético frente à vulnerabilidade deverá privilegiar o desenvolvimento de habilidades e capacidades que tornem as pessoas realmente livres para decidir sobre o que é melhor para as suas vidas. Isso exige o desenvolvimento de uma

“postura crítica que lhes permitirá o enfrentamento e contraposição a pesquisadores, experimentos e ao poder que os recoloca em situação de desrespeito e injustiça” (GUILHEM; OLIVEIRA; CARNEIRO, 2005, p. 122).

A pertinência do modelo principialista é discutível quando aplicado à pesquisa envolvendo seres humanos em nossas sociedades complexas e diferenciadas, onde se verifica uma contestação permanente dos paradigmas científicos e éticos. Neste contexto, é preciso considerar, também, o princípio de proteção, como um princípio ético aplicável às situações de carência, quando não estão garantidas as condições de um consentimento livre e esclarecido efetivo (SCHRAMM; PALÁCIOS; REGO, 2008).

Diante destas questões, fomos levados a conceber a obtenção do consentimento livre esclarecido como um processo, e não apenas como uma formalidade, planejado com vistas a proteger os sujeitos da pesquisa em função das condições de vulnerabilidade em que se encontram, momento em que as questões expostas até aqui poderão ser trabalhadas.

Atendendo a algumas sugestões propostas pelos autores que apresentamos acima, a explicitação das condições de vulnerabilidade destes participantes foi tida como um primeiro passo neste processo. A partir disso, foi planejada a realização de oficinas prévias nas quais se pretendeu trabalhar os temas de autonomia e voluntariedade com todos os adolescentes institucionalizados que preenchem os critérios de participação na pesquisa. O objetivo destas oficinas foi oferecer subsídios para a discussão e entendimento dos princípios bioéticos, enfatizando-se o caráter de autonomia e participação voluntária em pesquisas. Com isso, pretendeu-se que os adolescentes se tornassem mais fortalecidos e pudessem utilizar o exercício da autonomia como uma habilidade protetiva.

2.4 Descrição das oficinas e da seleção dos participantes

Nestas oficinas, os objetivos da pesquisa foram apresentados igualmente a todos os adolescentes, oferecendo a possibilidade de participação voluntária na pesquisa. Tendo em vista que a autora da pesquisa é integrante do quadro funcional da Instituição, um procedimento especial que foi adotado foi a inserção de outra profissional, também psicóloga, na realização da pesquisa, a qual não possui vínculo com a Instituição e ficou responsável pela coordenação das oficinas, pelo processo de obtenção e assinatura do TCLE e pela coleta

dos dados através das entrevistas guiadas. Este procedimento visou minimizar a desigualdade de poder entre pesquisador e pesquisados na situação de institucionalização.

As oficinas foram planejadas para ocorrer em dois momentos: no primeiro ocorreu a apresentação das pesquisadoras e a discussão dos princípios bioéticos que devem ser observados em pesquisas com seres humanos, e no segundo encontro apresentou-se os objetivos da pesquisa e as informações constantes no TCLE. No final dos encontros, buscou-se que os adolescentes expressassem o que aprenderam com o trabalho.

Foram convidados para participar da pesquisa dez adolescentes do sexo masculino internados no Centro de Atendimento Sócio-Educativo Regional de Santa Maria (CASE-SM), unidade da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS), que é o órgão estadual encarregado da execução das medidas sócio-educativas de internação e semiliberdade determinadas judicialmente. Os participantes foram escolhidos através dos seguintes critérios de inclusão: a) estar iniciando o cumprimento de medida sócio-educativa de internação pela primeira vez; b) ser natural e procedente de Santa Maria/RS; c) aceitar voluntariamente participar da pesquisa.

Dois deles recusaram o convite e um estava em horário de aula, desta forma participaram do trabalho sete adolescentes e três pesquisadoras. A recusa destes dois adolescentes foi importante para apontar e discutir a necessidade de voluntariedade na participação tanto das oficinas quanto da própria pesquisa.

No primeiro encontro, logo após a apresentação das pesquisadoras e do objetivo das oficinas, os adolescentes verbalizaram que gostariam de participar da pesquisa e que não precisavam de nenhuma outra informação. Explicamos então que era necessário informá-los dos procedimentos do estudo, especialmente dos riscos e benefícios previstos. Os jovens então escutaram atentamente as informações. Ao final deste encontro, foi então solicitado aos jovens que expressassem graficamente o que compreenderam do exposto. Neste momento, três adolescentes saíram da sala, alegando que já estavam esclarecidos sobre a pesquisa e gostariam de aproveitar este horário para ir ao pátio tomar sol, o que não seria possível mais tarde em função das rotinas da Unidade. Como nosso interesse era não prejudicá-los, garantiu-se que eles não eram obrigados a participar, podendo sair das oficinas, aproveitando mais uma vez para explicitar a voluntariedade e o princípio da não maleficência. Esses jovens sugeriram que o próximo encontro ocorresse no pátio, para que não precisassem optar entre tomar sol ou participar das oficinas.

Diante disso, consideramos que estes adolescentes expressaram em ato como assimilaram os princípios da autonomia, voluntariedade e não maleficência, recém

trabalhados na oficina, além de buscarem uma confirmação prática de que nossa ação corresponderia ao discurso apresentado. Permaneceram na sala cinco adolescentes que fizeram desenhos, porém nenhum deles parecia diretamente relacionado com os conteúdos trabalhados nas oficinas. Além disso, demonstraram dificuldade para falar sobre os desenhos. Os jovens pareceram inibidos pela presença dos outros adolescentes e das pesquisadoras, que não lhe eram familiares. Mais adiante, foi possível identificar que seus desenhos estavam relacionados com questões subjetivas, e já atendiam indiretamente aos objetivos da pesquisa, o que pôde ser compreendido a partir das entrevistas. Nesse sentido, talvez seja possível tomá-los como uma expressão indireta dos conteúdos trabalhados nas oficinas: já que estávamos interessadas em conhecê-los, eles já mostraram um pouco de si, através dos desenhos, ainda que indiretamente e com a necessidade da realização das entrevistas para compreendermos isso. Na discussão dos casos, retomaremos os conteúdos de alguns dos desenhos para discuti-los e explicitar estas idéias.

O segundo encontro foi dividido em dois momentos, para que não houvesse coincidência entre o tempo de pátio e a realização da oficina. Neste encontro, os adolescentes mostraram-se mais engajados e participaram ativamente das discussões, mostrando-se mais familiarizados com as pesquisadoras e o grupo. Questionaram especialmente sobre o sigilo e os objetivos da pesquisa, demonstrando preocupação quanto ao destino de seus depoimentos. Indagavam principalmente se o Juizado teria acesso aos dados, e se isso teria alguma influência em suas situações processuais, e foram esclarecidos que isso não ocorreria. Apesar de oferecermos todas as garantias relativas ao sigilo e confidencialidade dos dados, um adolescente optou por não participar da pesquisa afirmando que “com essas questões de justiça não se deve brincar, principalmente quem responde a processos ainda não concluídos”. É importante ressaltar que, no início do primeiro encontro, este adolescente, assim como os demais, já havia manifestado concordância em participar da pesquisa. Assim, sua recusa pode significar que a participação nas oficinas possibilitou que exercesse crítica sobre sua escolha inicial, o que consideramos como um resultado positivo do ponto-de-vista dos objetivos das oficinas.

Quanto aos objetivos da pesquisa, indagavam sobre nossa motivação: por que o interesse sobre eles? Justificamos nosso interesse afirmando que suas vivências podem ser representativas das vivências de outros adolescentes em conflito com a lei, cuja compreensão pode contribuir para a qualificação das políticas de atendimento. Neste momento, um adolescente afirmou que, para sabermos de sua vida, basta ouvir o rap “*Depoimento de um Viciado*”, o qual ele passou a cantar, acompanhado pelos demais adolescentes. Após cantar,

afirmou: “é, isso dever ser a realidade de vários adolescentes como eu”, o que foi confirmado pelos demais. Com isso, foi possível perceber que a letra do *rap* trazida para o grupo expressa conteúdos relacionados ao contexto de vida destes adolescentes, neste caso específico o *rap* expressa principalmente conteúdos relacionados com a drogadição, como se pode ver na letra que reproduzimos em anexo (Anexo C). Através das entrevistas, foi possível perceber o quanto o uso de drogas é um aspecto bastante presente na vida destes jovens, o que será retomado adiante na apresentação dos casos. Além disso, a utilização do *rap* revela um modo de expressão que remete à constituição de grupos, dimensão importante no desenvolvimento do adolescente. Deste modo, o *rap* pôde ser visto como uma forma de narrativa rica em conteúdo, utilizado como veículo de comunicação. Supomos, ainda, que o *rap* pode ser revelador dos processos identificação e de construção de si, sendo utilizado pelos adolescentes como forma de expressão de como percebem a si mesmos, ao outro e ao contexto no qual estão inseridos. Assim, consideramos este momento da realização da oficina como uma nova confirmação indireta de que os adolescentes entenderam os objetivos da pesquisa conforme apresentamos, e que estavam dispostos a colaborar.

Este adolescente que propôs a idéia de ouvirmos o *rap* havia afirmado que não estava bem quando chegou à oficina, e tinha permanecido calado até este momento. Após cantar, sorriu e mostrou-se mais descontraído, o que utilizamos para ilustrar o princípio da beneficiência, visto que a participação na oficina proporcionou sentir-se melhor, ou mesmo sentir-se compreendido em sua forma de expressão.

Ao final, seis adolescentes aceitaram o convite de participar da pesquisa, e assinaram o TCLE, cujo formulário segue em anexo (Anexo D). Após o consentimento dos adolescentes, solicitamos também o consentimento de um familiar responsável no caso daqueles adolescentes com idade inferior a 18 anos, atendendo a uma exigência da FASE-RS. Avaliamos que a experiência de realização das oficinas foi bastante enriquecedora tanto para os adolescentes como para as pesquisadoras, e também que as oficinas atingiram os objetivos propostos. Os adolescentes iniciaram com uma postura passiva e acrítica e finalizaram com uma postura mais participativa, buscando discutir e esclarecer dúvidas. Além disso, expressaram de modo peculiar o que aprenderam a respeito dos princípios bioéticos trabalhados, e suas formas de expressão acabaram revelando também um pouco de si mesmos. Em suma, consideramos que se constituiu uma relação comunicativa satisfatória entre adolescentes e pesquisadoras.

Destes seis adolescentes, cinco foram entrevistados e terão seus casos discutidos neste estudo. O outro adolescente que também assinou o TCLE foi desligado da Instituição antes

que fossem realizadas as entrevistas. Os nomes utilizados são fictícios e alguns foram escolhidos pelos próprios adolescentes. A seguir, apresentamos um quadro com as principais características dos adolescentes que compõem o estudo de caso. A idade e o tempo de internação se referem à data em que foram convidados para participar das oficinas (08/03/2010), e não coincidem exatamente com as datas em que foram realizadas as entrevistas, as quais ocorreram durante os meses de abril e maio.

Adolescente	Idade	Escolaridade	Tempo de internação	Ato infracional que motivou a internação
Igor	18	4ª série E. F.	1ano11meses	Homicídio
Anderson	17	7ª série E. F.	1mês	Tentativa de homicídio
Cristofer	15	4ª série E. F.	4meses	Furtos
Pedro	16	Não alfabetizado	3meses	Furtos
Tiago	17	5ª série E. F.	1ano2meses	Furtos

Quadro 1 – Principais características dos participantes da pesquisa

2.5 Análise das informações

A análise das informações foi elaborada através da estratégia geral baseada nas proposições teóricas apresentadas, que consiste em tomar a orientação teórica que definiu os objetivos da pesquisa como o guia da análise dos casos estudados. Como técnica analítica específica, optamos pela *construção da explanação*, na forma de narrativa, cujo objetivo é analisar os dados do estudo construindo uma explanação sobre os casos, ou seja, buscando explicar os fenômenos estudados através da estipulação de elos causais em relação a eles (YIN, 2005). Assim, apresentamos cada caso em separado, privilegiando-se ao máximo a reprodução da fala dos adolescentes, a partir da qual retomamos os conteúdos teóricos apresentados no Capítulo 1. Após a apresentação de cada caso separadamente, elaboramos uma discussão integrada dos casos, procurando salientar semelhanças e diferenças encontradas entre eles, assim como enfatizar os aspectos que se mostraram mais significativos do ponto de vista tanto dos objetivos da pesquisa quanto do referencial teórico apresentado.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM, sendo aprovado. A Carta de Aprovação consta em anexo (Anexo E)

CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS

3.1 Caso 1 - Igor

Durante as entrevistas, Igor parecia pouco à vontade para falar sobre o que era questionado, parecendo desconfiado de algo. Na maior parte do tempo, limitou-se a responder o que foi solicitado, sendo breve em suas respostas. Ao ser questionado se gostaria de falar algo espontaneamente, chegou a responder: “por mim, eu só respondo as perguntas que a senhora perguntar”. É importante acrescentar que este comportamento é bastante habitual nos atendimentos realizados aos adolescentes na Unidade, eles precisam ser questionados para falar e costumam falar muito pouco. Na segunda entrevista, ele inicia seu relato com a seguinte afirmação: “Ó dona, é o seguinte: eu quero sair daqui, eu quero mudar de vida, né”. É visível a relação entre esta afirmação e os conteúdos das questões propostas na entrevista anterior, sobre seus projetos de vida, demonstrando a susceptibilidade de Igor à nossa influência. Nesta segunda entrevista, o adolescente parecia um pouco mais à vontade e falou com maior espontaneidade, desenvolvendo melhor os assuntos relatados na entrevista anterior.

Em conjunto, acreditamos que estas impressões iniciais obtidas já nos primeiros contatos com Igor possam ser reveladoras de aspectos do funcionamento deste adolescente em particular, mas também de outros adolescentes em situação similar. Estas dificuldades para falar podem estar relacionadas com dificuldades na simbolização, o que, como vimos no Capítulo 1 deste trabalho, é característico de uma estrutura psíquica caracterizada pela fragilidade e que tende à passagem ao ato. Além disso, as mesmas fragilidades psíquicas que promovem a passagem ao ato parecem estar relacionadas com a adoção de uma postura submissa, de entrega ao outro. Violante (1995) descreve algo semelhante a partir de seu trabalho com crianças e adolescentes institucionalizados, ao afirmar que ficava intrigada com o fato de que, apesar do excesso de frustração que tinham sofrido, todos se mostravam educados, dóceis e meigos na relação analítica estabelecida com a pesquisadora. A autora relaciona este comportamento com o desejo de estar em conformidade com o desejo e o imaginário atribuído a ela, enquanto terapeuta, consistindo assim em uma demanda primária de amor e identificação. Violante (1995, p. 36-37) entende que esta submissão, no nível

latente, poderia ser interpretada como um pedido: “modele-me segundo o seu desejo, preciso ser reconhecido para ter referências investíveis de mim; não sei o que os outros querem que eu faça ou tenha, a fim de ser amado e poder saber quem sou, qual o meu valor”. Entendemos que este também pode ser o sentido latente do comportamento apresentado por Igor, o que então sugeriria a existência de fragilidades na construção de sua identidade. Estas questões indicadas retomam a hipótese de Winnicott (1994) que associa a delinquência à privação da vida familiar, sobretudo à falta de um quadro de referência, a partir do qual o indivíduo poderia se constituir. Compreendemos que o comportamento de Igor pode revelar que está em busca destas referências que lhe faltam, assim antes de se apresentar ao outro, ele precisa saber o que o outro espera dele, para corresponder a isso, submetendo-se. Essa atitude parece ser a mesma apresentada pelos adolescentes no primeiro momento das oficinas, quando Igor e os demais imediatamente aceitaram nosso convite de participação na pesquisa, ou seja, ouviram nosso convite como um pedido e imediatamente o aceitaram, sem refletir sobre o que isso significava. Esta atitude de submissão será mais explorada adiante, a partir do conceito de falso *self* (WINNICOTT, 1994).

Quando questionado acerca de si e de sua identidade, inicialmente a resposta de Igor foi: “eu gosto de animais, gosto de mulher, de rio e animais mais”. Aparentemente, esse relato poderia parecer pouco revelador, porém, os dados descritos ao longo das entrevistas permitiram compreender o quanto sua resposta é significativa, remetendo tanto à sua história de vida quanto aos seus projetos de futuro. Como pudemos saber ao longo das entrevistas, sua relação com *rio* e com *animais* remetem-lhe à infância vivida em um sítio junto aos avôs, figuras com as quais ele admite ter tido uma relação bastante significativa: “minha avó era uma mãe pra mim, né dona”. Além disso, também se refere à relação com o pai: “na infância eu gostava muito de animais, né dona. Quando eu era pequeno (...) gostava muito de animais, cavalo principalmente. Gostava, até foi... trabalhei em cancha de carreira, pareando cavalo, cuidando cavalo (...) meu pai gostava também, aprendi a gostar com ele”. Quanto a seus projetos para o futuro, Igor falou o seguinte: “imagino numa fazenda pra fora, né dona. Uma fazenda pra fora, animais, mulher, filho (...) poucas coisas”. Pode-se observar, então, como aquela resposta inicial do adolescente contém elementos de sua infância e de seus projetos de vida futuros, demonstrando que tanto o passado como o futuro participam do modo como ele responde à questão sobre quem ele é hoje, ou seja, sobre sua identidade. É possível visualizar, ainda, a insegurança identitária típica do processo adolescente, à medida que ele recorre à infância (o que não é mais) e ao futuro (o que ainda não é) para responder quem ele é. Além disso, é possível identificar esta insegurança identitária também com relação ao fato de que

ele não responde *eu sou*, mas *eu gosto*, e lista objetos que teve ou pretende ter, mas atualmente não os possui, remetendo-se mais a ausências que presenças. Trata-se de uma fala que parece revelar um sujeito, adolescente por excelência, para o qual parecem faltar referências seguras para sustentar uma identidade que lhe permita dizer “*eu sou*”.

O risco e a instabilidade presentes em seu cotidiano também aparecem expressos quando o adolescente foi questionado sobre como pensa que estaria caso não estivesse internado: “não sei, podia tá rico, podia tá morto (...) rico, morto, aleijado, imprestável, uma dessas coisas eu ía tá, né dona”.

Em outro momento da entrevista, o adolescente fala de si no contexto de sua história de vida e aponta para a associação entre o uso de drogas e a prática de atos infracionais:

Eu já vivi bastante, né dona; e agora há pouco eu perdi um pai. Mas quando eu tava na rua eu era bem, bem marginal mesmo, usava droga, assaltava, roubava e... mas agora, depois que eu vim pra cá eu mudei né, já penso mais. (...) Isso começou quando eu tinha 13 anos de idade. Comecei a fumar maconha, daí depois da maconha passou a cocaína, com 16 anos comecei a usar cocaína e daí depois com 17 eu experimentei o crack (...) e tinha que roubar, fazer alguma coisa prá conseguisse esse dinheiro... dei o meu jeito, arrumei um revólver e meti assalto, né. Fui assaltar, fazer o estilo de assaltar. Já trabalhei também, mas o serviço que eu trabalhava ía todo o dinheiro pra droga.

Neste contexto de uso de drogas e criminalidade, Igor então verbaliza “*eu era*”, referindo-se ao fato de ter sido bem marginal. Neste sentido, parece-nos que estas referências ligadas ao uso de drogas e prática de atos infracionais possibilitaram uma consistência identitária que permitiu a ele utilizar o verbo ser, ainda que referido no passado *eu era*. Apesar disso, a utilização da expressão “fazer o estilo de assaltar” parece remeter a uma atuação, a uma representação, como se esta fosse uma identidade “vestida”, aparente, não autêntica, mas, ainda assim, com um pouco mais consistência. Retomaremos esta questão adiante.

É preciso considerar, contudo, que isso se torna paradoxal se levarmos em conta os riscos assumidos tanto com o uso de drogas quanto com a prática de atos infracionais. Assim, ao mesmo tempo em que o uso de drogas e a prática de atos infracionais parecem oferecer referências para a construção de uma identidade de “marginal”, que poderia ser pensada como uma defesa (DIÓGENES, 2008, KEHL, 2004), estes são atos que colocam a vida em risco, mantendo-o desprotegido.

Em outro trecho da entrevista, encontramos a explicitação dessas idéias desenvolvidas anteriormente:

Eu comecei usando droga né dona, eu comecei usando droga e já fui pro crime. Aí no crime eu me perdi e tô aqui hoje (...) tinha um pouco de noção né dona. Tinha um pouco, tinha noção e tal; eu punha a minha vida em risco e a vida dos outros, né dona. Mas eu não pensava muito nisso. Depois que eu parei, parei com as droga e parei, tô aqui eu penso, penso mais nisso.

Neste relato, o adolescente indica que “se perdeu” no crime, idéia associada a expressão “estilo de assaltar”. Desta forma, assumir esta identidade de marginal, ou representar este papel, implica em se perder, ou perder algo de si, deixar de ser si mesmo, conforme ele se pensa hoje. Intriga-nos a questão: que perda seria esta? Continuamos a análise do caso com esta questão em mente, de forma a conseguirmos encontrar ou elaborar alguma resposta a essa questão.

Em seus depoimentos, é possível identificar que o uso de drogas antecedeu a prática de atos infracionais e até mesmo aparece como a principal motivação para praticá-los. Esta associação entre prática de atos infracionais e uso de drogas torna-se compreensível a partir da teorização proposta por autores como McDougal (1996), Ranna (1998), Marin (2002) e Steffen (2006) que defendem a existência de uma mesma estrutura subjacente às passagens ao ato e à situação de drogadição. Deste modo, delinquência e toxicomanias estão relacionadas com uma carência na elaboração psíquica e uma falha na simbolização, as quais são compensadas por um agir de caráter compulsivo, que procura, desta forma, reduzir a intensidade da dor psíquica. Estas dificuldades na simbolização parecem se evidenciar também quando o adolescente relata que “não pensava muito nisso”. A origem deste funcionamento, conforme estes autores, situa-se em momentos precoces do desenvolvimento psíquico, nos quais perturbações na comunicação mãe-lactente teriam possibilitado um estado de privação psíquica (MCDUGALL, 1996).

O modo como o adolescente descreve os atos infracionais cometidos também parece sugerir a existência de carências na elaboração psíquica e de falhas na simbolização, vejamos o depoimento a seguir:

O homicídio foi um acerto de conta. O assalto eu tava precisando de dinheiro e o... E o furto, era furto de animais, eu peguei só pra, só pra me, me, me divertir ali. Roubei 3 cavalos ali, pra andar, e no fim a polícia me pegou com os cavalo e descobriram que eu tinha pegado, tinha roubado, mas isso eu era menor.

O adolescente resume sua fala à descrição dos fatos, sem agregar a eles nenhuma qualidade ou valor: através de seu relato, não é possível identificar como ele qualifica estes atos: como bons ou maus, como corretos ou incorretos? O que significam esses atos para ele?

É como se revelasse um funcionamento mecânico ou instrumental: se o cara me deve, eu acerto as contas; se eu preciso de dinheiro, eu assalto; se eu quero me divertir, eu furto animais. O mesmo parece ocorrer quando responde à pergunta sobre seus sentimentos com relação à privação de liberdade: “Como é que eu me sinto? Me sinto preso, né dona”.

Isso também é observado em outro momento, no qual ele fala sobre a internação a partir das conseqüências concretas que ela acarreta em sua vida; novamente observamos que ele não aborda esta experiência do ponto-de-vista do seu significado ou de seus sentimentos, apenas a descreve:

Eu tô aqui porque eu tô pagando o que eu fiz lá fora, né dona. Que já que eu tô pagando, é bom até... eu tá pagando o que eu devo, prá mim sair limpo, não devendo nada pra justiça, podendo seguir minha vida normal, de outro jeito (...) Bah, só de ficar um ano preso aqui já, já pensei, né dona. Enquanto eu sou de menor é meses, depois, eu crescido vai ser anos, né dona, preso. Agora que eu sou de maior se eu chego a cometer um delito tipo esse, é anos preso, não é mais meses.

Este relato descritivo, restrito aos fatos, se repete quando ele é questionado sobre sua família:

Minha família pra mim é, minha mãe se separou umas três vezes do meu pai e voltava de novo, morei mais com meu pai do que com minha mãe (...) brigavam e se separavam, mas agora não tenho mais pai né, perdi meu pai (...) tenho dez irmão, comigo são onze, mas ao total, total, tenho 23 irmãos.

É muito interessante a resposta que deu sobre o que acha de ter todos estes irmãos: “eu não acho nada”. É claro que cabe questionarmos se o modo como formulamos esta e outras questões não foi inapropriado, pois em diversos momentos o adolescente questionava: “Isso aí que é pra mim dizer? (...) Não tem como a senhora perguntar melhor? (...) Como é que é a pergunta?”. Violante (1984) apresenta questionamentos semelhantes em pesquisa realizada com internos da FEBEM/SP, relatando, por exemplo, que foi levada a alterar a questão “como você vê os outros menores?” para “o que você acha que os outros menores são?” em decorrência da resposta dada por um dos primeiros entrevistados, que foi “vejo pelo muro.”

Em que pese esta ressalva, acreditamos que a resposta do adolescente parece estar mais relacionada com falhas na simbolização que acarretam um modo descritivo de falar, reproduzindo fatos, sem desenvolver maiores sentidos relacionados a esses. Se retomarmos a idéia de que os atos infracionais são considerados como passagens ao ato, em que a excitação não é elaborada psiquicamente mas imediatamente descarregada como ação motora devido a falhas na simbolização (MARIN, 2002, MCDOUGALL, 1996, STEFFEN, 2006), pode-se

pensar que este modo de falar mais descritivo é significativo. Essa fala desprovida de maiores significados subjetivos, emoções, afetos e convicções indica essas dificuldades de elaboração e reflexividade desses jovens.

Sobre a importância de seus familiares, Igor novamente descreveu situações concretas:

Quando eu tô aqui, na hora mais difícil, quem vem me dá apoio são eles, né dona (...) minha mãe, meu pai já veio me visitar. Meus irmão, minhas irmã, meus irmão vieram de Caxias do Sul me visitar aqui (...) Ela [a mãe] gosta bastante de mim, se preocupa muito comigo e eu também me preocupo com ela né (...) Quando ela vem aqui, ela chora às vezes, na hora de ir embora ela chora (...) na hora do velório que eu fui, no velório do meu pai, ela queria que eu ficasse em casa, não queria que eu voltasse. (...) Me diz pra mim mudá né, ser um guri melhor pra... pra mim saí daqui, pra mim me comportá.

Com relação a esse depoimento, é digno de nota que ele descreve situações relacionadas com a privação de liberdade para justificar a importância que confere a seus familiares. Indagamos-nos: será que o valor conferido à família não estaria realmente associado à institucionalização? Observamos que a importância da família é muito presente no discurso dos adolescentes institucionalizados, principalmente da figura materna, porém, tão logo começam a sair da Unidade, parece que o espaço menos freqüentado e valorizado é justamente o familiar. São freqüentes as queixas dos próprios familiares com relação a isso, na instituição.

Vários estudos apontam as fragilidades das famílias de adolescentes em conflito com a lei (DIAS; SIMON; ARPINI, no prelo, FEIJÓ; ASSIS, 2004, CARVALHO; GOMIDE, 2005, PRIULLI; MORAES, 2007) associando-as às fragilidades da própria estruturação psíquica destes adolescentes devido a falhas nas funções parentais. Assis e Souza (1999), por exemplo, indicaram que os adolescentes que cometeram atos infracionais mantêm imagens mais idealizadas de suas famílias que adolescentes que não cometeram esses atos. Esta valorização provavelmente encobre uma relação entre pais e filhos, que é, na verdade, precária. A idealização seria, então, uma modalidade de defesa de uma realidade frustrante, que vai além das condições de suportabilidade e que podem ser intensificadas pela própria privação de liberdade. Retomando Winnicott (1994), poderíamos então pensar que esta idealização revela justamente a falta de uma mãe suficientemente boa, a qual possibilitaria a internalização de uma instância psíquica com função protetiva. No ambiente hostil que representa a internação, a necessidade de uma mãe suficientemente boa pode tornar-se mais intensa, daí a idealização como uma resposta possível, negando a falta dela na realidade.

Por outro lado, Dias, Simon e Arpini (no prelo) indicam que a família pode se reorganizar durante o período de institucionalização do adolescente, oferecendo a esse um suporte maior, o que em outros momentos não se encontraria presente no desenvolvimento do adolescente. Nesse sentido, a institucionalização parece “obrigar” socialmente a família a olhar para os comportamentos desviantes do filho e buscar fazer alguma coisa em relação a esses comportamentos.

A dificuldade com relação à expressão dos afetos torna-se bastante explícita nos momentos da entrevista em que Igor falou sobre sua dificuldade de chorar. Quando foi entrevistado pela primeira vez, haviam passado poucos dias da morte do pai do adolescente, e ele fez referência a isso em diversos momentos da entrevista. Em um deles, o adolescente conta que não chorou no velório do pai:

Consegui me segurar pra não chorar porque minha família tava toda lá né. Minhas irmãs, meus irmão tavam tudo chorando, aí eles íam ficar meio chateados assim, de me vê algemado, chorando, triste ainda né. (...) Eu não, eu não consigo chorar com qualquer coisa, né (...) Às vezes até faço um esforço, mas não consigo chorar (...) Não sei, secaram as lágrimas do meu coração, eu acho (...) de tanto que eu chorei quando eu era pequeno, mas já chorei né (...) Bah chorava muito quando eu era criança, minha mãe me dava em mim, daí eu, eu chorava (...) chorei no velório da minha vó também (...) ela era uma mãe pra mim, né dona. Que me criou desde os sete anos até os quase 13 anos por aí, morei com ela. Me deu vontade de chorar, eu chorei, cheguei a chorar.

Neste relato, ele associa sua dificuldade de chorar com experiências infantis na relação com sua mãe. O jovem revela uma imagem de mãe distante daquela idealizada. Observamos aqui que ele indica a presença de uma mãe abusadora, que fez “secar as lágrimas de seu coração”. Essa expressão parece ser uma metáfora que aponta que sua mãe teria sido a responsável por acabar com sua capacidade de sentir e expressar sentimentos. Denuncia uma mãe que provavelmente falhou em sua função protetiva. O jovem também indica que se encontra impossibilitado de chorar para não gerar mais mal-estar em sua família. Revela uma preocupação com o bem-estar de seus familiares frente à sua imagem, algemado, chorando. Igor acredita que seus familiares ficariam ainda mais tristes com isso.

Enfim, cabe retomarmos as hipóteses que mobilizaram esta pesquisa, acerca dos processos de identificação baseados em referências ligadas à criminalidade. Pensávamos que as tatuagens e a relação com letras de *rap* estavam relacionadas com esta identidade e poderiam nos informar sobre isso. Após a realização dessa e das demais entrevistas, constatamos que estes aspectos apareceram apenas timidamente nos relatos dos adolescentes. Nesse caso, ao ser questionado sobre tatuagens, Igor afirmou: “eu não acho interessante

tatuagem”. Porém, revelou que já fez algumas, tanto em si como em outras pessoas. Sobre rap, ele também afirmou que não acha interessante, mas considera que o rap “dá coragem, tira o medo, fala a realidade do povo pobre, do povo preto (...) a realidade que acontece nas periferia das cidade né, das cidade grande”. E sobre a expressão *vida loka*, declarou que é:

uma vida que não é fácil, né. Uma vida que é uma vida loca, uma vida no crime, uma vida que tem que roubar, assaltar pra conseguir as coisa, não é uma vida fácil. Que nem, não digo fácil, né, porque o trabalho não é fácil também, mas não é digno como trabalhar. Vida loca é vida loca. (...) Eu já fui vida loca, pretendo não ser mais.

Assim, parece-nos que estas questões lhe dizem respeito sim, mas acreditamos que esses indicadores de uma identidade associada à criminalidade estejam relacionados com um dado contexto, que pode ser tanto o contexto social das periferias (local onde viveu e se desenvolveu) quanto o institucional – da internação. Como uma estratégia de defesa relacionada a estes contextos, ela parece não ter sido revelada nas entrevistas, pois se tratava de um contexto diferente e, sobretudo, de uma relação específica, com um profissional que poderia estar representando a instituição. Situando-se num espaço protegido semelhante ao espaço terapêutico e em uma relação próxima da relação terapêutica, o que pode ter sido propiciado pelo fato de que as entrevistas ocorreram na sala utilizada para os atendimentos psicológicos e foram realizadas por uma psicóloga, talvez o adolescente tenha sido levado a revelar outros aspectos de si, o que ele provavelmente não faz comumente em suas relações cotidianas. Outro aspecto que pode explicar parte dos dados encontrados é o fenômeno da desejabilidade social. O adolescente pode ter falado apenas o que a entrevistadora esperava ouvir, ou o que ele acreditava ser socialmente esperado. Assim, questões relacionadas com tatuagens e músicas de rap não fariam parte da imagem que ele quer mostrar de si, ou que ele acha que a entrevistadora espera ouvir.

Ao final da entrevista, a pesquisadora apresenta ao adolescente o desenho que ele havia feito durante as oficinas prévias à realização da pesquisa, o qual reproduzimos em anexo (Anexo F), pois o conteúdo do desenho pareceu associado com os depoimentos prestados por esse adolescente. Ainda que não se pretendesse, inicialmente, utilizar estes desenhos na pesquisa, eles se mostraram muito significativos, isso ocorreu especialmente no caso de Igor. Ele desenhou um cavalo, preso a uma árvore, e um revólver, dois aspectos aparentemente sem relação um com o outro que adquiriram sentido a partir do relato oferecido nas entrevistas. A reação do adolescente diante do desenho foi de surpresa, como se depois das entrevistas ele visse no desenho mais do que teria visto antes. Parecia mesmo estar

se reconhecendo ali, sobretudo porque seu relato explicita o que foi expresso graficamente, ainda que não intencionalmente. Em um trecho das entrevistas, ele havia relatado o seguinte:

Já tive cavalo, já tive várias carroça (...) Eu vendi né, porque eu cometi assalto, aí eu tava sem revólver, comecei no crime. Aí eu vendi pra comprar revólver. Troquei por revólver, droga. (...) droga e revólver. Tive um primeiro que eu troquei por um revólver, fui lá fiz um assalto, comprei outro, me quebrei de novo, vendi, comprei outro, fiz um assalto, comprei outro, me quebrei, vendi... o último eu tava com um revólver na rua, né dona.

Ao ver o desenho, ele afirma: “esse cavalo tá preso que nem eu, né dona, tá atado”, confirmando assim o quanto seu desenho pode ser tomado como uma expressão de sua identidade e de sua situação atual. Além disso, esta oscilação entre o “revólver” e o “cavalo” nos parece relacionada com as idéias que estávamos desenvolvendo até então, sobre os processos de identificação e as referências que o adolescente lança mão nesses processos de construção da identidade. Acreditamos que a teoria de Winnicott (1994) a respeito da divisão do eu em um verdadeiro e um falso *self* pode ajudar a compreender esta dinâmica. O cavalo parece relacionado com identificações baseadas em suas experiências infantis e em relações que foram significativas (a avó/mãe e o pai), assim como com a identidade que possibilita reconhecimento valorizado no meio familiar e social, num sentido amplo. A arma parece relacionada com a obtenção de reconhecimento em contextos marcados pela criminalidade. O fato de que o adolescente oscila entre estas identificações, tão diferentes entre si, parece relacionado com uma atitude de submissão ao outro, que é a atitude relacionada com a formação do falso *self* (WINNICOTT, 1994). Essa atitude parece ter caracterizado sua participação nos momentos iniciais das oficinas e também durante a entrevista. Assim, seriam identidades que funcionam como uma vitrine, uma fachada, permitindo assim a adaptação a diferentes contextos, e visariam à proteção do verdadeiro *self*, que contém toda espontaneidade (e necessidades afetivas), mas não encontrou um ambiente favorável ao desenvolvimento.

Encontramos então uma possível resposta para a questão que deixamos em suspenso, sobre o adolescente ter perdido algo ao entrar na vida do crime: seu *self* verdadeiro. Este é caracterizado pelas carências, fragilidades e dificuldades de estruturação. Ao assumir a identidade de bandido, mostra-se forte, poderoso, mas “*se perde*”, ou seja, mantém o *self* verdadeiro oculto, pois suas necessidades emocionais primárias não foram efetivamente satisfeitas. O jovem conseguiria no grupo de pares apenas um reconhecimento parcial, baseado no respeito e medo, não no afeto e aceitação. Podemos pensar que o cavalo está

relacionado ao *self* verdadeiro, à medida que este está relacionado a experiências infantis positivas e relações familiares significativas. Essas idéias estão relacionadas a novas hipóteses, que indicam a necessidade de dar continuidade e aprofundar nosso estudo.

Esta dinâmica psíquica entre *self* verdadeiro e falso *self* parece correlata a uma descrição proposta por Violante (1984) - “dilema do decente malandro” – que apresenta um cunho mais social. Através de pesquisa com adolescentes internos da FEBEM-SP, a autora conclui que o adolescente institucionalizado acaba vivenciando um conflito entre identificar-se com os pares ou com o que é socialmente aceito. Enquanto ser decente significa ser socialmente aceito, ser malandro significa ser respeitado no grupo de pares. Ser decente implica a aceitação de suas condições marginais de existência, enquanto que a malandragem expressa a insubmissão às suas condições de existência.

Assis e Souza (1999), em um estudo que comparou adolescentes que cometeram atos infracionais com seus irmãos que não cometeram atos infracionais, também descrevem resultados próximos a essas compreensões apresentadas. As autoras indicaram a existência de diferenças quanto à auto-imagem nos dois grupos, pois enquanto os não-infratores se reconheciam como pessoas calmas, tranquilas e conformistas com relação à realidade social, os adolescentes que cometeram atos infracionais se reconheciam como arrojados, valentes e rebeldes com relação às dificuldades da vida.

Este dilema se atualiza nas relações institucionais e nos parece de fundamental importância para o trabalho sócio-educativo. É necessário identificar este dilema e oferecer espaços para que o adolescente o reconheça e se reconheça nele, para que possa ultrapassá-lo. É nesse sentido que poderá se definir uma escolha entre os dois caminhos representados pelo cavalo e pelo revólver.

É preciso salientar, ainda, o quanto o adolescente mostrou-se suscetível à influência do outro, respondendo conforme imaginava que fosse a demanda a ele dirigida. Isso parece explicar porque costumam haver sérios conflitos entre os diferentes agentes institucionais acerca do modo como são vistos os adolescentes. Para os monitores que trabalham com os adolescentes em grupos no contexto maior da instituição, eles costumam ser vistos como bandidos, perigosos e violentos; enquanto que para os técnicos, que trabalham individualmente em espaços mais protetivos, os adolescentes são vistos como indivíduos com inúmeras carências, fragilidades e vitimizações. Grosseiramente, diríamos: para uns, marginais; para outros, marginalizados.

Além de uma possível explicação para estes conflitos presentes no contexto institucional, nossa argumentação também apresenta um aspecto que deve ser considerado

como crucial no trabalho sócio-educativo: a relação que se estabelece com o adolescente. Esta parece direcionar decisivamente o modo como ele irá se posicionar frente ao profissional, já que vivencia um dilema e se encontra às voltas com a construção de sua identidade.

3.2 Caso 2 - Anderson

Anderson estava internado há pouco mais de um mês quando foi realizada a primeira entrevista. Diferente de Igor, Anderson falou bastante e sem dificuldades durante as entrevistas, pois parecia mesmo ter necessidade de usar este espaço para falar de si e de sua situação atual. Acreditamos que esta necessidade de falar esteja associada com sua condição psíquica no período em que as entrevistas foram realizadas, marcada pela presença de forte angústia. Ele parecia vivenciar uma situação limite, com ideação suicida, o que culminou em uma tentativa de suicídio e a transferência para internação hospitalar dias depois da realização das entrevistas da pesquisa. Como Anderson revelou estas questões durante as entrevistas, seu caso foi imediatamente encaminhado para o setor de saúde da instituição, com vistas a garantir a preservação de sua integridade. Ele foi informado previamente sobre este procedimento. Assim ficamos sabendo que o adolescente já estava recebendo tratamento, bem como que a instituição já tinha conhecimento de sua ideação suicida. Durante a segunda entrevista, especialmente, ele não conseguia falar por muito tempo sobre outras coisas, e logo voltava a repetir sua ideação suicida, chegando a verbalizar como tentaria:

ficar vinte e quatro horas dentro de uma cela, em quê, em quê que tu vai pensar? Bobagem! Entendeu? Beih, tô tri a fim de, de me matar, dona. Mas eu não acho um jeito dentro daquela cela, de eu me matar. Mas hoje eu achei um jeito (...) um cordão do tênis. Eu vou me matar, já avisei, já vou avisar os monitor lá.

E assim foi que ele tentou o suicídio dias após, o que não se concretizou porque o adolescente que ocupava o dormitório vizinho ouviu e chamou os funcionários. Apesar de procurar focar sua narrativa na situação de crise que estava vivenciando, Anderson também revelou sem dificuldades os aspectos de si e de sua vida que estávamos interessados em conhecer.

Indagado sobre quem é, Anderson respondeu:

O que eu posso dizer é que eu sou um menor infrator, que eu posso dizer até agora (...) eu me acho um cara guerreiro né meu. Eu me acho um cara batalhador, entendeu. Porque quando eu tava na rua eu tava correndo atrás da máquina né. Tava fazendo várias correria. Eu me acho um cara batalhador, mas quando eu tô aqui dentro, eu sou um preso (...) essas correrias que eu fazia, era ir pra escola, fazer curso, entendeu. Essa aí era as correria que eu fazia, mas agora como eu tô preso, não tem como fazer nada, né meu (...) Estudava, fazia curso, essa era a minha correria. Namorava também. Eu tenho a minha namorada, ela veio aí mas só que não deixaram ela entrar, por causa que ela é de menor. Não deixaram ela entrar, ei, tô com a cabeça a milhão, a milhão.

Neste trecho, já se percebe como a prática de atos infracionais participa do modo como ele se identifica, oferecendo uma referência a partir da qual ele diz quem é: “eu sou um menor infrator, um preso”. Fora da instituição, ele se identifica como um “cara guerreiro, batalhador”, que fazia suas “correrias”: estudar, fazer cursos e namorar. No contexto institucional, os adolescentes costumam utilizar esta expressão, “correria”, para se referir a ações difíceis, que exigem esforço. Por que, então, Anderson descreve estas atividades como “correrias”? Por que é preciso ser guerreiro e batalhador para realizar estas atividades tão típicas para um adolescente? Pelo que veremos a seguir em seu relato, acreditamos que este modo de se referir a estas atividades pode estar relacionado com a fragilidade de sua estruturação psíquica e a dificuldade de sustentar sua existência a partir de referências muito frágeis. Contudo, é preciso considerar também a escassez de oportunidades e de chances sociais que caracterizam os contextos sócio-culturais em que estes jovens se desenvolvem, o que se materializa pela precariedade na oferta de ensino, profissionalização e trabalho (BRASIL, 2005).

Outro aspecto que aparece neste relato parece ser o contraste entre o modo como ele se identifica na instituição, como um menor infrator/preso e o modo como se identifica fora dela, como um cara guerreiro/batalhador. Pelo que veremos, é possível pensar que a institucionalização intensificou um sofrimento pré-existente, relativo às dificuldades que Anderson enfrenta para sustentar sua existência. Logo no início da entrevista ele já demonstra o estado mental em que se encontra: “tô com a cabeça a milhão, a milhão”.

Ele revela um excesso de tensão, apresentando um relato sobre suas ideações suicidas:

eu tô, tô com a cabeça bem, bem a milhão. Se eu fizer alguma coisa agora, eu vô faze, sem pensar, vô pega e vô fazer. Vô fazer e pronto (...) me matar, penso me matar (...) quem tá aqui dentro, preso, não é assim, espera e pensa, é difícil, é difícil. Tu passa 24 horas dentro de um dormitório e tu só pensa bobagem, só bobagem, eu sou um que só penso bobagem (...) Eu penso em me matar, penso em pegar o fio ali, puxá no meu pescoço e me matar. Penso, puxo uns apoio também ali, pra ver se eu me desestresso, mas não adianta. Peço remédio, mas não me dão remédio pra mim tomá. Isso aí é que eu tô com mais raiva também, que eu tô precisando de ajuda, mas não tão me ajudando, entendeu? (...) por exemplo, me dando uma injeção, me

acalma, me deixa calmo. Só que não querem dar pra mim né, meu. Eles preferem ver eu pedalando a porta, entendeu? Isso aí, né meu, mas na hora que eu sair daqui, também nunca mais quero voltar pra cá (...) Não é só aqui dentro e lá fora também, eu pensava também, às vezes, também em me matar... quando às vezes se desse alguma coisa errada comigo, eu já partia. Já pode ver os meus pulsos, ó (...) já cortei meu pulso.

É possível visualizar excesso de tensão no relato que o adolescente apresenta, diante de um sofrimento que ele não consegue dar conta, bem como sua queixa de não se sentir ajudado. É interessante que uma forma de tentar aplacar o sofrimento é fazendo “apoio”, ou seja, um exercício físico, indicando que o corpo assume aí uma função de descarga. McDougall (1996) ao teorizar sobre os fenômenos psicossomáticos nos auxilia a compreender essa situação. A descarga motora, assim como a passagem ao ato, ocorre quando a sobrecarga afetiva e a dor mental ultrapassam a capacidade de absorção pelas defesas habituais. Ambos os fenômenos indicam a existência de fragilidades na estruturação psíquica, o que se origina em momentos precoces do desenvolvimento conforme proposto por alguns autores revisados nesse estudo (MCDUGAL, 1996, RANNA, 1998, MARIN, 2002, STEFFEN, 2006). Neste caso, o corpo torna-se palco de dramas psíquicos não simbolizados, ou seja, não apreensíveis pelo aparelho psíquico (MCDUGALL, 1996).

Assim como a descarga motora, o uso de drogas também parece um recurso para buscar alívio ao sofrimento: “quando tava muito estressado assim, ou eu puxava um peso ou eu fumava uma maconha”. No contexto institucional, em que a droga não está acessível, o medicamento parece ser buscado com um substituto: “hoje faz quatro mês que eu não uso droga né (...) às vez to bem rebelde, né, tipo hoje, hoje tô meio rebelde hoje, vou ser obrigado a tomá injeção, alguma coisa, entendeu”.

O uso de drogas, em especial, evidencia como um recurso inicialmente buscado como alívio acaba colocando a própria vida em risco, evidenciando um aparelho psíquico que parece funcionar no limite entre o alívio e a morte psíquica. Isso se explicita quando Anderson relata as situações em que tentou suicídio. O suicídio é uma questão que já esteve presente na vida de Anderson em outros momentos antes da institucionalização, e durante as entrevistas ele descreveu quatro situações em que tentou o suicídio:

com corda, estilete, faca, com tudo isso aí, eu já tive internado lá no HUSM². Lá tive internado lá também, duas semanas (...) a primeira foi pela minha namorada, ela me deixou e foi embora (...) a segunda é por causa que eu sou, eu era um usuário de droga né. Daí não queria mais conviver desse jeito usando droga, daí eu pensei: ‘Bah se eu me matar acaba isso aí, acaba esse sofrimento’, entendeu. E terceira meu pai

²

Hospital Universitário de Santa Maria, RS.

né, meu pai gostava de me incomodar, me amolá minha cabeça, me peleá, só coisa ruim né. Daí eu pensava em me matar né. Pensava: 'tá, se eu morrer acaba isso aí tudo, acaba esse sofrimento, acaba de tarem falando: ah o Anderson fez isso, ah o Anderson fez aquilo', entendeu... É um monte de coisa na cabeça do cara, beih, tá loco (...) A quarta vez, tá loco... bah, a quarta vez foi que eu roubei a casa do meu pai, roubei tudo que tinha dentro da casa dele, quase (...) pra usar droga (...) daí eu falei pra ele, mas onde tava as coisas né. Daí eu peguei tipo meio que a, a, arrependi né. Bah tá loco ó, o que que eu fiz meu. Fui entregá umas coisas dele de novo, daí entreguei umas coisas né, que eu tinha pegado dele. Daí entreguei né, meu. Aí pensei bah, mas tô virado num animal, num verme, vô acabá com isso. Daí eu fui botá a corda no pescoço, fui desce do banco assim, meu pai me segurou daí, quase, quase me matei, eu só arredei o banco assim, e desci assim com a corda, a corda apertou, ele me ergueu de volta assim pra corda floxá assim, daí me tirou da corda.

Neste relato, identificamos os motivos elencados pelo adolescente para tentar o suicídio: o abandono da namorada, o uso de drogas e a relação conflituosa com o pai. A relação com pai, aliás, é um dos principais temas abordados pelo adolescente ao longo das entrevistas. O pai aparece como implicado nas tentativas de suicídio, nos atos infracionais praticados e também nos projetos de vida de Anderson, sendo uma figura eminentemente significativa em sua vida, o que veremos adiante. Nestas situações, ele demonstra que a tentativa de suicídio parece responder a uma necessidade de acabar com um sofrimento que parece ultrapassar sua capacidade de suportá-lo. Contudo, este caso parece bastante complexo, e uma hipótese que não pode ser excluída é a de que as ameaças de suicídio representem tentativas de manipulação.

Retomamos a teorização acerca das origens do desenvolvimento do indivíduo, a partir das propostas de McDougall (1996), para compreender esse fenômeno. Para autora, a vida psíquica começa com uma experiência de fusão: um corpo e um psiquismo compartilhado por duas pessoas que formam uma unidade indivisível. O desenvolvimento exige o abandono desta experiência fusional, o que, conseqüentemente, acarreta o aparecimento da frustração e do desamparo. Assim, passa a existir a nostalgia de um retorno a essa fusão original, representada pelo desejo de eliminar toda frustração e toda responsabilidade. Essa descrição parece ser apropriada à situação de Anderson, que parece recorrer à tentativa de suicídio como uma passagem ao ato que busca acabar com a frustração, sofrimento e responsabilidade acabando assim com a própria vida. De outro modo, pode-se pensar que os anúncios prévios às tentativas de suicídio, assim como as próprias tentativas na presença do outro, podem indicar novamente uma tentativa de manipulação. O fato de mostrar as marcas de tentativas de suicídio que tem no corpo também parece indicar um endereçamento em seu ato, que este pode conter uma mensagem endereçada ao outro, e assim

distancia-se um pouco da idéia de passagem ao ato como algo que prescinde de simbolização e representação mental.

As tentativas de suicídio e o abuso emocional sofrido, em especial, em relação à figura paterna, estão presentes em seu relato:

Ah, ele falava: ‘tu é um baita de um drogado, não sei quê... Um baita drogado, tu nunca vai te ajeitá. Tu nunca vai ser um cara na vida, não sei quê...’ Mas eu vou ser sim, mas só que tem horas que tu tenta se matar, mas tem horas que tu tenta erguê a cabeça e seguí, entendeu. É, eu não sei dizer direito, mas é uma coisa assim instantânea, que tu pensa em se matar, mas tem horas que tu pára: Bah, ô, meu, tem que pará com isso, não vô me matá não. Por tal e tal motivo não vou me matá, por exemplo, hoje eu talvez eu sou capaz de fazer uma loucura hoje.

Anderson revela ambigüidade sobre viver ou morrer, um drama que, para ele, pode ser, até certo ponto, inexprimível: “eu não sei dizer direito”, ou seja, trata-se de um drama que ultrapassa sua capacidade de apreensão psíquica.

Perguntado sobre o que se constitui como um apoio para que ele desista do suicídio, ele aponta a mãe:

minha mãe, eu lembro dela, porque ela vai sofrer muito se eu pegar e me matar. E aí ela é capaz de também se matar também. Só ela que faz tirar esse pensamento da minha cabeça, que eu vou me matá. Eu penso nela assim: ‘Bah, ela vai sofrer, ela vai se matá também e ela tem dois filho pra criar né. Eu fico pensando que não, eu não vô fazer essa besteira não. Vô ficá frio. Daí eu começo a pedalá a porta³ né, desconto tudo na porta.

É digno de nota que a mãe é apontada como fonte de apoio, mas é justamente sua fragilidade que dissuade Anderson de cometer o suicídio. Ela não se configura como um apoio por sua força, mas justamente pela sua fraqueza. É o medo de que a mãe também sucumba que evita que ele mesmo tente o suicídio. Diante disso, podemos nos questionar como surgiu a própria ideação suicida em Anderson e o quanto isso pode estar relacionado ao modelo materno. Seria importante investigar se a própria mãe já revelou ideação suicida ou se já tentou o suicídio, porém isso não apareceu nas entrevistas.

Nesse sentido, retomaremos as idéias propostas por McDougall (1989). Para a autora, a figura materna tem como principal tarefa proteger seu filho das tensões provenientes do mundo exterior, devendo interpretar a comunicação primitiva e nomear os estados afetivos de

³ “Pedalar a porta” é uma atividade realizada com freqüência pelos adolescentes no cotidiano das Unidades de Internação como uma forma de descarga, pois fazem isso quando estão irritados, ansiosos ou com raiva. Consiste em deitar no chão, em frente à porta do dormitório e fazer movimentos como se estivessem “pedalando” uma bicicleta. As portas dos dormitórios são de ferro e estes movimentos causam um barulho intenso, provocando grande perturbação no ambiente institucional.

seu bebê. O adequado desempenho dessa tarefa subsidia o acesso da criança à palavra e favorece o desenvolvimento da capacidade de simbolização. No caso de Anderson, é possível pensar que fragilidades na estruturação psíquica da própria mãe do adolescente podem tê-la impedido de efetivar a tarefa precoce de proteção, a qual originaria um aparelho psíquico capaz de protegê-lo a partir das experiências de separação.

Anderson começou a usar drogas com treze anos, utilizando principalmente o álcool. Ao longo das entrevistas ele revelou que a mãe, o pai e padrasto são alcoolistas, sendo essa substância relacionada à presença de violência doméstica:

Bei, ta loco, meu pai batia muito na minha mãe. Ei, muito, cansei de ver né. Por isso que eu tenho essas loucura, esses ataque aí. Fico pensando né, meu: 'Bah aquele cara judiou tanto da minha mãe né, tchê'. Daí me dói por dentro, né, pensar nisso, né. Me dói por dentro, eu fico louco dentro da cela,. Fico louco pensando nisso (...) É meu pai, fica uma coisa assim: 'bah, ele é meu pai, é meu pai.

A ambigüidade na relação com o pai aparece também em outro relato, que revela uma relação instável: “ele vem aí me ver (...) me dou mais ou menos com ele. Não me dou muito bem com ele, tem horas que a gente tá bem, mas tem horas que a gente tá brigando”.

A violência doméstica vivenciada aparece com frequência em seu depoimento, o que podemos interpretar como fato revelador da existência de um ambiente inadequado para seu desenvolvimento. Winnicott (1994) lembra que o ambiente é um fator fundamental para o desenvolvimento psíquico saudável, especialmente nos estágios mais precoces. A presença de violência doméstica aparece, portanto, como promotora de um ambiente hostil, não confiável, que impede a constituição de um quadro de referência como suporte ao desenvolvimento. Além disso, a violência oferece um modelo de relação que é assumido pelos diferentes sujeitos daquele contexto.

Em outro momento da entrevista, o depoimento do adolescente deixa claro o quanto estas experiências são excessivas e extrapolam sua capacidade de suportá-las sem adoecer:

Desde os meus 7 anos, que eu só via briga da mãe e do meu pai. Essa é minha história, só via briga, briga, briga, e eu apanhando que nem um bicho. E a minha mãe apanhando que nem um bicho. Um animal, essa é minha história de vida. O meu passado é só briga, e o presente também, briga também. Eu não sei, eu, por isso que eu penso em me matar, mas só que né, eu penso na minha mãe né, aí eu não consigo me matar, se eu penso na minha mãe eu não tenho coragem (...) Ela sofre de problema dos nervo, olha aí ó... quando eu tô meio, ó (mostrando os braços) eu começo ficá roxo (...) quando eu tô irado, irritado, começo ficá roxo.

Anderson demonstra um sintoma psicossomático, que aparece quando o adolescente parece chegar ao limite do que é exprimível, quando a emoção toma conta de si. Ao mesmo tempo indica que associa esse sintoma a figura materna, que apresenta também “problema dos nervos”. Segundo McDougall (1996), tendemos a somatizar quando as circunstâncias ultrapassam os nossos modos de resistência habituais. Nesse sentido, parece que o adolescente se esforça em falar e simbolizar até o limite que isso lhe é possível; a partir disso apresenta um funcionamento psíquico mais arcaico, que utiliza o corpo ao invés da linguagem. Assim, retoma um funcionamento mental que ainda não utiliza a linguagem, ou seja, um funcionamento psíquico de bebê. Conforme McDougall (1996, p.10) este funcionamento se apresenta em sujeitos que “não podendo utilizar palavras como veículo de seu pensamento, só conseguiam reagir psicossomaticamente a uma emoção dolorosa”.

Quando o adolescente foi questionado sobre o que não gosta, novamente vem à tona a relação com o pai. A partir disso, ele também revela o ato infracional cometido:

que eu não gosto de fazer? de andá brigando (...) Porque eu dei umas facadas no meu pai, por isso que eu tô aqui (...) Ele na minha casa, na casa da minha mãe, daí ele começou me xingar, falou mal de mim lá, pra mãe lá, eu peguei e dei as facada nele, né. Daí deu todo aquele fuzuê, chamaram a ambulância, ele mesmo chamou a ambulância. Ele mesmo chamou a polícia, daí me prenderam e me levaram pra delegacia. Daí da delegacia me soltaram. Daí, depois de um tempo passou umas duas semana e eu fui preso daí (...) porque eu tava já no meu limite já, eu tava matando muita coisa no peito, chegou uma hora que eu estourei. Peguei uma faca e não agüentei mais, estourei, extrapolei, saí fora da casinha.

Neste depoimento é possível identificar que sua atuação toma o sentido de uma passagem ao ato, na medida em que ele reconhece estar no limite e, então “explode”, “extrapola”, “sai da casinha”. Anderson parece representar que nesse momento é como se ele não fosse mais responsável pelo ato, este parece assumir a função de pura descarga.

É curioso que, em outro momento das entrevistas, o adolescente admite que o pai lhe deu uma facada antes que ele fizesse o mesmo com ele, e ele parece não associar um evento ao outro. “Meu pai me deu uma facada em mim (...) foi em outro dia (...) achei que ele ia me matar”. Assim, podemos visualizar como, de certa forma, há, também uma identificação com o pai, através do uso de álcool e também da prática de violência. Esta identificação se revela de modo mais explícito quando ele relata que tem um filho, e que ele, enquanto pai, nessa situação, não pode ser um modelo para o mesmo:

Eu tenho um filho, eu mal vejo ele (...) Não é que eu não gosto, mas filho essa hora, entendeu, não é o momento (...) Pra mim ele vai ter que aguardar eu amadurecer, ainda eu sou um piá ainda (...) Eu sinto que eu não quero que ele saiba das coisas

que eu já fiz um dia. Aí não quero que ele saiba de nada que eu fiz, não quero que ele saiba que eu tive preso. Não quero que ele saiba que eu furtei, que eu fiz e aconteci. Isso aí eu não quero que ele saiba, pra ele não ser que nem eu.

A partir disso, admite sua identificação com o pai: “claro, ele bebia, daí eu comecei a beber também, comecei a brigar também”. Neste relato, visualiza-se ainda o reconhecimento de sua própria imaturidade, ao afirmar que precisa amadurecer para ser pai. Ao mesmo tempo, podemos vislumbrar que Anderson reconhece a responsabilidade paterna de oferecer um modelo de identificação positivo para o filho.

Ao relatar o que sente atualmente com relação ao pai, novamente expressa sua ambigüidade:

Ah, eu fico mal né, meu. Fico mal (...) porque eu dei as facadas nele e ainda o cara vem aqui me visitar. Comprou roupa pra mim, me trouxe tênis pra mim. Tudo pra mim, eu fico mal né. Não fico bem (...). Ele me fala: ‘Te ajeta guri, deixa dessas malandragem. Aí emprego, eu pego e arrumo pra ti’. Bem assim ele diz pra mim: ‘Emprego eu arrumo pra ti, mas deixa dessas malandragem’. Aí, daí eu digo pra ele, ‘não, mas eu vou deixar estas malandragem, não quero mais ser malandro’.

Neste relato, Anderson revela que o pai também oferece apoio para que o adolescente reconstrua seu projeto de vida, apesar da violência sofrida. Porém, podemos questionar a qualidade desse apoio, pois se manifesta como uma cobrança. Que condições o pai teria para ser realmente acolhedor e assim contribuir para o estabelecimento de um ambiente confiável, retomando a teorização de Winnicott (1994) a respeito da necessidade de um quadro de referência? A resposta para esta questão parece fundamental no sentido das possibilidades de interrupção da relação violenta que se estabeleceu entre eles.

Anderson afirma, ainda, que reconhece fragilidades no pai e que a necessidade de cuidar dele futuramente faz parte de seus projetos:

Eu gosto dele, gosto dele, eu tenho é pena dele (...) porque na hora que ele tiver mal mesmo, é eu que vou tá lá no lado dele, entendeu. Tenho pena dele (...) pelas facadas que ele tomou, vai ter que fazer cirurgia, e já abriram a barriga dele quatro vezes. Já foi operado quatro vezes (...) ele tomou facada de outro cara lá. Ele já tinha tomado umas facadas lá, depois passou um tempo e eu dei umas facadas nele também.

Na adolescência, a relação com o pai sofreu alguma mudança, pois aos treze anos o pai parou de agredi-lo: “depois que eu fiz treze anos ele não deu mais em mim, que eu já tava grande já, né, já não era piazinho já, daí ele parou de dar em mim”. Porém, apesar de deixar de sofrer violência passivamente, a violência continua fazendo parte de sua relação com o pai, agora sob a forma de violência psíquica - “brigas” e não mais violência física - “apanhar”:

no início [da adolescência] eu era um playboizinho, ía pra aula, trabalhava, ía dá uma volta. Depois que eu comecei a fumar maconha, que foi bem diferente. Daí sim que começou as brigas, daí por causa que eu tava fumando maconha, daí começou as briga. Mas não pela minha mãe, eu, a minha mãe falava: ‘oh, tu quer fumar maconha, fuma. Oh, mas só fuma com o teu dinheiro, entendeu?’ Mas o meu pai, meu pai nunca aceitou (...) mas daí ele descobriu, daí que eu tava fumando. Daí, mas a minha mãe, ela já sabia entendeu, mas só que a minha mãe ficava quieta.

Neste relato, Anderson deixa claro que as brigas com o pai decorrem da tentativa deste de afastá-lo das drogas. A mãe parece assumir uma postura mais permissiva com relação a isso. De um modo ou de outro, parece que ambos os pais encarnam dificuldades em ocupar o lugar da lei, não oferecendo um quadro de referência seguro para o adolescente se desenvolver. O pai, ao ser ele mesmo violento e usuário de drogas (álcool), apresenta dificuldades para se constituir como uma referência, pois ele mesmo revela dificuldades com relação à presença da lei em sua estruturação, pois não encontra limites para a impulsividade, que se descarrega em passagens ao ato. A mãe, por sua vez, não se opõe a que o filho use drogas, parecendo indiferente ao cuidado do filho. Assim, observamos nesses pais inabilidades para interpretar adequadamente as necessidades do filho e para responder a elas, o que, como já vimos, encontra-se associado com dificuldades nos processos de formação do eu.

Anderson parece compreender as conseqüências da ausência da lei em seu desenvolvimento, assim como na estruturação de seu pai, quando expressa o que imagina ser o ponto de chegada deste conflito: “o quê que acontece depois, ou ele me mata ou eu, ou eu, ou eu, mato ele né? Daí tá no sangue, né meu, do cara, tá no sangue isso aí né?”.

Esta modalidade de relação “ou eu, ou ele”, está associada com a onipotência presente em momentos precoces do desenvolvimento, anteriores à distinção entre o eu e o outro e a introdução da alteridade na vida subjetiva, conforme proposto por Marin (2002). Este relato parece indicar, portanto, a existência de perturbações precoces que se constituem como obstáculos para o desenvolvimento posterior. Quando ele afirma que “tá no sangue”, parece reconhecer que se trata de algo relativo ao universo pré-simbólico e que não foi apreendido psiquicamente.

A lei, que possui uma função humanizante ao possibilitar o acesso ao simbólico e à vida cultural (MARIN, 2002), parece ausente na dinâmica familiar e no desenvolvimento de Anderson. Isso parece estar relacionado com algumas situações que o adolescente revelou, em que se vê ou vê o outro como “animal”. Ao relatar os episódios de violência doméstica, ele descreve que ele e a mãe apanhavam feito “bicho”, assim como relata que o pai batia como um “animal”. Além disso, admite que se considerou um “verme” quando furtou objetos

da casa do pai. Nesse sentido, podemos entender seu relato como a denúncia da falta da lei para conter os impulsos, neste caso descritos metaforicamente como algo de ordem animal, do não humano. Marin (2002) indica que podemos identificar nessa situação a ausência da violência fundamental, necessária para introduzir a lei e exercer continência, constituindo um aparelho psíquico capaz de elaborar tensões internas e externas e evitar as passagens ao ato. Em decorrência da ausência da violência fundamental, do exercício da lei e da autoridade, aumentam as expressões de violência em ato neste contexto.

Durante as entrevistas, Anderson revela que as pessoas mais significativas em sua vida são a mãe e namorada. A saudade que sente da namorada, em especial, foi mencionada ainda nas oficinas prévias, em que Anderson afirmou que não estava bem por isso, e também no início das entrevistas, quando Anderson mencionou a ideação suicida. Enfim, ele inclui principalmente a mãe e a namorada entre seus planos para o futuro:

Eu quero sair daqui e nunca mais voltar mais pra cá e ficar perto delas. Só isso, que vem na minha cabeça. Eu tenho uns papel lá, umas quatro folha, cinco folhas que eu escrevi. Dalí tu tira tudo que tu precisa (...) 'Bei', minha mãe é tudo pra mim né meu.

Anderson entregou a nós quatro folhas de caderno que ele utilizou como uma espécie de diário, as quais reproduzimos em anexo (Anexo G). Destacamos que omitimos as partes em que há identificação de nomes próprios. Nestas folhas, Anderson registrou o que estava sentindo durante os primeiros 41 dias de internação, e a partir deste dia ele parou de escrever. A saudade da mãe e da namorada é registrada repetidamente, bem como seu anseio por receber notícias ou visitas delas. É comovente ver seus registros de saudade, expectativa de receber visitas e frustração por não recebê-las. Neste período que fez os registros, recebeu visita da mãe em apenas duas ocasiões, e do pai em uma. A namorada não o visitou. Junto a isso, há também o registro de seus planos de casar com a namorada e tornar-se um “cidadão de bem”, planos que admite ter construído em nome da namorada. Dia após dia, ele vai registrando oscilações entre sentir-se calmo ou muito irritado.

A partir de seus registros, tivemos notícia de dois episódios de somatização: ele sofreu de insônia, em diversas noites, e teve uma infecção intestinal. Não espanta o fato de que ele não tenha mencionado estes episódios de somatização durante as entrevistas, pois, segundo McDougall (1996), o sujeito em geral não tem consciência de que estes sintomas possuem uma significação de ordem psicológica. É como se houvesse uma separação nítida entre psique e soma, uma vez que estes fenômenos estão associados com a incapacidade do

aparelho psíquico de suportar uma angústia excessiva, a qual é descarregada diretamente no corpo.

A escrita deste diário parece ter sido um recurso buscado pelo adolescente para dar conta da angústia que ele vivenciava, uma tentativa de colocar em palavras, de simbolizar seu sofrimento e assim torná-lo mais suportável. A dependência com relação à mãe e à namorada aparecem de modo muito nítido, cujo distanciamento em função da internação intensificou suas dificuldades existenciais.

Anderson parece buscar na namorada uma função protetiva, maternante, que provavelmente não encontrou em suas relações familiares:

ela é tri cabeça, ela é uma mina tri pra frente, só quer o meu bem, ela falou pra mim, oh, se tu usar maconha, qualquer droga que tu usar, tu pode me esquecer, ela fala assim pra mim, bei, daí já da mais força daí pra mim não usar entendeu, eu gosto daquela guria, gosto mesmo dela.

A saudade da namorada parece estar entre suas principais preocupações. Aliás, é interessante retomar aqui que, durante as oficinas prévias, ele desenhou um rosto feminino e o nome da namorada. Assim, conforme já havíamos apontado anteriormente, seu desenho não se referia aos assuntos abordados nas entrevistas, mas revelava um pouco de si, de seus sentimentos e pensamentos.

Uma das questões propostas pela pesquisa foi investigar sobre as tatuagens e a relação com o *rap* no sentido de entender como estes se constituem como indicadores dos processos de identificação e construção de identidade. Anderson considera legal usar tatuagem e revela que possui três: duas “tribais” e uma com o nome de uma ex-namorada. E revela que ainda “faria o rosto da minha mãe nas costas.”

Neste caso, vemos que realmente se constituem como um recurso expressivo, pois se constituem de símbolos de aspectos muito significativos para Anderson. Suas tatuagens parecem retratar suas necessidades: a mãe, a namorada, as tribos. Aspectos que remetem a relações que poderiam ser continentais às suas necessidades e oferecer satisfação para, a partir disso, possibilitar seu desenvolvimento e individuação.

Sobre *rap*, ele considera que:

o rap fala a realidade, de quem usa droga, de quem é infrator, Fala a realidade (...) a realidade é que o rap fala que os cara, que os... fala assim, a polícia bate nos menor infrator, menor infrator rouba, furta, fuma, faz e acontece. Fala em realidade, isso aí. E isso aí é a realidade mesmo.

E especificamente sobre a expressão “vida loka”, afirma que:

vida loka quer dizer roubo, furto. T tu agredi a pessoa. A tua vida é loka, tua vida é tensa, entendeu? Isso é vida loka (...) Eu acho que a minha vida, é vida loka (...) É, é loka, não tem controle (...) Eu acho que eu tenho que mudar agora, deixar de ser vida loka.

É possível visualizar como o modo como ele descreve o *rap* e a expressão *vida loka* evidencia uma associação com aspectos de sua vida, proporcionando, assim, identificação. Nesse sentido, o *rap* parece ser um recurso de simbolização de experiências penosas à medida que, através da identificação, permite que o sujeito se reconheça em uma coletividade.

Anderson afirmou, durante as oficinas prévias, que poderíamos conhecê-lo através do *rap Depoimento de um Viciado* (Anexo C). Retomando a letra deste *rap*, encontramos realmente muita afinidade entre as experiências de Anderson e a letra do *rap*: uso de drogas, ansiedade, situações-limite com ideação suicida, vivências degradantes. Essa afinidade também pode ser vista nas folhas que o adolescente entregou-nos. A estrutura da escrita de Anderson parece bastante semelhante à estrutura da letra do *rap* em alguns pontos. Por exemplo, assim como o refrão do *rap* apresenta a frase “são duas da manhã...”, em vários trechos o adolescente também escreve assim, iniciando suas frases desta forma. Desta forma, parece que o adolescente encontra no *rap* um modelo a partir do qual consegue expressar suas próprias vivências traumáticas. Porém, parece que permanece um excesso, um resto não simbolizado que continua a promover as passagens ao ato, especialmente no sentido das ideias e tentativas de suicídio, ou mesmo de homicídio.

Em suma, acreditamos que o caso de Anderson seja bastante representativo das dificuldades que o adolescente encontra para se subjetivar quando falta ou existem falhas no quadro de referência necessário ao desenvolvimento emocional. A ameaça da loucura, do aniquilamento, se mostra presente em sua vida, levando-o às passagens ao ato violentas que atingem a si e ao outro. Neste caso, parece que nem mesmo um *falso self* chegou a se constituir como defesa, restando a Anderson expressar através do corpo o quanto as experiências de separação são vivenciadas como catastróficas pela fragilidade de um aparelho psíquico que não chegou a se constituir como uma defesa.

3.3 Caso 3 – Cristofer

Cristofer mostrou-se sempre muito à vontade com a pesquisadora e foi o adolescente que mais falou durante as entrevistas. Contou inúmeras histórias, descritas em seus pormenores, tanto relativas à internação quando anteriores a ela, sem necessidade de muita intervenção por parte da entrevistadora. Parecia gostar de descrever tais situações que, muitas vezes, até provocavam o riso. Seu relato foi bastante exaustivo e apresentou algumas contradições/incoerências, cujo sentido procuramos explorar adiante.

Questionado sobre quem é, Cristofer responde: “ah, eu sou, sou mais eu né dona. Se eu tô aqui é por causa das drogas”. Aqui parece que o adolescente apresenta uma primeira contradição: ao mesmo tempo em que defende sua autonomia, afirmando “eu sou mais eu”, declara sua dependência com relação ao uso de drogas, que, segundo seu relato, foi responsável pela internação. Assim, declara autonomia e dependência de modo bastante contraditório.

Seguindo em seu relato, ele afirma:

Sou mais eu, assim, não vou pelos outros né dona? (...) Eu faço, antigamente eu fazia roubo com os meus irmão né dona? (...) Daí teve um tempo que eu resolvi fazer as coisas sozinho, né? (...) Mas eu achava melhor fazer eu, os meus assalto sozinho (...) A primeira vez que eu fui preso foi com 12 anos. (...) Pegaram até com arrombamento, pegaram nós com chave de fenda grande de estourar janela e porta. (...) E com micha de abrir carro. Com mais chavezinha de fenda para desparafusar assim (...) Tava com o meu irmão, né dona? (...) Ele nunca me ensinou, eu aprendi sozinho. Minha primeira... primeira vez que eu fui pra delegacia foi com doze anos, que eu me lembro, acho que foi com doze mais ou menos.

Neste relato, Cristofer admite o papel dos irmãos na introdução à prática de furtos, dizendo que começou a furto com eles, mas a seguir defende novamente sua autonomia, indicando que aprendeu sozinho e que prefere furto sozinho, afirmando novamente a idéia de que “eu sou mais eu”. Assim, sua fala parece indicar que a problemática da alteridade, da relação com o outro, do interjogo entre dependência e independência são aspectos significativos do ponto de vista do modo como se apresenta ao outro.

Assim como nos demais casos descritos, Cristofer afirmou que passou a cometer atos infracionais em função do uso de drogas. A droga entra em sua vida ainda na infância, e parece estar associada com outros elementos que compõem o que ele chama de “vida do crime”:

Comecei com a maconha, comecei com o cigarro né? Fumava cigarro quando era mais pequeno. Na galeria infantil (...) eu cantava ali, dona, quando eu era mais pequeno (...) Cantava, cantava pra arrumar, pra conseguir dinheiro. A gente tirava dinheiro ali quando era mais pequeno, só que daí naquele tempo, eu fumava só cigarro, né dona. Daí eu comecei a crescer, comecei a cuidar carro, comecei a sair com os meus irmãos, daí comecei a fazer roubo, vida do crime, né?

Embora Cristofer não saiba situar precisamente a idade em que começou a fazer uso de drogas, suspeitamos que tenha sido ainda na infância, pois se deu quando ele cantava na galeria que ele chama de infantil, pois a galeria a que ele se refere não leva este nome. O jovem conta que também encontrou outras oportunidades na galeria: ganhou alguns violões e foi convidado a participar de um curso de música, as quais não foram aproveitadas também em função do uso de drogas. Ele vendeu os violões e nunca frequentou o curso. Admite que utilizou o dinheiro que conseguiu com a venda dos violões para comprar drogas, mas também destinou uma parte para ajudar a família. A partir disso, é possível supor que Cristofer não tenha contado com uma família protetiva, pois desde muito cedo ele já se encontrava exposto aos riscos que a vivência nas ruas oferece. Em outro relato, quando fala da infância, encontramos outros indícios que contribuem com esta hipótese.

Cristofer inicia afirmando que sua infância foi boa, mas logo corrige esta informação, relatando a presença de violência doméstica, caracterizando assim a presença de um ambiente hostil, pouco confiável:

Ah, era uma vida boa. (...) A minha vida quando criança era boa, mas não foi tão boa assim, porque desde pequeno até hoje, eu vivia pulando a janela. (...) Por causa que o meu pai dava na minha mãe, chegava bêbado, daí eu não aproveitei. Por isso que hoje eu tenho, tenho neurose na mente, penso só em besteira. Penso em fazer isso e aquilo, mas no fim não vou fazer nada disso (...) tinha que sair de casa se não batia até em nós. Beih, eu era criança pequenininha assim (...) 5, 6 anos, pulava a janela.

A presença de violência doméstica está associada à sua ida para as ruas. Nesse caso, também identificamos a presença de um ambiente hostil ao desenvolvimento do indivíduo. Cristofer ainda associa violência doméstica, vivências na rua, uso de drogas e prática de atos infracionais:

Desde pequeno eu vendo aquilo ali né dona? Aí começou a me dar neurose. Eu comecei a sair de casa. Comecei a dormir na rua. Comecei a fazer assalto pra fumar droga. Comecei a fazer de tudo né dona? (...) Roubava até meus parente. (...) Teve um tempo que nem bola davam pra mim mais. Nem um prato de comida não queriam me dar mais, por causa que eu roubava deles também. E eu me sinto mal. Por causa da droga, né? (...) Roubei jaqueta da minha mãe, roubava as coisas das minhas irmã, celular das minhas irmã, roubava tudo deles. Roupa delas pra vender também. Daí elas viam que era eu, e depois não queriam mais me ver. Tanto que

nem vêm me visitar aí, né dona? (...) A não ser a minha mãe que vem me visitar aí, às vezes. Não é todos os sábados, é lá de vez em quando que ela vem”.

Assim, Cristofer apresenta uma trajetória que começa difícil em função da violência doméstica e se torna cada vez mais problemática com o uso de drogas, que culmina no distanciamento dos familiares. A história de Cristofer lembra as formulações de Winnicott (1994), quando esse autor descreve duas tendências presentes no comportamento anti-social: uma caracterizada pelo roubo e outra pela destrutividade (neste caso, auto-destrutividade evidenciada através do uso de drogas). Observa-se que essas tendências encontram-se entrelaçadas, uma vez que uma parece retroalimentar a outra, deteriorando as relações familiares. Parece que seu apelo através destes atos anti-sociais fracassou, pois ele não encontra o bom objeto buscado através do roubo e nem a estabilidade ambiental almejada através da destrutividade (WINNICOTT, 1994). Ao contrário, parece que o ambiente se torna ainda menos continente e mais desorganizado, incapaz de suportar a tensão resultante do seu comportamento impulsivo.

Cristofer segue em seu relato acerca da violência doméstica, afirmando que o pai continuou sendo violento, até que um dia ele e os irmãos reagiram:

daí agora nós crescemos e ele foi fazer isso, daí e nós quase matêmo ele. (...) Nós quase matêmo ele. Nós ía matar ele, só que daí me deu pena. Daí eu comecei a brigar com os meus irmão de facão. (...) Daí até cortei o meu irmão, e aí, aí, meu pai saiu se rolando assim, todo inchado, com a cara inchada, com um baita talho na testa. Uns três furo de facada na barriga.

É possível visualizar a dimensão que tomou esta reação, gerando uma briga que envolveu o pai e os irmãos. Mais uma vez, cabe retomarmos a idéia da inexistência da lei neste contexto, necessária para a contenção dos impulsos. Cristofer e os irmãos parecem mesmo reeditar o mito da horda primitiva (Freud, 1913/1996) na tentativa de barrar o pai onipotente, ele mesmo não submetido a nenhuma lei simbólica.

O adolescente situa o início da briga na separação do casal, o que o pai não teria aceitado:

Começou que minha mãe meio que se separou dele. Ela não queria voltar, e ele tava a toda hora infernizando, ‘que não sei o quê, quero voltar, não sei o quê’. ‘Mas dessa vez já era, não quero mais nada contigo’. Daí, pegou e resolveu fazer coisinha pra brigá, né meu? (...) Ele veio, bebeu, cheirou, fumou droga com os meus irmão e amanheceu com os meus irmão usando droga na rua lá em casa, na casa de outros cara, e depois foi lá na frente de casa, pegou uma pedrona e começou a tocar lá em casa. Daí eu me levantei, botei um facão na cintura, saí pra fora, ‘tá, e aí? Tá mas e daí o quê tu quer agora?’. ‘Ah ,é que não sei o quê, mas não é contigo que eu quero

falar, é com a tua mãe'. 'Mas eu te dou um facãozinho, não quero nem saber, agora eu não sou mais aquela criança que pula a janela e faz aquelas coisas de pular a janela. Agora eu sou, eu posso defender a minha mãe'. (...) Daí, ele pegou e entrou assim. Daí o meu irmão bem na hora pulou a janela assim, e já deu nele. Daí levaram ele até a esquina e foram... Daí eu vi que íam matar ele, e não deixei né. Mas se soubesse, tinha deixado. Essas hora não taria infernizando. (...) agora ele deu um tempo, deu um tempo né dona. Deu um tempo de incomodar, mas ele incomoda. (...) Usa crack, cachaça, pó, maconha, todo tipo de droga ele usa. (...) Agora ele parou de usar droga mais um pouco, agora ele tá trabalhando, acho que ele quer mostrar pra minha mãe, entendeu? (...) Que ele tem condições de arrumar um trabalho, de trabalhar, de fazer as coisas pelo certo. Agora ele tá mostrando pra minha mãe, mas a minha mãe não quer ele mais. Não adianta.

Observamos que o pai usa todos os tipos de droga e “inferniza” a família no sentido de fazer prevalecer sua vontade, levando-os à situação limite de desejarem e quase perpetrarem a sua morte.

Cristofer acrescenta, ainda, outro episódio em que o pai colocou fogo na casa de sua família como vingança:

E o meu pai botou fogo na casa da minha mãe, sabia? (...) A minha mãe tá morando na casa desse meu irmão aí (...) depois dessa briga ele botou fogo. (...) Bem nesse dia, eu ia dormir na casa abandonada da minha mãe, entendeu? Eu chegava de madrugada, aí a mãe não abria a porta, às vezes. Tava dormindo no sono fundo, entendeu. E não se acordavam, porque eu batia e gritava e ninguém se acordava. Daí nesse dia eu ia dormir lá. Daí eu não quis e dormi na área da casa da minha mãe. Chegou de manhã cedo eu vi aquela fumaceira e barulheira, pow, pow, os telhados, sabe, estourando. Daí minha mãe: 'oh, teu pai tá dando tiro'. Daí eu peguei o facão e falei 'eu vou lá matar ele, agora vou matar esse desgraçado'. Cheguei lá, era a casa que tava pegando fogo. (...) Que ele botou fogo na casa da minha mãe pra pegar fogo na casa da minha avó e da minha tia. (...) Só que daí a metade da casa da minha avó pegou fogo, só que daí, os cara conseguiram apagar. Os bombeiros chegaram na hora. (...) Mas a minha casa já tinha queimado toda, não tinha mais como resgatar nada de dentro dela, mas a da minha avó deu pra apagar metade dela. (...) Depois ele perguntava: 'é, como é que tá a casa de vocês?' (...) Falava pra nós na rua, só que nós nem tinha intenção de pegar ele”.

Mesmo depois da cena em que os filhos o agrediram, o pai voltou a “infernizar”, desta vez colocando fogo na casa e depois provocando os filhos com indagações, em tom de deboche, sobre como estava a casa deles. Identificamos aí, uma luta pelo poder, baseada na lei do mais forte, e por isso indicamos as semelhanças com o mito da horda primitiva, pré-civilizatória, descrito por Freud (1913/1996). Nesse sentido, identifica-se a falta de lei simbólica nestas vivências marcadas pelo excesso e pela violência, configurando-se assim um ambiente extremamente hostil para o desenvolvimento, que não oferece possibilidades de proteção e continência.

No relato a seguir, vemos como a “vaga de adulto” parece mesmo desocupada, na experiência dessa família. Kehl (2004) afirma que os pais estão compartilhando as mesmas

vivências que os filhos, deixando-os sem parâmetros sobre o que é ser adulto. No caso de Cristofer, o pai “compartilha” com ele o uso de drogas. A mãe, por sua vez, “não gosta”, mas parece ter dificuldades para exercer autoridade, restando ao próprio adolescente a tarefa de estabelecer um mínimo de distanciamento entre as gerações. No depoimento a seguir observamos um quadro de autêntica inversão de papéis, restando ao adolescente contar com seu próprio posicionamento para estabelecer alguns parâmetros necessários para sua subjetivação.

Nós usava droga com ele também né, minha mãe não gostava. (...) Eu com doze, treze ano, eu fumava cigarro com ele, fumava maconha, né dona. (...) Uma vez, nós na cozinha de casa assim, e ele falou, falava: 'bah piá, quer dar uns pega? Toma uns pega aí'. Falava assim: 'Toma uns pega', falava bem assim, pra fumar, prá nós fuma né, meu.' (...) Daí uma vez, minha mãe viu e xingou ele, e começou uma briga desgraçada. Daí eu não quis mais fumar com ele. Eu fumava escondido. Ele sabia que eu fumava, mas eu fumava escondido. (...) Não na frente da minha mãe. (...) Quando eu e ele tava em outros lugar, nós fumava junto, onde a minha mãe não podia ver. (...) Foi com ele, nós tudo começamo a usar droga foi com ele. Que ele falava bem assim: 'Olha meu filho, é mil vezes de tu usar droga comigo do que usar com estranho'. Ele falava assim. (...) Eu falei, eu falei: 'Eu prefiro usar com os estranhos do que usar com o senhor (...) O senhor é meu pai, o senhor não devia tá me aconselhando a usar droga, o senhor devia tá me aconselhando a não usar droga'. Daí ele ficou meio assim comigo, e me xingou até. (...) Invés de me aconselhar a não usar, ele me aconselhava a usar.

Cristofer tem nove irmãos e revela que quatro deles também são usuários de drogas. Alguns possuem envolvimento com a criminalidade e um deles está preso. Possui também outros familiares envolvidos com a criminalidade, como seus tios. O adolescente relata que um de seus tios foi assassinado recentemente e, a partir desta descrição, é possível visualizar como a presença de violência e prática de crimes confere poder no contexto em que vivem.

O meu tio, ele, eu não sabia porque eu era pequeno, pelo menos falavam que ele era estuprador, sabe? (...) Daí ele ficava só no seguro⁴ daí ele saiu pra rua agora e o cara pegou ele e matou ele. (...) Mas eu não sei se esse cara vai preso (...) é que os cara que mataram meu tio, nós tudo saímos, tipo eu saio da FEBEM⁵, eles [outros tios] sai da cadeia e o meu outro irmão também sai da cadeia e daí, eles, os caras de lá se mudam entendeu, por que sabem que nós semo ruim, nós semo ruim (...) Nós temo lado bom, mas se nós tiver assim alguma coisa assim, nós matamo eles, né (...) Ele puxou 42 anos de cadeia, 43 ano de cadeia. Daí ele saiu pra rua agora, e saiu e não queria mais se envolver em nada, né, dona. Daí o cara pelas costas deu 3 tiros nele.

Assim, pode-se visualizar também no contexto mais amplo a existência de dificuldades relativas ao exercício da lei. Ele demonstra insegurança quanto ao cumprimento

⁴ Quer dizer que precisava permanecer separado dos demais presos para garantir sua segurança.

⁵ Embora a FEBEM tenha sido extinta em 2002, sendo substituída pela FASE/RS, é comum que os adolescentes ainda utilizem a denominação anterior.

da lei formal, ao afirmar que não sabe se o assassino será preso, bem como afirma que podem fazer “justiça” eles mesmos, num ato de vingança. A falência da lei aparece também quando se revela que, apesar de que o tio tenha cumprido mais de quarenta anos de prisão, ainda assim teve que pagar pelo crime cometido com a própria vida num ato de vingança pessoal.

Cristofer associa o fato de serem conhecidos como “ruins”, o que provavelmente significa que são destemidos, capazes de matar, com a influência do pai que, nesse sentido, parece tomado como um modelo de identificação:

por causa que ele é ruim né (...) Porque ele ensinou nós a ser ruim. Só que ele não soube que ele ensinou nós a ser ruim pra ele mesmo também, né, não ser ruim pros outros só (...) se nós semo ruim hoje é graças a ele (...) ele ensinou nós a não aceitar pra ninguém, né.

Também neste relato, acreditamos que se confirma a idéia da ausência da lei, do limite na vida deste jovem. A dimensão da alteridade parece ser outro aspecto negado, pois a perspectiva é de certa indiferença: “não aceitar” parece ter o sentido de ignorar, fazendo prevalecer o eu, em detrimento do outro. Aqui, mais uma vez, parece se atualizar um funcionamento do tipo “ou eu ou o outro”, que remete à existência de dificuldades em superar o narcisismo primário, no sentido do desenvolvimento do eu cujo estabelecimento é precário.

Em outro momento do relato de Cristofer encontramos outros elementos que indicam a figura do pai como modelo de identificação: o adolescente relata que, antes de começar a usar drogas, morava com os tios paternos, os quais se constituíam como um referencial positivo e incentivavam o afastamento do pai:

Daí um pouco eu comecei a usar droga, parei de andar com o meu tio. Comecei a morar com a minha mãe. (...) Gostava mais de ficar na minha tia, que é a irmã do meu pai. (...) Morei um ano só com ela (...) mas só desse ano, eu fui aprendendo bastante coisa com o meu tio. E ela sempre me aconselhava: 'Ah, nunca vai, sempre o que o teu pai falar pra vocês. Tu nunca ouve o teu pai. Tu ouve nós, eu, o teu tio e a tua mãe, porque o teu pai só fala besteira'. Até ela falava, que ele só falava e pensava em fazer besteira, comprar revólver, fazer assalto e matar, fazer isso, isso e aquilo, e só falava isso pra nós.

A seguir, Cristofer relata como foi aprendendo a praticar crimes com o pai:

Foi assim, foi assim que eu comecei a entrar na vida do crime (...) Nós roubava vaca (...) eu mais roubava mais era vaca. Mas roubava cavalo, cabrita, ovelha. (...) Pra vender e pra comer né, dona? Galinha pra criar. (...) Ovelha pra matar e vender. Nós tirava o pelego né. Nós tirava os pelego, tirava todos os pêlo da pele. Pelava toda a ovelha, pra fazer de pelego, pra botar em cima do cavalo, pra puxar ele com o cavalo. Meu pai fazia isso (...) Quando ele era mais novo, ele era louco. Ele roubava em loja, né, dona. Fazia assalto em loja, em mercado, em farmácia.

Outro aspecto bastante presente no relato de Cristofer foi a própria institucionalização e os relacionamentos entre os pares neste contexto. Ele descreve a existência de uma espécie de hierarquia que divide os “novatos” dos mais “experientes”:

Tem piá que não reage, nem nada, tem medo. É novato no sistema, tipo se é novato no sistema, caiu a primeira vez. Eu já não, eu caí a segunda. Daí novatinho no sistema não pode chegar, chegar batendo boca com os piá aí. Daí novato não se cria, os piá pegam. (...) Até botar nas rédea que é novato, o novato chega, não pode chegar assim 'Eh, não sei o quê, depois eu faço isso, faço aquilo, não tenho medo de ti. Que faço isso e aquilo com o monitor. Eu não quero saber'. Não dá pra chegar assim no sistema, tem que chegar humilde. Não chegar de cabeça baixa, chegar humilde assim, conversar com os piá. Se pá, te perguntarem 'pelo que que tu caiu?' 'Ah, caí por assalto', aí tu, esses tempo chegou um guri ali, lá na cela, aí o piázão perguntou (...) 'e aí piá, porque tu caiu?', 'mas ah, e aí, virou polícia, o quê que tu virou? Virou juíz agora, não sei o quê'. Beih, xingou o piá, o piá aqui em cima ía pegar, né. Daí o piá pediu desculpa né. Falou que tava nas paulada das cachaça, da droga né. Aí o piá pediu desculpa pro piá né. Se não seis piá íam dar um vôo nele, 'Esse aqui, íam matar ele' (...) Aí ele é novato, daí ele tem que pedir desculpa né, dona? E depois saber como é que brinca com os piá né? Tem certas brincadeiras que dá pra brincar e certas que não dá pra brincar. (...) Não pode é falar uma coisa que os guri não gostam, a senhora tem que saber brincar, se não souber, pode partir pra briga, né?"

A existência de hierarquia entre eles também é explicitada através do seguinte relato:

É, tem um caso aí na cela lá, parece que ele é o chefe da FEBEM (...) todo mundo quase tem medo dele, né, dona. Eu não tenho medo dele, mas quase todo mundo tem medo dele (...) não sei, ele se acha, ele é baixinho entendeu. Também, pouco maior que eu, forte assim, que nem o meu irmão era. Se acha o mais forte da FEBEM e toda ora batendo quedinha de pulsinho (...) Daí ele se acha o mais forte e os piá tem medo dele, tem uns piá que tem medo dele (...) Ele ta aí por tentativa eu acho de homicídio, faz dois anos que ele ta aí já.

Pode-se ver que a distribuição do poder parece seguir a lei do mais forte, determinando hierarquias que auxiliam na manutenção do funcionamento instituído entre eles.

Nestes relatos, identifica-se a existência de uma espécie de organização, com uma série de regras que devem ser seguidas entre eles, e que foram construídas por eles mesmos. Cristofer detalha várias destas regras, assim como as punições previstas para quem as descumpre, a seguir são descritas algumas como exemplos:

não pode pedalar em dia de visita. É safado né, dona (...) quem pedala em dia de visita é safado, daí tem que apanhar (...) porque a visita é sagrada né, dona (...) caso que o cara sobe no setor, os confirmados do cara já falam, 'ó fulaninho aquele lá que pedalou, aquele safado. Tem que dá um jeito nele', aí já era (...) não pode, agora, outra regra não pode agitar o setor entendeu (...) senão os monitor corta a atividade, entendeu. Os piá ficam loco, agora por causa de um, dois, três, uns vinte fica sem atividade. Aí os cara ficam loco. 'Ó, vamos começar melhorar, senão vai embaça teu lado' (...) embaça, os piá batem neles né, dona (...) tudo no jeito é só nós bater, pra criar vergonha na cara (...) no banheiro, pega pelo pescoço e pá, pá, pá, e aí já era

(...) é rápido, uns quatro, cinco tapão no ouvido pra se orientar, né dona. Quem pedala, uns seis tapão no ouvido, quem pedala em dia de visita (...) só pra se orientar, 'oh, é dia de visita ô safado o que que tu quer pedalando?' (...) E já era.

Neste funcionamento, estabelecido através de regras construídas por eles mesmos, os adolescentes parecem buscar uma espécie de suplência à falta de lei e limites em suas vidas. Pensamos na idéia de suplência tendo em vista que este ordenamento só vale entre eles, e não se constitui como uma organização capaz de protegê-los em outros contextos: “é diferente das regras do mundo, nós mesmos fazemos nossas regras.”

O aspecto que consideramos mais problemático com relação a isso é que este funcionamento é mantido à base da submissão, e não permite nenhum exercício de liberdade e autonomia. Para sentir-se um “enturmado”, o adolescente precisa se submeter ao exercício de poder que se constitui através da lei do mais forte. Assim, não se configura como um exercício da lei que poderia ser favorável ao desenvolvimento subjetivo. Nesse sentido, lembramos as idéias de Winnicott (1994) a respeito da formação de um *false self*. Acreditamos que este funcionamento instituído entre eles, baseado na submissão, pode ser favorecido pela construção de identidades deste tipo.

No relato anterior, Cristofer declara que a imposição do impedimento de pedalar em dia de visita deve-se à consideração de que “a visita é sagrada”, expressando a imensa relevância que a família possui para eles, nesse contexto. Porém, assim como nos demais casos já apresentados, suspeitamos que ocorra uma idealização dessa família. Essa idealização pode ser construída coletivamente, durante a internação. O ambiente familiar de Cristofer é bastante hostil, com a presença de violência doméstica. Ele declara que a mãe e os irmãos são importantes, mas não o pai: “a minha mãe e os meus irmão né, são os mais importante pra mim. (...) Meu pai não é nada pra mim, aquele nem é meu pai”. Em contraste, ele relata que a mãe pouco o visita, assim como os demais familiares: “é que ninguém vem me visitar, eu peço pra trazer meus sobrinhos, que tenho um mundaréu de doce lá, entendeu, as sobremesas, que eu guardo chocolate, goma, tudo pra dar pra eles.”.

Essa idealização pode ter o objetivo de encobrir as fragilidades vivenciadas nas relações dos adolescentes com suas famílias. A seqüência deste relato reforça também a idéia de que o grupo de pares parece fazer suplência a estas carências: “aí como eles não vem, eu troco por roupa né dona. Troco por bagulho aí (...) troco com a gurizada”.

Quando questionado sobre tatuagens, Cristofer revela que não possui nenhuma mas pretende fazer, e já escolheu o quê: “Fazer uma morte aqui, dona. (...) Fazer a morte e a Maria desse lado, com o filho dela no colo. (...) A morte primeiro”. Apesar de que ele considere que

isso “não significa nada, é tatuagem”, acreditamos que estas figuras adquirem sentido no contexto de sua vida. A seguir, ele afirma:

Não que eu vá fazer pras pessoa pensar, 'ah, aquele é endiabrado, tem o diabo no corpo', capaz, é só por fazer. (...) Uma, uma, uma santa. (...) Ou se não Jesus Cristo né, dona? Ou se não, a morte aqui e Deus aqui do outro lado, só. (...) Quê eles são irmão, não são? (...) O diabo e Deus.

Na seqüência de seu depoimento, ele descreve uma história em que Jesus e o Diabo teriam escolhido caminhos opostos: “um seguiu o lado ruim e o outro seguiu o bom”. Acreditamos que este conflito seja representativo de um conflito vivenciado pelo próprio adolescente, à medida que ele já havia mencionado, no contexto da descrição sobre ele e seus familiares serem considerados “ruins”, que eles têm um lado bom, mas sabem ser “ruins” se preciso. Nesse sentido, parece oportuno retomarmos mais uma vez a hipótese de Winnicott (1994) sobre a cisão do eu em um falso e um verdadeiro *self*. No caso de Cristofer, o falso *self*, que é construído com base na submissão, parece estar associado com as identificações com os familiares como “ruins”, assim como com os pares no contexto institucional. As imagens da morte e do diabo seriam representativas deste aspecto. Por outro lado, o verdadeiro *self* permaneceria protegido em função de sua fragilidade, decorrente do fato de não ter alcançado desenvolvimento satisfatório. Este aspecto estaria representado pelas imagens de Deus, Jesus Cristo e Maria, que, não à toa, são figuras consideradas culturalmente como protetoras.

A esse respeito, cabe retomarmos o desenho que Cristofer fez no contexto das oficinas, o qual reproduzimos em anexo (Anexo H). O adolescente desenhou um diabo e a morte, o que talvez possa ser tomado como um reforço da idéia desenvolvida acima. Estas imagens parecem corresponder à parte do eu considerada como um falso *self*, que está relacionada com o contexto no qual se encontrava quando fez o desenho, entre os pares.

As contradições identificadas em alguns momentos da fala de Cristofer podem também estar associadas a esta cisão do eu. Por exemplo, quando ele afirma que sua infância foi boa, pode estar se referindo ao verdadeiro *self* que se mantém em segredo, ao passo que, quando afirma que foi ruim, parece estar se referindo aos aspectos traumáticos que levaram à formação do falso *self*.

3.4 Caso 4 - Pedro

Pedro demonstrou severa dificuldade para falar durante as entrevistas, exigindo grande esforço da entrevistadora. No caso de Pedro, não foi possível conduzir a entrevista através de questionamentos, sendo que a entrevistadora precisou apresentar idéias que foram sendo confirmadas ou negadas pelo adolescente durante o processo de pesquisa, dadas as dificuldades expressivas de Pedro. Pedro parecia muito cansado e sonolento, provavelmente em função das medicações psicotrópicas que utilizava.

A segunda entrevista precisou ser adiada para outro momento, pois naquela ocasião Pedro estava ansioso e chorava muito porque recentemente havia recebido a notícia de que perderia o direito de passar o fim-de-semana com sua família, devido a ocorrências disciplinares na Unidade.

Questionado sobre quem ele é, responde “sou um rapaz (...) que agita”. Esclarece que agitar significa incomodar, e que começou a agitar com doze anos. Seu primeiro “agito” foi um roubo de uma casa, praticado junto com os amigos. Diz que sentiu-se “ruim” desta primeira vez porque “não gostava de roubar, daí eu roubei porque eu precisava (...) precisava pra mim usar droga”.

Depois desta primeira experiência, continuou roubando e então foi se acostumando. Tudo que ele roubava “vendia, trocava por droga”. Usava crack desde os doze anos, mas admite que “graças a deus não uso mais”. Diz isso porque viveu uma situação-limite: “me livre da morte sozinho, quando fumava pedra, me dava, usava crack (...) enxergava o diabo só (...) ainda bem que eu caí preso (...) me fez eu pensar muito (...) pensei, larguei de mão”. Acha que se não estivesse preso, “tava morto essa hora (...) é uma droga muito forte o crack”.

Assim como os demais adolescentes entrevistados, também no caso de Pedro o uso de drogas antecedeu a prática de atos infracionais e aparece como a principal motivação para realização dos mesmos. Retomando a idéia já apresentada de que a drogadição está associada com fragilidades na constituição do aparelho psíquico, sendo a droga um objeto buscado para dar conta de uma tensão excessiva, temos em Pedro mais um caso em que podemos supor a existência de falhas na estruturação de um aparelho psíquico. Estas falhas, que se situam em momentos precoces do desenvolvimento, impedem ou dificultam a capacidade de simbolizar e elaborar eventos traumáticos, conforme desenvolvemos a partir da teorização de Marin (2002), entre outros autores.

A dificuldade de falar e de se expressar durante as entrevistas, também parece relacionada a essas falhas de simbolização e elaboração psíquica. O modo como ele se refere a suas atuações, o “agitar” parece fazer alusão justamente a isso, a uma tensão excessiva que promove passagens ao ato.

Pedro afirma que, na verdade, não gosta de assaltar e “agitar”, que ficou pensando um pouco e passou a ter medo de ser preso. No momento em que foi preso, ficou calmo, e sobre a chegada na instituição diz: “me senti tri ruim (...) só preso, só preso”. Relata que “quando eu era pequeno era um pestinha (...) incomodava nas casa (...) tocava pedra (...) agora tô calmo, não agito mais (...) tô tranqüilo”.

Neste relato, Pedro manifesta a prática de atos anti-sociais que remetem à tendência ligada à destrutividade, apontada por Winnicott (1994) como relacionada à busca de uma estabilidade ambiental, de um quadro de referência a partir do qual o indivíduo pode se constituir. Assim, Pedro nos revela que esta estabilidade não esteve presente em seu desenvolvimento, sendo identificados em seu relato alguns fatores que provavelmente estão associados com isso, como veremos adiante.

Pedro contou que tem um irmão que também roubava e também se encontrava internado. Relatou que “agitava” porque era “nervoso, sem pai (...) nervoso pelo meu irmão que faleceu”. Através de seu relato pode-se perceber que Pedro tem o pai e o irmão mais velho como referências paternas, sendo que ambos morreram precocemente e possuíram envolvimento com a criminalidade. O pai “morreu na rua, do coração” quando ele tinha onze anos. Pedro descreve:

era assaltante também (...) nós era bem pequeno e ele pegava som de carro (...) ele roubava banco e coisa (...) ele nunca teve nada, só prejuízo (...) gastava com as puta na rua (...) morreu na rua sozinho, no centro. Soube pela TV, ele não estava morando em casa. Eu sentia pouca falta porque ele judiava da mãe. Bêbado (...) era um diabo (...) chegava bêbado e dava na mãe, mas se ele tava são, ele era uma boa pessoa (...) eu bebo e fico tranqüilo, eu nem bebo muito, bebo 2, 3 gelada, fico calmo numa boa, deito, durmo, tomo uma ducha (...) ele bebia cachaça.

Sobre o irmão mais velho, Pedro comenta:

depois mataram meu irmão. Daí que eu comecei a roubar, agitar (...) sinto raiva, eu ainda vou me vingá (...) o que eu quero é matar um e já era (...) eu quero só um (...) uma vez deram um ataque em nós, e daí pegaram e falaram bem assim: ‘essa aqui é a doze que nós matamos teu irmão’. Eu olhei dentro dos olhos dele e chorei de raiva. A cara dele eu não esqueço como é que é (...) eu olhei vários que mataram meu irmão no dia da festa (...) foi uns dez que atiraram nele (...) eles foram lá pra matar meu irmão mesmo (...) ele tava foragido (...) eu gostava muito dele. Nós ia pras carrera, andava por tudo, aonde que ele ia eu tava junto, nos baile. Ia nos baile, eu

tava junto, ia pra rua, eu tava junto, aonde ele andava eu tava junto; e aonde que eu ando agora ele sempre tá junto comigo (...) ele sempre cuidou tudo direitinho (...) sinto raiva de quem matou ele, quem matou eu vou me vingar, primeiro que cair na minha frente eu vou derrubá.

No relato de Pedro, observamos que ele consegue falar sobre seus sentimentos, especialmente da raiva que sente pela morte de seu irmão, sobretudo pelo modo como foi morto. Porém, parecem faltar recursos para elaborar tais sentimentos. É digno de nota que Pedro não fala o que imagina que o outro espera ouvir, parecendo bastante autêntico em seu relato. Nesta autenticidade, ele revela um projeto de futuro que está relacionado com matar alguém em função de sua revolta com a morte do irmão. Uma revolta que podemos considerar como compreensível, já que o autor do homicídio foi um policial, cuja tarefa seria justamente o oposto do ato cometido: representar a lei, reprimindo as ações criminais. A argumentação de Marin (2002) acerca da ausência da lei simbólica necessária para a contenção dos impulsos parece se materializar nesta descrição.

Sobre a mãe, revela uma relação afetiva sem ambigüidades como com relação ao pai:

mãe é uma só (...) eu dou mais valor pra minha mãe que pro meu pai (...) porque foi ela que me criou. Foi ela que fez eu nascer. Ela até hoje, ela luta aí junto comigo, se precisar de um apoio dela não tem hora, não tem dia, pai não, só faz e (...) pai só faz a gente e dispensa. (...) Eu gosto é da minha mãe, ela é minha mãe e meu pai, deu.

Conforme já apontamos, a valorização da mãe, que é freqüente entre os adolescentes, também aparece no relato de Pedro, sendo da mesma forma idealizada. Consideramos esta valorização da mãe como uma idealização a partir do relato de Pedro quando admite que andava “agitando” nas ruas desde criança, e principalmente a partir do fato de que ele não foi alfabetizado. Assim, que ambiente a mãe oferece ao desenvolvimento de Pedro? Sofrendo violência doméstica, não o mantendo na escola? O fato de que Pedro expresse a importância da mãe em comparação com o abandono paterno pode significar que considera a relação com a mãe melhor que a relação com o pai, mas não necessariamente uma relação ideal. Enfim, parece ser o modelo do irmão mais velho, e em menor medida do pai, que ele toma como referências. Ao final deste trecho ele indica o fim deste assunto: “deu”, e revela que não quer mais falar sobre isso, demonstrando que esta é uma questão incômoda para ser pensada. Para preservar o adolescente de sentir-se incomodado, respeitamos sua condição e aceitamos que ele não falasse mais sobre este assunto, deixando-o à vontade caso quisesse voltar a falar sobre isso em outro momento.

Em seus projetos para o futuro, novamente observamos certa ambigüidade na relação com o pai: retoma o aprendizado que teve com ele, mas revela intenção de não repetir com o filho a relação que teve com o pai:

Quero estudar e trabalhar (...) eu trabalhava de servente (...) aprendi com meu pai quando eu era pequeno (...) vô dá de tudo pro meu filho (...) dá cavalo, dá carroça, dá roupa, dá estudo (...) meu pai não deu nada disso, só me fez sentir raiva”.

Retomando as questões propostas pela pesquisa, de investigar sobre as tatuagens e a relação com o *rap* no sentido de entender como estes se constituem em indicadores dos processos de identificação e construção de identidade, Pedro afirma que não tem e não gosta de tatuagens. Gosta de *rap*, e cita que “*nego drama*” é um dos que mais gosta. Assim como no caso de Anderson com relação ao *rap* “*Depoimento de um Viciado*”, a letra do *rap* mencionado por Pedro possui bastante afinidade com as experiências que ele relatou durante sua entrevista. Além do fato de Pedro ser afrodescendente, tema central deste *rap*, outras situações também parecem lhe dizer respeito, como a morte, a vingança, “a farda que pratica o mal”, etc.

3.5 Caso 5 – Tiago

Tiago também foi um adolescente que falou muito pouco durante as entrevistas. Não parecia ter dificuldades para falar ou estar incomodado, mas parecia desinteressado em falar sobre si. Foi bastante breve em suas repostas, que na maioria se constituíram de monossílabos, e por isso o relato deste caso é bastante curto. Apesar de sua fala ser restrita, Tiago revelou uma situação que não identificamos em outros casos, daí a importância de apresentá-la.

Questionado sobre quem é, ele responde que “sou calmo, né dona (...) tranqüilo, nunca queria roubar, mas comecei a roubar porque comecei a usar o crack. Eu fumava (...) só pra droga que eu roubava (...) em casa nunca faltou nada, né dona. Não me faltou roupa, não me faltou comida, só roubava por causa da droga”.

Diante de sua resposta, parece que o adolescente acredita que nosso interesse era saber apenas sobre sua relação com os atos infracionais, pois logo ele aborda esta questão. Como ele afirma que não faz mais uso de drogas e, portanto, também não pratica mais atos

infracionais, acreditamos que talvez por isso ele parecesse desinteressado em falar durante as entrevistas, revelando que estas práticas talvez não tenham mais sentido em sua vida. Ele chegou a afirmar que não lembra dos furtos que cometia, o que talvez revele que ele na verdade não quer lembrar e falar sobre isso.

Assim como os demais adolescentes, Tiago revelou que a prática de atos infracionais foi motivada pelo uso de drogas, e relata um pouco de sua trajetória nesse sentido. Conta que começou a fumar maconha com os colegas do colégio, e que da maconha passou a fumar maconha com pedras de *crack* até que experimentou o *crack* cheirado na lata. Assim, parece que sua experiência com o uso de drogas e, conseqüentemente, com a prática de atos infracionais, está relacionada com vivências tipicamente adolescentes, que se configuram como uma experimentação e não como uma toxicomania propriamente dita.

Cordeiro (1999) compreende que a droga na adolescência pode ser apenas mais um sintoma, dentre outros, de um mal-estar típico deste momento da vida. Assim, na grande maioria dos casos se constitui como uma atividade “iniciática”, tal como a formação de turmas ou as condutas de risco.

A seguir, Tiago relata a importância do apoio que recebeu de seus familiares, especialmente a mãe e a avó, para que parasse de usar drogas:

minha vó e minha mãe (...) elas fizeram uma luta prá me tirá da vida do crack (...) arrumaram um tratamento pra mim (...) me acompanharam todo esse tempo aqui preso (...) agora tô vivendo como gente, né dona (...) tava jogado na rua, né, mal arrumado, só voltava pra casa pra dormir, né (...) quando eu fumava, só voltava pra dormi, né (...) hoje eu penso que foi pro meu bem, até (...) naquela época foi, pra mim, era ruim ficar internado; pelo menos hoje, hoje eu tô, tô melhor, me recuperei (...) é, também não adianta ficar internado se não quiser parar, dona. Porque tem que ter vontade prá parar, isso é verdade, se não, não pára.

E completa afirmando que sua principal motivação para parar de usar drogas encontrou na família. Com relação a isso, é possível pensar que o uso de drogas teve uma função de provocar reações junto à família, tal como proposto por Cordeiro (1999, p.140): “O uso de drogas pela maioria dos adolescentes configura uma provocação, um desafio, é um ato dirigido ao outro e constitui um meio de provocar reações junto à família, aos educadores e aos pares”. No caso de Tiago, a família respondeu positivamente a seu apelo, oferecendo apoio e proteção, o que parece ter sido fundamental para que esta situação de crise fosse superada e o adolescente pudesse prosseguir em seu desenvolvimento. Esta situação não foi identificada nos demais casos, daí a relevância do caso de Tiago, que aponta para uma experiência que resultou bem-sucedida.

Também no caso de Tiago o desenho realizado durante as entrevistas foi significativo. O adolescente escreveu e desenhou estrelas ao redor do sobrenome da avó materna, que consta também como sobrenome de sua mãe, mas não em seu sobrenome, que é composto pelo sobrenome do avô materno e do avô paterno. Assim, consideramos que seu desenho faz alusão à importância da mãe e da avó materna em sua vida, o que ele descreveu depois durante suas entrevistas.

Quanto à internação, ele afirma que:

Pra mim, por um lado foi bom e pelo outro não, porque eu tô preso, né. Melhorei bastante, né (...) eu pude pensar bastante no que eu quero e no que eu não quero pra minha vida né (...) quero viver normal, trabalhar e compra umas coisa pra mim.

Ele afirma que seu projeto é sair da Unidade e trabalhar como padeiro junto com o padrasto, com quem já trabalhou em outro momento. Quando foi realizada a segunda entrevista com Tiago, ele já estava empregado numa padaria, e demonstrou grande satisfação com isso.

3.6 Discussão integrada dos casos

Nesta seção, propomos uma discussão integrada dos casos no sentido de apontar as semelhanças e diferenças que foram encontradas entre eles, assim como também propomos uma sistematização destas questões com os aspectos teóricos apresentados.

Um aspecto que chamou atenção na fala dos adolescentes foi o fato de que todos indicaram que de alguma forma o uso de drogas foi a principal motivação para a prática de atos infracionais. Igor afirma que tudo começou “quando eu tinha 13 anos de idade. (...)”, com 16 anos comecei a usar cocaína e daí depois com 17 eu experimentei o crack (...) e tinha que roubar, fazer alguma coisa prá conseguir esse dinheiro.” No caso de Anderson, que estava interno por uma tentativa de homicídio contra o pai, também encontramos o relato de que foi porque começou a usar maconha que as brigas com o pai se intensificaram: “depois que eu comecei a fumar maconha, que foi bem diferente, daí sim que começou as brigas, daí por causa que eu tava fumando maconha.” Cristofer afirmou, de modo bem explícito: “se eu tô aqui é por causa das drogas”, assim como Pedro, “eu roubei porque eu precisava (...) precisava pra mim usar droga”, e Tiago, “comecei a roubar porque comecei a usar o crack, eu

fumava (...) só pra droga que eu roubava”.

Algumas pesquisas já relatadas neste trabalho evidenciam a relação entre o uso de drogas e a prática de atos infracionais, como o estudo de Heim e Andrade (2008), que sugere a existência de uma relação estreita entre uso e abuso de substâncias e a delinquência. Sena e Colares (2008) também identificaram que adolescentes em conflito com a lei apresentam maiores índices de comportamentos de risco em relação à saúde quando comparados a jovens que não cometem atos infracionais, principalmente relacionados ao uso de substâncias psicoativas. Martins e Pillon (2008) demonstraram que existe uma correlação significativa entre o uso do álcool e da maconha com os atos infracionais, sendo que o uso de substâncias precede a prática infracional. O estudo de Pinho et al. (2006), da mesma forma, demonstra a associação entre o uso de drogas e a delinquência, sob o olhar da psicopatologia psiquiátrica. Os autores encontraram que as patologias mais prevalentes diagnosticadas em adolescentes em conflito com a lei foram os transtornos de conduta e os transtornos por uso nocivo de substâncias psicoativas.

Do ponto de vista da dinâmica psíquica, este resultado apóia a idéia de que fenômenos como a drogadição e a delinquência possuem uma mesma estrutura psíquica subjacente, que tem origem na qualidade das relações objetais, conforme já apontado por Ranna (1998). Assim, o uso de drogas e a adoção de comportamentos delinquentes se configuram como sintomas de uma organização psíquica precária, que tende à passagem ao ato. Essa organização parece ser insuficiente para estabelecer a contenção dos impulsos e proteger do desamparo vivido por esses sujeitos. Nesse sentido, é compreensível termos encontrado uma relação entre uso de drogas e prática de atos infracionais em praticamente todos os casos investigados nesse estudo.

Outro aspecto comum identificado nas histórias desses adolescentes foi a presença de violência, desde muito cedo em seu desenvolvimento. Igor relatou que os pais brigavam com frequência, e que “chorava muito quando eu era criança, minha mãe me dava em mim, daí eu, eu chorava”. O relato de Anderson revela a presença quase que permanente de uma violência bastante destrutiva: “desde os meus 7 anos que eu só via briga da mãe e do meu pai. Essa é minha história, só via briga, briga, briga, e eu apanhando que nem um bicho e a minha mãe apanhando que nem um bicho (...) e o presente também, briga também”. Cristofer também revela a presença de violência em sua história de vida, inicialmente tendo o pai como protagonista e depois, de modo mais generalizado, entre outros familiares: “desde pequeno até hoje eu vivia pulando a janela. (...) Por causa que o meu pai dava na minha mãe, chegava bêbado (...) daí agora nós crescemos e ele foi fazer isso daí e nós quase matêmo ele”. Pedro

também vivenciou violência tendo o pai como agressor, afirmando que ele “era um diabo (...) chegava bêbado e dava na mãe”. Além disso, Pedro também revela a presença de violência em sua vida, no sentido da morte de seu irmão, que teria sido assassinado pela polícia. Tiago foi o único adolescente que não relatou nenhuma vivência de violência em sua história de vida. Tendo em vista que Tiago foi pouco colaborativo durante as entrevistas, isso não significa necessariamente a ausência de violência em sua história de vida.

A relação entre a presença de violência doméstica e a delinquência foi apontada em vários trabalhos (DEL LAGLIO et al., 2005, FEIJÓ; ASSIS, 2004, PRIULI; MORAES, 2007, SCHMITT et al., 2006). Por exemplo, o estudo de Schmitt et al. (2006) identificou alta prevalência de história de maus-tratos entre adolescentes em conflito com a lei. Já Dell’aglio et al. (2005) destacaram que há um ciclo de violência presente na trajetória de adolescentes do sexo feminino que cometem atos infracionais que antecede a prática do ato infracional. Nosso estudo, assim como os estudos citados anteriormente, apontam que isso também se aplica aos casos de adolescentes do sexo masculino.

De um modo mais amplo, pode-se pensar que a presença de violência, principalmente doméstica, na história de vida destes adolescentes, é um indício da presença de outras violências, sobretudo uma violência estrutural, relacionada às condições sócio-econômicas de vida. Os adolescentes pesquisados vivem em regiões precárias, fortemente marcadas pela presença de criminalidade e do tráfico de drogas. As fragilidades identificadas nas composições familiares de adolescentes que cometem atos infracionais também fazem parte deste contexto de violência estrutural, à medida que estas se encontram carentes de amparo social. Encontramos estas idéias nos estudos de Dell’aglio et al. (2005), Feijó e Assis (2004), Carvalho e Gomide (2005), Priulli e Moraes (2007) e Rosa (1999), por exemplo.

Alguns dos adolescentes entrevistados apresentaram um relato onde a mãe é uma figura bastante valorizada, enquanto apontam dificuldades na relação com o pai. Anderson considera que “minha mãe é tudo pra mim”, enquanto que a relação com o pai parece ser mais difícil: “me dou mais ou menos com ele, não me dou muito bem com ele”. Cristofer relata que “a minha mãe e os meus irmão né, são os mais importante pra mim. (...) Meu pai não é nada pra mim, aquele nem é meu pai”. Assim também foi o relato de Pedro: “mãe é uma só (...) eu dou mais valor pra minha mãe que pro meu pai.” Tiago também revelou que a mãe é muito importante, principalmente no sentido de ter lutado para livrá-lo das drogas, enquanto que o pai é ausente em sua vida. Diferente dos demais, Igor relata que tanto a mãe quanto o pai são importantes em sua vida.

A valorização da mãe é questionada em alguns estudos, que sugerem tratar-se mais de uma idealização que uma construção baseada em vivências concretas. Encontramos esta idéia em estudos como o realizado por Assis e Souza (1999) e Violante (1995), que demonstram que os adolescentes que cometeram atos infracionais mantêm imagens mais idealizadas de suas famílias. A presença de violência doméstica, o histórico de maus-tratos e as fragilidades encontradas nestas famílias também são fatores que apontam para a necessidade de uma problematização desta idealização da figura materna. Assim, parece que a relação com o pai, embora descrita como ruim, parece estar mais próxima da realidade vivida por esses jovens. Por outro lado, o estudo de Dias, Simon e Arpini (no prelo) indica que a situação de internação pode fazer com que a figura materna se aproxime mais do filho para oferecer apoio frente a essa situação. Nesse sentido, seria importante investigar como a internação do jovem pode afetar as próprias relações familiares.

Do ponto de vista da dinâmica psíquica, desenvolvemos a idéia de que delinquência e drogadição estão associadas com falhas em momentos precoces do desenvolvimento, principalmente com falhas relativas à relação mãe-bebê, as quais dificultaram o estabelecimento das experiências de separação e frustração necessárias ao estabelecimento do eu (MARIN, 2002, MCDOUGAL, 1996, RANNA, 1998, STEFFEN, 2006). Winnicott (1994) salientou que a mãe suficientemente boa é aquela que sabe administrar a adaptação às necessidades do bebê, assim como a gradual desadaptação necessária para que a criança desenvolva uma existência pessoal. Desta forma, é a mãe que vive a fusão com o filho e, gradualmente, desfaz essa fusão, ou seja, deixa de ser tudo para o filho. Diante disso, acreditamos que a mãe idealizada que aparece no discurso de alguns adolescentes seria a mãe da experiência fusional, a qual é construída no imaginário do adolescente justamente para dar conta da sua falta ou da impossibilidade de abandoná-la. Da mesma forma, seria esta a mãe buscada no furto, conforme proposto por Winnicott (1994), assim como a relação fusional que seria buscada através da drogadição ou do suicídio, no caso de Anderson.

Apesar da relação com o pai ser vista pelos adolescentes como negativa, parece que o pai é efetivamente tomado como um modelo de identificação em alguns casos, sendo que esta identificação está diretamente relacionada com a prática de atos infracionais. Anderson diz isso explicitamente, ao afirmar que começou a beber e brigar como o pai: “ele bebia, daí eu comecei a beber também, comecei a brigar também”. Além disso, o ato infracional cometido por Anderson foi dar facadas no pai, assim como o pai também já havia feito com ele. Cristofer relata que o pai também é usuário de drogas e comete crimes, tendo aprendido isso com ele. Afirmou ainda que ele e os irmãos são ruins: “por causa que ele é ruim né (...)

porque ele ensinou nós a ser ruim (...) se nós semo ruim hoje é graças a ele.” Pedro conta que o pai também era assaltante, assim como o irmão mais velho que também parece um modelo de identificação para o adolescente.

Acreditamos que estas representações de mãe e pai são indicativas da falta do quadro de referência necessário para o desenvolvimento psicológico saudável, conforme enfatizado por Winnicott (1994). A idealização da figura materna, que encobriria uma falta ou a incapacidade de separação, parece indicar que não se estabeleceu entre mãe e filho a relação adaptativa necessária como suporte ao desenvolvimento, ou ainda que esta relação não pôde ser abandonada para possibilitar uma existência pessoal. O pai, em muitos casos, ele mesmo autor de violência e usuário de drogas, falha ao introduzir a lei como suporte à renúncia da satisfação dos impulsos, já que sua própria submissão à lei parece precária. Assim, trata-se de situações em que a família falhou em seu papel de se constituir como um amparo, um suporte ao desenvolvimento.

No planejamento da pesquisa, buscamos priorizar a fala dos adolescentes, incentivando a narrativa livre, o que se tornou uma tarefa difícil de ser desenvolvida em alguns casos. A maioria deles precisou ser questionado e incentivado para falar, sendo que isso variou de um caso para outro. De modo geral, acreditamos que a dificuldade para falar que alguns participantes apresentaram esteja relacionada com as dificuldades na simbolização que os mesmos apresentam. Estas falhas no processo de simbolização, como já afirmamos, estão relacionadas com falhas no processo de estruturação psíquica e remetem às dificuldades no estabelecimento da distinção eu-outro (MARIN, 2002, MCDUGALL, 1996, RANNA, 1998, STEFFEN, 2006).

A baixa escolaridade dos adolescentes é um aspecto que pode ser destacado. Como vimos, todos possuem uma defasagem escolar importante, visto que nenhum deles concluiu o ensino fundamental, embora todos tivessem idade compatível para isso. O caso mais extremo neste sentido é o de Pedro, que sequer foi alfabetizado. As dificuldades quanto à escolarização em adolescentes em conflito com a lei foram apontadas por diversos autores (ASSIS; CONSTANTINO, 2005, FEIJÓ; ASSIS, 2004, OLIVEIRA; ASSIS, 1999, PRIULLI; MORAES, 2007) também foram identificadas nesse estudo. Desta forma, podemos apontar também a existência de dificuldades cognitivas nesses adolescentes, além das dificuldades de simbolização que podem estar mais associadas a questões constitutivas e afetivas da personalidade, que prejudicam a capacidade dos mesmos de avaliar eventos e elaborar experiências. Winnicott (1994) lembra que crianças e adolescentes que sofreram privação familiar podem ter dificuldades de se empenhar nas atividades escolares justamente porque

estão concentrados numa tarefa mais importante – o estabelecimento da própria identidade, através da busca de satisfação das necessidades desenvolvimentais básicas.

Salientamos a pertinência das formulações de Winnicott (1983, 1994) para compreensão do desenvolvimento humano, que associam a delinquência à privação da vida familiar, à falta de um quadro de referência a partir do qual a criança poderia se desenvolver e construir sua identidade pessoal, operando a distinção entre o eu e o não eu. Winnicott (1983) ainda descreveu outro processo psicológico que está associado com falhas ou ausência de um quadro de referência: a constituição de um falso *self*, o qual se constrói na base da submissão e tem a função defensiva de proteger o *self* verdadeiro. O autor considera que forma-se uma espécie de vitrine, uma metade voltada para fora construída com base em submissão e complacência, ao passo que o núcleo, a parte principal do eu, que contém a espontaneidade, permanece em segredo.

Parece-nos que este mecanismo de divisão do eu em um falso e um verdadeiro *self* também se mostra pertinente para compreendermos as dinâmicas psíquicas dos casos de adolescentes que cometem atos infracionais. Em alguns dos casos que compõem nosso estudo, os adolescentes pareciam divididos entre diferentes representações de si, conforme explicitamos nos casos de Igor e Cristofer.

As tatuagens e as letras de rap mostraram-se recursos expressivos em alguns casos, permitindo-nos conhecer aspectos dos adolescentes através destes recursos. As tatuagens foram significativas nos casos de Anderson e Cristofer, pois os conteúdos tatuados ou a serem tatuados parecem expressar aspectos de si e de suas vidas. Com relação a Igor, este parece ter sido um aspecto omitido pelo adolescente durante as entrevistas, pois o mesmo parecia preocupado com questões relacionadas à desejabilidade social. Para Pedro e Tiago, as tatuagens parecem não se constituir em recurso expressivo, pois eles nunca fizeram tatuagem e sequer revelaram interesse em fazer alguma. Quanto às letras de rap, estas se mostraram recursos expressivos principalmente nos casos de Anderson e Pedro, que citaram letras especialmente relacionadas com aspectos de si e de suas vidas. De certo modo, parece que a expressão *vida loka*, que está relacionada com a letra de um rap, apresenta sentidos relacionados com a vida destes adolescentes. É interessante salientar que o modo como os adolescentes descreveram o significado de “*vida loka*” assumiu características pessoais, ou seja, eles apresentaram uma descrição que se aproxima do modo como descrevem suas próprias vidas. De modo mais explícito, alguns adolescentes chegaram a afirmar já terem sido um “*vida loka*”, revelando identificação.

Assim, sugerimos que estes recursos possuem o potencial de se constituir como meios de se entrar em contato com estes adolescentes e com suas representações de si, do outro e da própria coletividade, conhecendo-os. Nesse sentido, são recursos úteis ao trabalho sócio-educativo, pois toda intervenção exige contato, interação e o conhecimento dos casos.

Por fim, o caso de Tiago parece diferenciar-se dos demais no sentido de apresentar uma resolução favorável, sobretudo porque a família parece ter sido continente às necessidades do adolescente quando este passou a apresentar problemas relacionados ao uso de drogas. Diante disso, salienta-se a necessidade de que as intervenções direcionadas a estes casos contemplem o trabalho com a família, apoiando-a para superar fragilidades, tanto psíquicas quanto sociais, e exercer sua função, sugestão apontada em diversos trabalhos (BRANCO; WAGNER; DEMARCHI, 2008, DELL'AGLIO; SANTOS; BORGES, 2004, DELL'AGLIO et al., 2005, FEIJÓ; ASSIS, 2004; LARANJEIRA, 2007).

Salientamos, por fim, a necessidade de maior desenvolvimento destas questões, o que pode contribuir para o aprofundamento da compreensão da dinâmica psíquica dos casos de adolescentes que cometem atos infracionais, assim como subsidiar propostas de intervenção compatíveis com esse entendimento.

CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO

Ao finalizar nosso estudo, retomamos nossas hipóteses iniciais para rediscuti-las à luz dos principais resultados encontrados. De modo geral, acreditamos que o processo de pesquisa realizado atingiu seu objetivo, no sentido de possibilitar conhecer um pouco mais sobre a realidade de alguns adolescentes que cometem atos infracionais, principalmente do ponto-de-vista da dinâmica psíquica subjacente a estes casos. Ainda que seja necessário considerar a delinquência juvenil como um problema complexo que abrange questões de ordem social num sentido amplo, cabe esclarecer que construímos nossa argumentação enfatizando principalmente os fatores psíquicos, pois estes aspectos ainda permanecem pouco explorados na literatura sobre o tema, embora os demais níveis não possam ser desconsiderados. Consideramos que pensar as questões psicológicas subjacentes à questão da adolescência e violência é indispensável para a formulação de Programas de Promoção e Prevenção em Saúde para essa população.

Considerando aspectos da sociedade contemporânea, formulamos a hipótese de que a violência e a prática de atos infracionais participam dos processos de identificação que acabam por constituir a identidade do adolescente autor de atos infracionais. Esta hipótese encontrava apoio em algumas expressões de adolescentes em conflito com a lei, como inscrições que ligam o nome ao ato infracional cometido ou aos “comandos” que participam, frases de letras de *rap* que valorizam a criminalidade, etc. Acreditávamos na existência de uma dinâmica de relações e identificações onde o bandido seria visto como um modelo de masculinidade e poder, um modelo, portanto, de identificação.

A partir disso, buscamos investigar como a violência e a prática de atos infracionais participa dos processos de identificação e construção da identidade do adolescente autor de atos infracionais no contexto contemporâneo. Utilizamos um delineamento de estudo de casos múltiplos, e realizamos entrevistas com alguns adolescentes institucionalizados para cumprimento de medida sócio-educativa.

Em parte, acreditamos que essas hipóteses se confirmam – se observarmos que os pais violentos e envolvidos com a criminalidade são o principal modelo de identificação e masculinidade destes jovens. Por outro lado, pode-se pensar que não se confirmam se pensarmos na crítica que os próprios jovens apresentam com relação aos seus atos e de seus pais.

De certa forma, surpreendeu-nos o fato de que a fala dos adolescentes esteve pouco associada com estas questões. Diferente do esperado, a fala dos adolescentes evidenciou outros aspectos, como o uso de drogas, a presença de violência em suas trajetórias de vida, as fragilidades nas relações familiares, entre outros aspectos que apontaram mais para a existência de dificuldades no processo de construção de identidade, do que a constituição de uma identidade baseada na valorização da criminalidade.

Assim, algumas hipóteses foram levantadas. Talvez a identidade ligada à criminalidade esteja relacionada com um dado contexto, que pode ser tanto o contexto social das periferias, quanto o contexto institucional, onde se dá a convivência entre pares identificados com a criminalidade. Como uma estratégia de defesa relacionada a estes contextos, ela parece não ter sido revelada nas entrevistas realizadas, pois se tratava de um contexto diferente e, sobretudo, de uma relação específica. O fato de que as entrevistas foram realizadas por uma psicóloga na sala onde se realizam os atendimentos psicológicos na instituição pode ter favorecido o estabelecimento de uma relação próxima da relação terapêutica, em que os adolescentes sentiram-se protegidos para revelar outros aspectos de si. Nesse sentido, não aparece a defesa identitária necessária em outros contextos, mas a fragilidade psíquica que lhe é anterior, que seria justamente a origem desta construção identitária. Consideramos que a teorização de Winnicott (1994) acerca da divisão do eu em um falso e um verdadeiro *self* pode auxiliar na compreensão desta dinâmica vivida pelos adolescentes que cometeram atos infracionais. Em contextos marcados por relações violentas, uma identidade do tipo falso *self*, que seria uma vitrine, uma fachada voltada para fora, se constituiria baseada em uma submissão aos valores ligados à criminalidade. Esta identidade teria a função de proteger o ego frágil, o *self* verdadeiro, que encontrou dificuldades para se desenvolver pela ausência de um quadro de referência, de um suporte para as experiências traumáticas necessárias ao desenvolvimento do eu. Esta hipótese deverá ser abordada em estudos futuros, com metodologias que permitam melhor explorá-la.

Além disso, o método escolhido para o desenvolvimento da pesquisa também pode estar relacionado com os resultados encontrados. Se os processos de identificação relacionados com a criminalidade estão associados com determinados contextos, acreditamos que a técnica de coleta de dados escolhida pode ter sido responsável por direcionar os resultados para outras questões. Assim, acreditamos que metodologias como o método etnográfico, a observação naturalística ou a realização de grupos focais, privilegiando o contexto de convivência entre pares, poderiam evidenciar as dinâmicas de construção de identidade baseadas em referências ligadas à criminalidade. Da mesma forma, a utilização de

instrumentos que informassem sobre a qualidade das relações objetivas poderiam conferir maior consistência às análises realizadas no que se refere a esse aspecto. Enfim, acredita-se que a utilização de outras formas de triangulação de métodos poderia conferir maior consistência ao trabalho, enriquecendo as análises dos dados.

A título de conclusão, caberia salientar em que nossos resultados podem contribuir no sentido da intervenção direcionada a estes casos. À medida em que identificamos a falta de um quadro de referência familiar como suporte ao desenvolvimento destes jovens, ressalta-se a importância de trabalhos de cunho preventivo no sentido da oferta de ambientes protetivos e favoráveis ao desenvolvimento. Essa proposta foi defendida em alguns estudos que apresentamos (ASSIS; CONSTANTINO, 2005, DELL'AGLIO; SANTOS; BORGES, 2004, LARANJEIRA, 2007, OLIVEIRA; ASSIS, 1999).

A susceptibilidade demonstrada pelos adolescentes à nossa influência, bem como os aspectos relacionados à desajustabilidade social merecem destaque. Trata-se de jovens em busca de referências para a construção de suas identidades e, assim, altamente susceptíveis à influência do outro, aspectos que podem ser explorados no contexto do trabalho institucional. Estes jovens parecem apresentar uma demanda primária de amor e identificação (VIOLANTE, 1995) em função das diversas privações psíquicas vivenciadas ao longo do desenvolvimento (MARIN, 2002, MCDOUGALL, 1996, WINNICOTT, 1994), de modo que a oferta de novos modelos de identificação torna-se crucial para redirecionar seus projetos de vida. Desta forma, é preciso superar as históricas práticas coercitivas e estigmatizantes que acarretam um distanciamento entre os socioeducadores e os jovens, o que acaba acrescentando ainda mais danos à vida dos jovens institucionalizados (OLIVEIRA; ASSIS, 1999).

A ênfase em trabalhos familiares e comunitários é outro aspecto que deve ser mencionado, pois a rede social tem um papel fundamental na compreensão, prevenção e tratamento de jovens autores de atos infracionais, sendo a família um aspecto crucial a ser considerado (WAGNER; DEMARCHI, 2008). Com isso, pode-se oferecer ao jovem o desenvolvimento da noção de pertencimento, de reconhecimento no coletivo do grupo comunitário, atendendo assim a uma necessidade fundamental do adolescente (DIÓGENES, 2008).

Em suma, acreditamos que nosso trabalho oportunizou um aprofundamento das questões propostas para a realização da pesquisa e possibilitou pensarmos sobre as implicações de nossos resultados no sentido da intervenção. Além disso, foi possível levantar novas hipóteses para futuras pesquisas, o que é pertinente do ponto de vista de que a

construção do conhecimento é uma tarefa permanente, sobretudo porque nosso objeto de estudo comporta complexos mecanismos psíquicos.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais, aproveitamos para ampliar a discussão sobre como nossos resultados podem repercutir no sentido de intervenções voltadas ao atendimento de adolescentes que cometem atos infracionais. Acreditamos que as conclusões de nosso estudo, ainda que apontem para a necessidade de novas pesquisas, já indicam a necessidade de revisão de algumas práticas direcionadas a estes casos. Entre estas, podemos citar a ênfase na disciplina e na coerção que caracterizam as atuais práticas de trabalho com jovens institucionalizados, que acabam por favorecer o acirramento das dificuldades do adolescente, assim como as práticas do atual sistema de justiça que enfatizam apenas a responsabilização e não oferecem alternativas no sentido da reparação ou resolução de conflitos. Neste sentido, propomos uma discussão a respeito do método educativo baseado no protagonismo juvenil, assim como dos procedimentos da Justiça Restaurativa (JR) como alternativas que favorecem o desenvolvimento do adolescente e se mostram coerentes com o entendimento que construímos a respeito destes casos.

Nossos resultados demonstram que estes casos se diferenciam dos casos clássicos, a partir dos quais a psicanálise foi inventada e se estabeleceu teórica e clinicamente. Assim, não se relacionam com os conflitos edípicos relativos à identidade sexual, mas com eventos mais precoces do ponto de vista da constituição psíquica, conforme discutimos a partir das formulações de McDougal (1996), Ranna (1998), Marin (2002) e Steffen (2006). Assim como exigem reformulações quanto ao modelo de entendimento, são casos que cobram também novos modos de intervenção. Winnicott (1994) já se referia a isso quando afirmava que o tratamento para a delinquência não é a psicanálise, mas uma provisão ambiental capaz de curar as fraturas psíquicas existentes.

Nesse sentido, acreditamos que tanto o protagonismo juvenil quanto os procedimentos restaurativos se constituem como metodologias capazes de dar conta destas questões, principalmente porque valorizam o desenvolvimento da autonomia, da restauração de relações fragilizadas e da comunicação como um meio privilegiado para a resolução de conflitos. Assim, se configuram como práticas que podem levar ao estabelecimento de um quadro de referência como suporte para o jovem prosseguir em seu desenvolvimento, além de enfatizar a utilização de recursos simbólicos, notadamente a fala, oportunizando a superação de um funcionamento que prioriza a passagem ao ato.

O protagonismo juvenil é um método educativo defendido por Costa (2006) como necessário ao trabalho socioeducativo. Trata-se de um método que valoriza a participação do jovem em todas as etapas da resolução de problemas reais na comunidade socioeducativa bem como na vida social mais ampla. Neste sentido, o papel do educador é basicamente apoiar o jovem na execução destas tarefas. Considerando-se a descrição de Winnicott (1994), que liga a delinqüência à privação da vida familiar, o protagonismo juvenil parece um método adequado no sentido de que o educador poderá exercer esta função de sustento, de apoio e amparo que o adolescente necessita para se desenvolver e não encontrou no próprio lar. Além disso, ao valorizar a participação do adolescente também se constitui como um método apropriado para incentivar o desenvolvimento da espontaneidade e da autonomia, possibilitando o aparecimento dos aspectos do *self* ocultos pela submissão característica do falso *self*.

Neste sentido, o protagonismo juvenil possibilita a superação das práticas correcionais e repressivas ainda tão presentes nas instituições socioeducativas. A inadequação destas práticas já foi salientada em diversos estudos (VOLPI, 1997, OLIVEIRA, 1999, OLIVEIRA; ASSIS, 1999), as quais acabavam por acrescentar ainda mais danos às trajetórias de vida dos adolescentes institucionalizados.

Além do protagonismo juvenil, acreditamos que o modelo de Justiça Restaurativa (JR) também se apresenta como uma alternativa ao atual sistema de justiça. Segundo Slakmon (2005), a JR se constitui como uma construção teórica, mas fundamentalmente como um modelo de práticas já testado e incorporado por diversos países, sendo inclusive recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

As idéias sobre a JR surgiram na década de 70 nos Estados Unidos sob a forma de mediação entre réu e vítima. Depois disso, passaram a ser adotadas em outros países, como Chile, Argentina e Colômbia, com destaque para a experiência da Nova Zelândia. No Brasil, sua presença ainda é incipiente, através de experiências isoladas, como a da 3ª Vara do Juizado da Infância de Porto Alegre, iniciada em 2002, segundo dados divulgados por Slakmon (2005).

Segundo Brancher (2008), a JR é um novo modelo de Justiça cuja ênfase recai na restauração das relações prejudicadas por situações de violência. Valoriza a autonomia e o diálogo, criando oportunidades para que as pessoas envolvidas em conflitos possam conversar e entender a situação, buscando formas não violentas para superá-la. Uma das premissas da JR é a de que os conflitos se originam em situações de carência, em que necessidades fundamentais não foram satisfeitas. Assim, pode-se afirmar que o modelo da JR parte de um

pressuposto bastante semelhante ao entendimento que propomos neste estudo, a partir da consideração de Winnicott (1994) que liga a delinquência à privação da vida familiar e de um quadro de referência.

Partindo deste pressuposto, as práticas da JR irão enfatizar o atendimento destas necessidades como necessário ao enfrentamento das situações de conflito. Assim, um dos valores considerados fundamentais neste modelo é o de empoderamento, o que significa o fortalecimento dos sujeitos envolvidos em situações de violência e conflito, buscando o atendimento de suas necessidades. Sua abordagem tem o foco nas necessidades determinantes e emergentes do conflito, de forma a aproximar e co-responsabilizar todos os participantes, procurando assim restaurar laços sociais, compensar danos e gerar compromissos futuros mais harmônicos. O modelo da JR se materializa através das práticas circulares, entre elas, o Círculo Restaurativo.

O Círculo Restaurativo é um encontro entre pessoas diretamente envolvidas em uma situação de violência ou conflito, seus familiares, seus amigos e a comunidade. Este encontro, orientado por um coordenador, segue um roteiro pré-determinado, proporcionando um espaço seguro e protegido onde as pessoas podem abordar o problema e construir soluções para o futuro. Ao privilegiar a presença de familiares e da comunidade, estas práticas atendem ao que apontam alguns estudos que abordam os casos de adolescentes em conflito com a lei. As práticas que enfatizam a participação da família e da comunidade têm se mostrado mais bem-sucedidas, como apontam os estudos de Oliveira e Assis (1999) e Costa (2005), entre outros.

As práticas restaurativas compreendem um conceito ampliado de justiça, e, assim, transcendem a aplicação meramente judicial de princípios e valores da J R. Sendo assim, estas práticas podem ser pensadas no sentido do trabalho cotidiano com adolescentes institucionalizados. Como um procedimento que valoriza a palavra e busca a restauração de relações fragilizadas, parece-nos adequado para atender às necessidades de adolescentes autores de atos infracionais. Como vimos, estes casos se caracterizam pela existência de rupturas e carências afetivas ao longo do desenvolvimento, o que poderá ser trabalhado a partir de práticas restaurativas. Algumas iniciativas neste sentido já têm sido desenvolvidas na FASE-RS, as quais têm se mostrado bastante apropriadas, embora ainda precisem ser melhor compreendidas e investigadas.

Assim como o protagonismo juvenil, acreditamos que o modelo da JR também possibilita a superação do tradicional modelo de justiça, que enfatiza apenas a identificação de culpados e a punição. Isso se mostra insuficiente para o atendimento dos casos de adolescentes em conflito com a lei que, como vimos, apresentam necessidades mais

fundamentais, como de um quadro de referência que possibilite superar o desamparo em vista do desenvolvimento pessoal.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. (org). **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ABRAMOVAY, M. (coord.). **Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

AMARO, J. W. F. O debate sobre a maioridade penal. **Revista de Psiquiatria Clínica**, vol. 31, n. 3, São Paulo, p. 142-144, 2004.

ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 10, n° 1, p. 81-90, 2005.

ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. Criando Caim e Abel – Pensando a prevenção da infração juvenil. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 4, n°1, p. 131-144, Rio de Janeiro, 1999.

AUN, H. A.; MORATO, H. T. P.; NOGUCHI, N. F. de C.; NUNES, A. P. Transgressão e juventude encarcerada: outras versões a partir do plantão psicológico em unidades de internação da FEBEM/SP. **Imaginário**, vol. 12, n. 12, p. 35-53, São Paulo, junho, 2006.

BAUMAN, Z. **O Mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BEAUCHAMP, T.; CHILDRESS, J. **Principles of biomedical ethics**. New York: Oxford University Press, 1979.

BENHAIM, M. O materno e a Delinquência. **Ágora: estudos em teoria psicanalítica**, vol. 11, n° 1, p. 9-16, Rio de Janeiro, janeiro-junho, 2008.

BOCCO, F.; LAZZAROTTO, G. D. R. (Infr)atores juvenis: artesãos da análise. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 37-47, Ago., 2004.

BRANCHER, L.; TODESCHINI, T. B. e MACHADO, C. **Justiça para o Século 21: instituindo práticas restaurativas**. Círculos restaurativos: como fazer? Manual de procedimentos para coordenadores. Porto Alegre, RS: AJURIS, 2008.

BRANCO, B. M.; WAGNER, A.; DEMARCHI, K. A. Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. **Psicologia: reflexão e crítica**, vol. 21, n° 1, p. 125-132, Porto Alegre, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução 196/96 - Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos**, Brasília; 1996.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARVALHO, M. C. N.; GOMIDE, P. I. C. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v.22, n.3, p. 263-275, julho-setembro, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 16/00 - Realização de Pesquisa em Psicologia com Seres Humanos**, Brasília; 2000.

CORDEIRO, J. M. S. Adolescência e toxicomania. In: **O adolescente e a modernidade / Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

COSTA, A. C. G.; **Parâmetros para formação do sócio-educador: uma proposta inicial para reflexão e debate**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

COSTA, C. R. B. S. F. É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, ano 5, n.2, p. 79-95, Rio de Janeiro, 2005.

COSTA, J. F. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

COSTA, L. F.; GUIMARAES, F. L.; PESSINA, L. M.; SUDBRACK, M. F. O. Single session work: intervenção única com a família e adolescente em conflito com a lei. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, vol. 17, n. 3, p. 104-113, São Paulo, dezembro, 2007.

CRAIDY, C.; GONÇALVES, L. **Medidas sócio-educativas: da repressão à educação**; a experiência do Programa de Prestação de serviços à Comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CRUZ, L.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. M. F. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia & Sociedade**, vol. 17, n. 3, p. 42-49, Porto Alegre, setembro-dezembro, 2005.

DELL'AGLIO, D. D.; BENETTI, S. P. C.; DERETTI, L.; D'INCAO, D. B.; LEON, J. S. Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas. **Paidéia**, vol. 15, n. 30, p. 119-129, Ribeirão Preto, janeiro-abril, 2005.

DELL'AGLIO, D. D.; SANTOS, S. S.; BORGES, J. L. Infração Juvenil Feminina: Uma Trajetória de Abandonos. **Interação em Psicologia**, vol. 8, n. 2, p. 191-198, 2004.

DIAS, A. C. G.; SIMON, B.; ARPINI, D. M. Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas sócio-educativas. **Psicologia & Sociedade**. No Prelo.

DINIZ, D; CORREA, M. Declaração de Helsinki: relativismo e vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, nº 3, p. 679-688, Mai/Jun 2001.

DIÓGENES, G. **Cartografias da Cultura e da Violência**: Gangues, galeras e movimentos hip hop. São Paulo: Annablume, 2008.

DOLTO, F. **Palavras para Adolescentes ou o Complexo da Lagosta**. Venda Nova: Bertrand Editora, 1991.

EHRENBERG, A. Depressão, doença da autonomia? **Ágora**, vol. 7, n. 1, p. 143-153, Rio de Janeiro, jan/jul 2004.

EHRENBERG, A. **La fatiga de ser uno mismo**. Argentina: Ediciones Nueva Vision, 2000.

FACUNDO, F. R. G.; PEDRÃO, L. J. Fatores de risco pessoais e interpessoais no consumo de drogas ilícitas em adolescentes e jovens marginais de bandos juvenis. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, vol. 16, n.3, p. 368-374, Ribeirão Preto, maio-junho, 2008.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, vol.9, nº 1, p. 157-166, Natal, janeiro-abril, 2004.

FORMIGA, N. S.; CAVALCANTE, C. P.; ARAÚJO, T. T. V; LIMA, S.; SANTANA, R. Comportamento agressivo e busca de sensação em jovens. **Psicologia Argumento**, vol. 25, n.50, p. 291-304, Curitiba, julho-setembro, 2007.

FORMIGA, N. S.; AGUIAR, M.; OMAR, A. Busca de sensação e condutas anti-sociais e delitivas em jovens. **Psicologia: ciência e profissão**, vol. 28, n. 4, p. 668-681, Brasília, dezembro, 2008.

FORMIGA, N. S.; GOUVEIA, V. V. Valores humanos e condutas anti-sociais e delitivas. **Psicologia: teoria e prática**, vol. 7, n. 2, p. 134-170, São Paulo, dezembro, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. [1930] In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Totem e Tabu. [1913] In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GUILHEM, D.; OLIVEIRA, M.; CARNEIRO, M. Bioética, pesquisa envolvendo seres humanos. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, vol. 13, n.1, p. 117-123, 2005.

GUIRADO, M. A psicanálise dentro dos muros de instituições para jovens em conflito com a lei. **Boletim de Psicologia**, vol. 55, n. 124, p. 53-66, São Paul, junho, 2006.

HEIM, J.; ANDRADE, A. G. Efeitos do uso do álcool e das drogas ilícitas no comportamento de adolescentes de risco: uma revisão das publicações científicas entre 1997 e 2007. **Revista de Psiquiatria Clínica**, vol. 35, p. 61-64, São Paulo, 2008.

KAUFMAN, A. Maioridade Penal. **Revista Brasileira de Psiquiatria Clínica**, Vol. 31, N°2, p. 105-106, São Paulo, 2004.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: VANUCHI, P. e NOVAES, R. (org). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LAPLANCHE, J. **Vocabulário de Psicanálise** / Laplanche e Pontalis. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LARANJEIRA, C. A. A análise psicossocial do jovem delinqüente: uma revisão de literatura. **Psicologia em estudo**, vol. 12, nº 2, p. 221-227, Maringá, maio-agosto, 2007.

LEVISKY, D. L. Adolescência. **Reflexões Psicanalíticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MARIN, I. S. K. **Violências**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002.

MARTINS, M. C.; PILLON, S. C. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 24, n. 5, p. 1112-1120, Rio de Janeiro, maio, 2008.

MCDOUGALL, J. **Teatros do corpo: o psicossoma em psicanálise**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MCDOUGALL, J. **Em defesa de uma certa anormalidade**. 3ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

MELMAN, C. O que é um adolescente? In: **O adolescente e a modernidade**. Congresso Internacional de Psicanálise e suas conexões. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

MENIN, M. S. S. Atitudes de adolescentes frente à delinqüência como representações sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 16, n. 1, p. 125-135, Porto Alegre, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008.

NEIVA-SILVA, L.; LISBOA, C.; KOLLER, S. Bioética na pesquisa com crianças e adolescentes em situação de risco: dilemas sobre o consentimento e a confidencialidade. **DST – Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, vol.17, p. 3, p. 201-206, 2005.

OLIVEIRA, C. **Sobrevivendo no inferno**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

OLIVEIRA, C. Quem tem medo da violência juvenil? In: HARTMANN, F.; ROSA Jr., N. C. D. F. (orgs.). **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2005.

OLIVEIRA, M. B.; ASSIS, S. G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 15, n. 4, 831-844, Rio de Janeiro, outubro-dezembro, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

PACHECO, J.; ALVARENGA, P.; REPPOLD, C.; PICCININI, C. A.; HUTZ, C. S. Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-61, Abr., 2005.

PINHO, S. R.; DUNNINGHAM, W.; AGUIAR, W. M.; ANDRADE FILHO, A. S.; GUIMARÃES, K. Morbidade Psiquiátrica entre adolescentes em conflito com a lei. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, vol. 55, n. 2, p. 126-130 Rio de Janeiro, 2006.

POLLI, M. O sujeito na ciência: questões à bioética. **Psicologia & Sociedade**, vol. 18, n. 3, p. 7-15, 2006.

PRIULI, R. M. A.; MORAES, M. S. Adolescentes em conflito com a lei. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 12, nº 5, p. 1185-1192, Rio de Janeiro, setembro-outubro, 2007.

RASSIAL, J. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

RANNA, W. Violência no corpo – violência na mente. In: LEVISKY, D. L. (org.) **Adolescência: pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

RIBOT, G.; MACHADO, M. S. Da errância à transumância: acompanhamento educativo de adolescentes delinquentes. **Estilos da clínica**, vol.10, n.19, p. 60-83, São Paulo, dezembro, 2005.

ROSA, M. D. O discurso e o laço social dos meninos de rua. **Psicologia USP**, vol.10, n. 2, p. 205-217, São Paulo, 1999.

ROSÁRIO, A. B. O mundo do crime: possibilidade de intervenção a adolescentes em conflito com a lei. **Mental** - Ano 2 - n. 2, p. 99-111 - Barbacena - jun., 2004.

RUFFINO, R. Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito. In: RAPPAPORT, C. (coord.). **Adolescência: abordagem psicanalítica**. São Paulo: EPU, 1993.

SCHIMITT, R.; PINTO, T. P.; GOMES, K. M.; QUEVEDO, J.; STEIN, A. Personalidade psicopática em uma amostra de adolescentes infratores brasileiros. **Revista de Psiquiatria Clínica**, vol. 33, n. 6, p. 297-303, São Paulo, 2006.

SCHRAMM, F.; PALÁCIOS, M.; REGO, S. O modelo bioético principialista para a análise da moralidade da pesquisa científica envolvendo seres humanos ainda é satisfatório? **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.13, nº2, p. 361-370, Rio de Janeiro, 2008.

SENA, C. A.; COLARES, V. Comportamentos de risco para a saúde entre adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 24, n. 10, p. 2314-2322, Rio de Janeiro, outubro, 2008.

SCHOEMAKER, D. J. **Theories of delinquency. An examination of explanations of delinquent**. Oxford University Press, Nova York, 1996.

SILVA, D. F. M. **O desenvolvimento das trajetórias do comportamento delinqüente em adolescentes infratores**. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SLAKMON, C. et al. (orgs) **Justiça Restaurativa: coletânea de artigos**. Brasília, Ministério da Justiça, 2005.

SOARES, L. E. et al. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUZA, E. R. et al. Análise temporal da mortalidade por causas externas no Brasil: décadas de 80 e 90. In: MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

STEFEN, M. I. M. Delinqüência: privação, trauma e passagem ao ato. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XIX, n.188, p. 82-86, dez/2006.

TEIXEIRA, M. L.T. Até quando. IN: **Relatório Final do Projeto Medidas Sócio - educativas em meio aberto: O adolescente e o futuro: Nenhum a menos**. Banco Social de Serviços em Psicologia. Conselho Federal de Psicologia. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2005.

VIEIRA, S. Ética e metodologia na pesquisa médica. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, vol.5, n. 2, p. 65-73, Recife, 2005.

VIOLANTE, M. L. V. **O dilema do decente malandro**. São Paulo: Cortez, 1984.

VIOLANTE, M. L. V. **A criança mal-amada**. Estudo sobre a potencialidade melancólica. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

VOLPI, M. **Adolescente e ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1997.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência IV: juventude, violência e cidadania**. Brasília: UNESCO, Instituto Airton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2004.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAPPE, J. G.; RAMOS, N. V. Perfil de Adolescentes Privados de Liberdade em Santa Maria/RS. **Psicologia & Sociedade**, vol. 22, n. 2, p. 365-373, mai/ago, 2010.

ANEXOS

ANEXO A

**DELINQUÊNCIA JUVENIL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL:
DISTÂNCIAS ENTRE ACHADOS CIENTÍFICOS E INTERVENÇÕES CONCRETAS**



Resumo

Neste trabalho, apresenta-se um levantamento bibliográfico a respeito da delinquência juvenil. Objetivando investigar a produção científica nacional da última década, foram selecionados para este estudo 35 artigos publicados nos periódicos das bases de dados de Ciências da Saúde em geral. São também apresentados os aspectos teóricos e metodológicos dos estudos, e os principais aspectos abordados nos trabalhos: instituições de controle social, aspectos sociopsicológicos e individuais, valores humanos, políticas públicas e propostas de intervenção. Em conclusão, destaca-se a necessidade de desenvolvimento de mais trabalhos que abordem o enfrentamento da delinquência juvenil e a interdisciplinaridade como enfoque teórico-prático para lidar com esse fenômeno.

Palavras-chave: delinquência juvenil, institucionalização; adolescência

Introdução

A violência, sério problema de saúde pública, atualmente atinge a juventude de modo particularmente preocupante: é entre os jovens que se encontram as mais altas estatísticas de mortalidade por agressões, assim como são os jovens os mais apontados como autores de agressões, tanto no país quanto na América Latina (KRUG et al., 2002). Os resultados dessa associação – juventude e violência - são graves e abrangentes. Alguns autores apontam que “a dialética letal do matar e morrer abrevia a expectativa de vida, reduz o potencial produtivo da população, representa custos (diretos e indiretos) consideráveis para as famílias e para o sistema de saúde e compromete qualquer projeto de qualidade de vida” (ASSIS; DESLANDES; SANTOS, 2005, p.80). Assim, é um tema que deve ser privilegiado na produção científica, pois o conhecimento acadêmico é necessário para a construção de propostas concretas de enfrentamento desta complexa situação.

A literatura aponta que a realidade dos jovens que são vítimas de violência não difere da realidade dos jovens que se tornam autores de violência. Atualmente, adolescentes são vítimas de violência estrutural e de significativas formas de violência familiar, escolar,

comunitária e social (ASSIS; DESLANDES; SANTOS, 2005). A mortalidade juvenil é um aspecto revelador desta situação, tendo em vista que a proporção de mortes por homicídios na população jovem é muito superior à da população não jovem. Segundo Waiselfisz (2004), a morte por causas externas (acidentes de trânsito, homicídios e suicídios) na população jovem é de 72%, e, dessas, 39,9% referem-se a homicídios praticados contra jovens. Já em relação à população não jovem, a taxa de óbitos por causas externas é de 9,8%, e, desses, os homicídios representam apenas 3,3%. Neste contexto, destacam-se os casos de adolescentes que se encontram em conflito com a lei, cuja realidade não é diferente da realidade dos demais adolescentes, conforme dito anteriormente, pois sujeitos aos mesmos riscos e às mesmas vulnerabilidades. Levantamento realizado em 2004 pelo Ministério da Justiça revelou que existiam 39.578 adolescentes no sistema socioeducativo em função de terem cometido algum ato infracional (BRASIL, 2006a), o que representa uma parcela significativa da juventude brasileira e justifica a necessidade de estudos específicos. Nosso artigo direciona o interesse para os casos de adolescentes que cometem atos infracionais.

No Brasil, a denominação utilizada na legislação pertinente é adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 1990), enquanto o termo delinquência juvenil tem sido internacionalmente utilizado para se referir a esses casos. É importante destacar a inexistência de concordância quanto à nomenclatura mais adequada a ser utilizada. Volpi (1997) discute essa questão, salientando que o aspecto principal a ser considerado é que se trata de adolescentes, ou seja, sujeitos em especial condição de desenvolvimento, devendo-se evitar expressões como adolescente infrator, ou, o que seria pior, menor infrator, pois estas são terminologias com forte conotação ideológica. O termo delinquência juvenil, por sua vez, remete a uma entidade, uma síndrome, ou seja, um quadro relativamente estável, o que também contraria o caráter de provisoriedade da adolescência como um momento peculiar do desenvolvimento. O risco que se corre ao utilizar essas terminologias corresponde à redução da vida e da identidade do adolescente ao ato infracional cometido, aspecto amplamente discutido por Foucault (1997) e que se considera muito pertinente. Apesar disso, o termo delinquência juvenil corresponde ao descritor encontrado nas bases de dados que foram consultadas, de forma que seu uso facilita a busca de textos científicos afins e a própria divulgação do trabalho, sendo então um termo útil do ponto de vista da investigação proposta.

Os casos de adolescentes que cometem atos infracionais têm sido abordados a partir de três níveis de conceitualização: o nível estrutural, o sociopsicológico e o individual, conforme sistematização proposta por Shoemaker (1996, apud ASSIS; SOUZA, 1999). O nível estrutural incorpora as condições sociais, enfatizando a influência da organização social

na constituição do sujeito que comete atos infracionais. Nesse nível, leva-se em consideração a associação entre delinquência e pobreza ou desigualdade social, o que é mais acentuado nas classes populares.

O nível sociopsicológico refere-se às instituições de controle social, como a família e a escola, além de aspectos como autoestima e influência de grupos de pares no comportamento delinquente juvenil. Nesse nível, considera-se a delinquência como resultado de problemas na vinculação social do jovem com instituições como a família e a escola, entre outras, as quais seriam representantes das normas sociais. Nesse sentido, considera-se como fundamental o maior ou menor controle que essas instituições exercem sobre o jovem. Outro aspecto abordado neste nível refere-se à relação entre a autoestima do jovem e a delinquência, considerando-se que esses fatores são inversamente proporcionais, ou seja, a delinquência está relacionada com uma baixa autoestima. No nível sociopsicológico também se considera a relação entre delinquência e a associação de jovens em grupos, entendendo-se que a influência dos pares sobre o jovem e as inter-relações estabelecidas nos grupos são fatores importantes de serem considerados na gênese da delinquência. (SHOEMAKER, 1996 apud ASSIS; SOUZA, 1999).

Por fim, o nível individual inclui aspectos biológicos e psicológicos, privilegiando os mecanismos internos do indivíduo como determinantes para a delinquência. Nesse nível, considera-se que os aspectos biológicos hereditários e as características de personalidade, como a inteligência, podem predispor o indivíduo para a criminalidade. A personalidade pode ser considerada como fundamental para o entendimento da delinquência, pois resulta justamente da interação entre as influências do meio e a bagagem genética individual. Alguns dos atributos de personalidade frequentemente relacionados com a delinquência são: impulsividade, inabilidade em lidar com o outro e de aprender com a própria experiência de vida, ausência de culpa ou remorso por seus atos, insensibilidade à dor de outrem e transgressões (SHOEMAKER, 1996 apud ASSIS; SOUZA, 1999).

Nenhum desses fatores é suficiente de modo isolado para explicar a delinquência, que é considerada um fenômeno complexo, resultado da interação entre os diversos fatores organizados segundo os níveis estrutural, sociopsicológico e individual, descritos anteriormente. Assim, um conhecimento abrangente acerca da delinquência juvenil deve considerar uma análise destes três níveis integradamente (ASSIS; SOUZA, 1999).

As atuais políticas públicas que visam ao enfrentamento desse problema enfatizam a necessidade do trabalho de diferentes áreas do conhecimento e especialidades, através da atuação de equipes técnicas multidisciplinares (BRASIL, 2006a), o que é compatível com a

consideração da delinquência juvenil como um problema complexo e multifatorial. Dessa forma, torna-se relevante investigar o que as diferentes áreas do conhecimento têm produzido acerca da delinquência juvenil: como compreendem o fenômeno da delinquência? Que metodologias de pesquisa utilizam? Quais os resultados que encontram? Quais os métodos de trabalho/intervenção que adotam? Como encaram a necessidade de trabalho em equipe?

Procurando responder a essas questões, realizou-se um levantamento bibliográfico a respeito da produção científica da área da saúde sobre a delinquência juvenil. A partir deste levantamento, obtém-se uma visão geral da produção científica sobre este tema, sendo possível identificar quais aspectos têm sido privilegiados nos estudos, e quais aspectos têm sido pouco abordados, o que é relevante para a formulação de novos trabalhos com o propósito de acrescentar contribuições à produção existente. Este trabalho de levantamento bibliográfico se constitui, portanto, como uma abordagem inicial desta temática, a qual será importante para a definição de abordagens futuras, através de pesquisas de outra natureza.

Método

Objetivando investigar a produção científica nacional da última década (1999 a 2009) a respeito da delinquência juvenil, foram consultados os artigos publicados nos periódicos das bases de dados de Ciências da Saúde em Geral (LILACS, IBICS, MEDLINE e SCIELO). A palavra-chave utilizada para a busca dos textos foi o próprio descritor *delinquência juvenil*. Foram encontrados 122 trabalhos, 40 deles com texto completo disponível *on-line*, sendo 35 deles artigos, os quais foram selecionados para este estudo. Foram selecionados apenas os trabalhos disponibilizados *on-line* em função da facilidade de acesso, e descartados os trabalhos que não eram artigos científicos, pois estes são textos de maior circulação e costumam chegar a um maior número de leitores.

A leitura dos trabalhos seguiu a metodologia proposta por Gil (1999), composta por quatro etapas: leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Na primeira etapa, procura-se entrar em contato com os textos em sua totalidade, para após realizar uma leitura aprofundada das partes que interessam ao trabalho (leitura seletiva). O próximo passo consiste em ordenar e resumir as informações encontradas, identificando-se as ideias-chave dos textos e construindo sínteses (leitura analítica). Na última etapa, a leitura interpretativa, procura-se estabelecer relações entre o conteúdo dos textos pesquisados, agrupando-os e assim conferindo um alcance mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica. Assim, foram analisados os artigos segundo a área das revistas onde os artigos foram publicados, os objetivos e a metodologia dos estudos apresentados. Por fim, foram analisados

quais aspectos têm sido privilegiados nos estudos, quais os principais resultados e as principais conclusões apontadas.

A partir dessa análise, foram classificados os trabalhos segundo os aspectos teóricos e metodológicos apresentados, sendo agrupados os resultados encontrados em quatro categorias temáticas, com a finalidade de sistematizar os tópicos mais abordados nos artigos: instituições de controle social; aspectos sociopsicológicos e individuais; valores humanos e políticas públicas; propostas de intervenção; conforme apresentados a seguir. Para este agrupamento em quatro categorias, considerou-se o principal tópico abordado em cada um dos artigos, sendo cada artigo incluído em apenas uma das categorias.

Resultados

Aspectos Teóricos e Metodológicos dos Estudos

A maioria dos artigos foi publicada em revistas de psicologia e psicanálise (54%), e os demais foram publicados em revistas de saúde pública e coletiva (26%), psiquiatria (14%) e enfermagem (6%). Nesse sentido, pode-se supor que o maior interesse na abordagem da delinquência juvenil como objeto de estudo, é encontrado entre profissionais e pesquisadores da área *psi*. Por um lado, este predomínio pode ser favorável no sentido do desenvolvimento da ciência e da técnica psicológica, por outro, há que se considerar que o reduzido número de artigos das demais áreas pode significar pouco interesse ou dificuldades tanto na compreensão quanto no manejo desses casos. Assim, esse dado pode significar dificuldades para a abordagem interdisciplinar da delinquência juvenil, tanto em termos de compreensão quanto de enfrentamento do problema.

Quanto aos objetivos, a maioria dos artigos constitui-se de estudos que visam compreender a delinquência juvenil (71%), tendo os demais (29%) abordado as formas de enfrentamento deste problema, tanto em termos preventivos quanto em termos das técnicas de trabalho com adolescentes delinquentes. Com relação a esse resultado, percebe-se que há uma defasagem de trabalhos que abordam a atuação prática com relação aos que propõem uma compreensão do fenômeno.

Quanto à metodologia utilizada, os estudos que visam compreender a delinquência juvenil utilizam estudos empíricos (60%), reflexão teórica (24%), revisão de literatura (8%) e estudo de caso (8%). Esse dado é interessante na medida em que mostra que os pesquisadores encontram-se interessados em oferecer uma compreensão do fenômeno a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, o que é favorável no sentido de possibilitar entendimentos abrangentes que favorecem uma abordagem de maior amplitude.

As pesquisas empíricas sobre a compreensão da delinquência juvenil utilizaram diferentes técnicas de coleta de dados. Entrevistas semiestruturadas foram bastante utilizadas, tanto como técnica única quanto associada com outras técnicas (nos estudos de ASSIS; SOUZA, 1999; DELL'AGLIO et al., 2005; DELL'AGLIO; SANTOS; BORGES, 2004; FEIJÓ; ASSIS, 2004; PINHO et al., 2006, entre outros). Também foram adotados questionários (estudos realizados por FORMIGA; GOUVEIA, 2005; MARTINS; PILLON, 2008; MENIN, 2003; SENA; COLARES, 2008; PINHO et al., 2006), inventários (nas pesquisas de CARVALHO; GOMIDE, 2005; DELL'AGLIO et al., 2005), escalas (estudos de BRANCO; WAGNER; DEMARCHI, 2008; FORMIGA; GOUVEIA, 2005; SCHIMITT et al., 2006), técnica de história de vida (estudo de ASSIS; SOUZA, 1999) e Mapa da Rede Social (estudo de BRANCO; WAGNER; DEMARCHI, 2008).

Os trabalhos que abordaram a temática do enfrentamento da delinquência juvenil apresentaram discussões sobre as técnicas de trabalho com crianças e adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade ou institucionalizados. Essas são situações que exigem um manejo técnico específico, que se diferencia das técnicas de trabalho mais tradicionais. Guirado (2006), por exemplo, discute o exercício da técnica psicanalítica numa instituição que atende a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e indica a necessidade de repensar a clínica psicanalítica quando ela se exerce num contexto institucional. Nesse sentido, a autora defende a necessidade de ajustes tanto na técnica quanto na própria teoria, discutindo principalmente os conceitos de transferência e de contexto institucional. Em suma, discute-se a necessidade de se considerar que a transferência que conta como fundamental é aquela feita com a instituição, e não com o profissional que realiza o atendimento, o que é determinante dos sentidos que se constroem para a relação terapêutica.

Delinquência Juvenil e Instituições de Controle Social

Nesta categoria, agrupamos os trabalhos que associam delinquência juvenil e instituições de controle social, como a família e a escola. Nesses trabalhos, considera-se a delinquência como resultado de problemas na vinculação social do jovem com as instituições representantes das normas sociais, sendo fundamental o maior ou menor controle que estas instituições exercem sobre o jovem.

A família enquanto uma instituição de controle social, foi um foco privilegiado nos estudos, que enfatizaram principalmente a existência de fragilidades nas composições familiares de adolescentes que cometem atos infracionais. Esse aspecto será abordado mais

detalhadamente a seguir, pois são apresentados resumidamente alguns dos trabalhos que foram agrupados nesta categoria.

Oliveira e Assis (1999), em um estudo exploratório composto por uma abordagem mista, realizado em três instituições responsáveis pela custódia judicial de adolescentes infratores, demonstraram os efeitos danosos da vida imposta a estes jovens, seja pela família, pela sociedade, pelo judiciário e/ou pelas próprias instituições de custódia. Entre esses efeitos danosos, cita-se o distanciamento do adolescente de sua família, provocado ou intensificado pela institucionalização; o flagrante afastamento do ambiente escolar e o preocupante índice de analfabetismo apresentado pelos internos; as remotas possibilidades de inserção no mercado de trabalho; a precariedade dos recursos humanos institucionais, que reduz a qualidade do atendimento e reproduz uma relação marcada pelo distanciamento, o que eles já vivenciam com relação à família. As instituições de custódia não encaravam o atendimento aos jovens como uma prioridade, funcionando superlotadas, inapropriadas para a socialização, desumanas e descumprindo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação pertinente a esses casos (BRASIL, 1990). Assim, acabavam acrescentando ainda mais danos à trajetória desses jovens.

Rosa (1999) também demonstra como um processo de desqualificação e desvalorização social da família desses jovens propicia rompimentos e leva os indivíduos à rua. Nessas situações, o discurso social, em substituição ao discurso dos pais, é um discurso que evidencia a carência, oferecendo a estes meninos um lugar despido de valor fálico, o que é evidenciado na própria forma como eles eram nomeados: menor abandonado, menor carente. A delinquência, nesse contexto, pode ser entendida como uma tentativa de resgate de algum valor fálico, constituindo-se como única possibilidade de nomeação e de identidade em muitos casos.

Feijó e Assis (2004), ao pesquisarem o núcleo familiar de jovens que cometeram atos infracionais graves, constataram a fragilidade da maioria das famílias, que experimentam uma condição de pobreza e exclusão social; essas famílias encontram-se isoladas do amparo social. Neste estudo, as autoras identificaram que a maioria dos adolescentes é proveniente de famílias divididas, em que os pais se separaram e muitas vezes abandonaram os filhos ou morreram. São famílias em que a infra-estrutura é prejudicada seja em termos financeiros, emocionais ou domiciliares. Entre algumas das vulnerabilidades identificadas nessas famílias, cita-se a desqualificação para o trabalho, o desemprego, o baixo nível de escolaridade, o analfabetismo, a ausência de algum dos genitores, a violência física e psicológica, e problemas de relações interpessoais e de comunicação. Priuli e Moraes (2007) encontraram

dados semelhantes. Eles identificaram situações de vulnerabilidade pessoal e familiar em adolescentes institucionalizados pela prática de ato infracional que, assim, são considerados autores e também vítimas de violência. Foi detectado que a maioria dos jovens residia em uma área cuja precariedade social é revelada pela existência de poucos equipamentos sociais, caracterizando-se por uma maioria populacional de menor poder aquisitivo e baixo nível de escolaridade, e ainda pelo alto coeficiente de mortalidade infantil.

O trabalho de Carvalho e Gomide (2005) também vai nesse sentido. Essas autoras consideram que a família do adolescente em conflito com a lei tem uma forte influência tanto na aquisição e manutenção dos comportamentos infratores quanto na extinção destes comportamentos, de forma que as práticas educativas parentais constituem uma forma de se analisar a aquisição e manutenção desses comportamentos. Assim, as autoras investigaram as práticas educativas parentais em uma amostra de adolescentes em conflito com a lei e seus respectivos pais, e concluíram que se trata de famílias de risco, cujas práticas parentais não favorecem um desenvolvimento saudável. Diante disso, aponta-se a importância da identificação dos estilos parentais exercidos nessas famílias para elaboração de programas de orientação e treinamento de pais.

Além disso, Benhaim (2008) faz uma análise, de cunho mais teórico, da delinquência utilizando a teoria psicanalítica, especialmente enfocando os conceitos de função materna, ilusão e desamparo. É levantada a hipótese de que a problemática delinquente repousa sobre uma falta de ilusão, de forma que o desamparo infantil se transforma em desespero juvenil.

Olhando as instituições de controle social, a partir de um ponto de vista amplo, Branco, Wagner e Demarchi (2008) identificaram as características da rede social dos internos de uma instituição socioeducativa e de suas famílias. A rede social tem um importante papel na compreensão, prevenção e tratamento de jovens delinquentes, sendo a família um aspecto bastante considerado. Entre os resultados, as autoras indicaram que estas redes sociais são falhas, principalmente com relação à escola e ao trabalho. Assim, sugere-se a implantação de medidas educativas e laborais mais significativas para internos de instituições socioeducativas, bem como o desenvolvimento de atividades comunitárias, com vistas a superar essas falhas.

Dell'aglio et al. (2005) também indicam que condições familiares e uma rede social precárias estão associadas à ocorrência de atos infracionais. Esses autores identificaram eventos em diferentes domínios (como maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, repetência escolar, desemprego e morte dos pais) que se constituem em fatores de risco. A hipótese

central destaca que há um ciclo de violência presente na trajetória das adolescentes que antecede a prática do ato infracional.

Dados semelhantes são encontrados ainda por Dell'aglio, Santos e Borges (2004). Ao investigarem a trajetória de vida de adolescentes do sexo feminino que cumpriam medida socioeducativa, encontraram a presença de repetidas rupturas nas relações dessas jovens com seus cuidadores, além de situações de violência intra e extrafamiliar. Assim, as autoras deste estudo concluíram que a falta de estabilidade e a fragilidade dos vínculos estabelecidos durante diferentes fases do desenvolvimento, assim como eventos estressores vivenciados, podem estar associados à manifestação dos comportamentos desadaptativos pelas adolescentes, sendo facilitadores para a entrada na vida infracional.

Delinquência Juvenil e Aspectos Sócio-psicológicos e Individuais

Analisando os trabalhos publicados, podemos observar que alguns construíram sua compreensão teórica do fenômeno levando em conta tanto aspectos sociopsicológicos quanto fatores individuais envolvidos no mesmo, os quais foram agrupados nesta categoria. Quanto aos aspectos sociopsicológicos, consideram-se fatores como autoestima e influência de grupos de pares no comportamento delinquente juvenil e, quanto aos aspectos individuais, consideram-se os fatores biológicos e psicológicos, privilegiando os mecanismos internos do indivíduo como determinantes para a delinquência.

Por exemplo, Assis e Souza (1999), estudando jovens que cometeram infrações e seus irmãos que não cometeram infrações, indicaram que esses jovens diferem sob diversos aspectos. No que tange aos aspectos familiares, as autoras demonstram que os adolescentes que cometeram atos infracionais mantêm imagens mais idealizadas de suas famílias e possuem maiores dificuldades para lidar com perdas familiares e estabelecer um vínculo afetivo mais forte, quando comparados aos seus irmãos que não cometeram infrações. As autoras identificaram também que uma falta de controle familiar estava presente no caso dos adolescentes que cometeram infrações; esses jovens eram, em sua maioria, os caçulas e vistos como os preferidos da família. No que se refere às questões sociopsicológicas, identificaram diferenças tanto na escolha das amigas como em relação às oportunidades de vida, sendo percebidas também diferenças individuais importantes. Entre essas, cita-se, por exemplo, diferenças quanto à autoimagem: enquanto os não infratores se reconheciam como pessoas calmas, tranquilas e conformadas com relação à realidade social, os infratores se reconheciam como arrojados, valentes e rebeldes com relação às dificuldades da vida.

O trabalho de Menin (2003) aborda a temática da delinquência juvenil a partir da teoria de representação social. A autora pesquisou atitudes de adolescentes frente à delinquência, e evidenciou que a forma de avaliação das infrações está relacionada com o gênero e a classe social à qual os jovens pertencem. As meninas e os adolescentes de classes mais baixas tendem a atribuir notas mais altas às infrações que os meninos e os adolescentes de classes mais altas, ou seja, meninas e adolescentes de classes mais baixas tendem a ser mais severos ao julgar a gravidade de uma infração, enquanto meninos e adolescentes de classes mais altas tendem a ser mais tolerantes. Dessa forma, a autora concluiu que as diferenças de avaliação das infrações estão relacionadas com o gênero e a origem social dos sujeitos da pesquisa.

Sena e Colares (2008), ao investigaram as condutas de saúde entre adolescentes em conflito com a lei, concluíram que esses jovens apresentam maiores índices de comportamentos de risco em relação à saúde quando comparados a jovens que não cometem atos infracionais, principalmente relacionados ao uso de substâncias psicoativas e ao exercício da sexualidade. Essas autoras identificaram diversos comportamentos de risco, tais como porte de armas, envolvimento em briga, uso de álcool e tabaco, uso experimental de inalantes e maconha, relação sexual desprotegida e em geral com mais de um parceiro.

O estudo de Facundo e Pedrão (2008), por sua vez, analisou os efeitos dos fatores de risco pessoais e interpessoais sobre o consumo de drogas em adolescentes de bandos juvenis, constatando a importância dos mesmos. Os fatores pessoais de risco que mais contribuíram para o consumo de drogas foram o sexo, a idade e os problemas de saúde mental. Quanto ao sexo, os homens mostraram maior probabilidade para o consumo de drogas. Quanto à idade, identificou-se que, à medida que aumenta a idade, maior é a probabilidade de consumo de drogas e, ainda, que quanto mais precoce for o início do uso de drogas, maior será o consumo e a dependência. Quanto aos problemas de saúde mental, indica-se que quanto maior são os problemas de saúde mental, maior é a probabilidade do consumo de drogas. Quanto aos fatores de risco interpessoais, identificou-se que quanto maior é a relação com amigos sob condutas desajustadas, maior é a probabilidade para o consumo de drogas.

Heim e Andrade (2008) demonstram que o uso de álcool e drogas ilícitas entre indivíduos que estão em situação de risco é alto e precoce em relação a adolescentes que não estão em situação de risco, demonstrando que esta questão é uma parte do problema da delinquência. O estudo sugere a existência de uma relação estreita entre uso e abuso de álcool e drogas ilícitas e delinquência, indicando a necessidade de mais estudos sobre esta relação,

os quais poderiam esclarecer se é o uso e/ou abuso de álcool e drogas ilícitas que induzem ao comportamento delinquente ou o contrário.

Martins e Pillon (2008) buscaram analisar a relação entre a primeira experiência de uso de drogas e o primeiro ato infracional cometido por adolescentes em conflito com a lei. Nesse estudo, os resultados apontaram que os índices do primeiro uso do álcool, cigarro e maconha são elevados e ocorrem concomitantemente com idade média de 12 anos. Com relação aos delitos, os mais praticados são roubo, tráfico de drogas e furto e ocorrem com idade média de 13 anos. Os autores demonstraram que existe uma correlação significativa entre o uso do álcool e da maconha com os atos infracionais, exceto o homicídio, e também que o uso de drogas precede a prática infracional.

A relação entre delinquência e psicopatologia psiquiátrica foi abordada em alguns trabalhos, como no estudo de Pinho et al. (2006). Estes pesquisadores encontraram que 75,2% dos adolescentes que realizaram algum ato infracional preenchem critérios para um ou mais transtornos psiquiátricos. Em quase metade dos casos foi identificada a presença de transtornos em comorbidade, sendo a associação de patologia mais prevalente entre transtornos de conduta e transtornos por uso nocivo de substância psicoativa. Assim, trata-se de mais um estudo que aborda a associação entre uso de substâncias psicoativas e delinquência, neste caso sob a ótica da psicopatologia psiquiátrica.

Pacheco et al. (2005) realizam uma discussão acerca do conceito de comportamento antissocial, que pode ser tomado como um indicador para transtornos mentais específicos e para algumas categorias de problemas comportamentais, sendo então um conceito importante para a compreensão da delinquência. Os autores apontam que o padrão de comportamento antissocial é adquirido na infância, através da interação da criança com a família e o grupo de pares. A delinquência seria, então, um agravamento desse padrão que inicia na infância e, normalmente, persiste na adolescência e vida adulta. Assim, esses autores indicam a necessidade de se identificar como alguns fatores contribuem para a estabilidade de comportamentos ou problemas antissociais na transição da infância para a adolescência.

Schmitt et al. (2006) compararam adolescentes infratores que cometeram crimes graves (homicídio, estupro e latrocínio) com outros adolescentes infratores, buscando identificar diferenças quanto a psicopatia, reincidência criminal e história de maus-tratos. Esses pesquisadores encontraram maior prevalência de psicopatia e de reincidência criminal entre os adolescentes que cometeram crimes graves, e encontraram alta prevalência de história de maus-tratos, mas não houve diferença significativa entre os adolescentes que cometeram crimes graves e os demais, nesse aspecto. Este estudo levanta a possibilidade de existência de

dois grupos distintos de adolescentes infratores: com e sem psicopatia, hipótese que precisa ser mais investigada.

Formiga, Aguiar e Omar (2008), por sua vez, buscaram explicar a delinquência juvenil através do construto busca de sensações. Esses autores encontraram uma relação direta entre a busca de intensidade e de novidades com condutas antissociais e delitivas. Em outro estudo, Formiga et al. (2007) identificaram uma relação positiva entre a busca de sensações de intensidades e novidades e comportamento agressivo físico e verbal, raiva e hostilidade. Esses estudos mostram que traços de personalidade, ou seja, características individuais permitem explicar a conduta juvenil.

Assis e Constantino (2005) apresentaram uma revisão das teorias referentes à prevenção da violência cometida por adolescentes, discutindo como os fatores de risco devem direcionar estratégias de prevenção nos níveis primário, secundário e terciário. Essas autoras abordaram tanto características individuais como sociais envolvidas no fenômeno, mostrando a complexidade do fenômeno. As autoras criticam o direcionamento dos gastos públicos que vão apenas para o policiamento das cidades e a manutenção da segurança nas prisões; essas atitudes, na opinião das autoras, revelam uma crença corrente de que a repressão à violência é a solução para os problemas sociais. No entanto, os autores enfatizam a necessidade de aumentar a preocupação com a prevenção da violência, tema que tem ocupado reduzida parcela de atenção. Os principais fatores de risco para que os jovens envolvam-se com atos violentos são: ser jovem do sexo masculino, apresentar algumas características biológicas e psicológicas, tais como danos neurológicos sutis, impulsividade, hiperatividade, precário controle diante de frustrações, deficiência de atenção e incapacidade de planejamento e fixação de metas, baixos níveis de inteligência, elevada vulnerabilidade e tendência à exclusão social gerada por negligência, abandono, pobreza, criminalidade e violência na família, na escola, na comunidade e na sociedade em geral. Além disso, o fato de pertencer a uma família com laços frágeis seja por precária situação socioeconômica, deficiente supervisão por separação dos pais, ausência da mãe do lar devido ao trabalho ou ao distanciamento da figura paterna, presença de mortes e doenças rotineiras na família tornam o jovem mais vulnerável. Nesse sentido, como indicado na categoria anterior, essas autoras reconhecem que os relacionamentos familiares marcados por agressões físicas e emocionais, precário diálogo intrafamiliar e dificuldades em impor disciplina estão associados à delinquência juvenil. Essas autoras apontam que o jovem pode ainda apresentar problemas escolares (poucos anos de estudo, abandono escolar, desentendimento com professores e colegas, reprovações repetidas) e utilizar drogas, geralmente associado à convivência no

grupo de pares. Nesse sentido, este estudo indica como fatores individuais e sociais acabam se entrelaçando na produção do ato infracional.

Delinquência juvenil, valores humanos e políticas públicas

Nesta categoria, agrupamos os trabalhos que abordaram a questão da delinquência juvenil a partir de um ponto de vista amplo, considerando aspectos de ordem estrutural. Nesse sentido, são descritos trabalhos que enfatizam a influência da organização social na constituição do sujeito delinquente.

Entre esses estudos, citamos o trabalho de Formiga e Gouveia (2005) que propõem a utilização dos valores humanos como um construto que pode contribuir para a predição da violência entre os jovens. Esses autores apontam que o investimento em valores individualistas fomenta maior frequência das condutas desviantes entre os jovens, enquanto o estímulo de comportamentos baseados em normas coletivistas contribuiria para a diminuição das condutas antissociais e delitivas. Nesse sentido, os autores discutem sobre a tendência atual ao individualismo, enfocando valores que priorizam o interesse individual, o que potencializa condutas que se desviam das normas sociais. Assim, chamam atenção para a dimensão social do fenômeno da delinquência.

As políticas públicas voltadas para a infância e adolescência também foram objeto de estudo. Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) problematizam a inserção da Psicologia nessas políticas através do estabelecimento de padrões de normalidade e anormalidade e circunscrição de etapas evolutivas, o que não levaria em consideração as concepções de infância e adolescência como construções sociais, ou seja, datadas geográfica e historicamente. Este estudo critica a posição do psicólogo como especialista perito, na medida em que sua atuação desloca o foco de questões sociais para consideração de aspectos individuais. Nesse sentido, as autoras defendem que o campo das intervenções deve ser assumido como um território político, onde as lutas são cotidianas.

Delinquência juvenil e propostas de intervenção

Nesta categoria, agrupamos os trabalhos que abordaram intervenções relativas à problemática da delinquência juvenil. Em geral, a maioria dos trabalhos compreensivos sugere propostas de intervenção em termos de conclusão dos estudos. Porém, nessa categoria agrupamos apenas os trabalhos que apresentaram a intervenção como o principal foco do estudo. Embora em menor número, com relação aos trabalhos compreensivos, estes trabalhos

mostraram-se importantes, apresentando propostas formalizadas para diferentes níveis de intervenção. A seguir discutiremos alguns desses estudos.

Alguns trabalhos abordaram a importância de intervenções de cunho preventivo. Oliveira e Assis (1999), por exemplo, consideram que as estratégias de prevenção recaem tanto no âmbito público quanto no privado, nas relações sociais interpessoais, interinstitucionais e intersetoriais, uma vez que a delinquência não é apenas fruto da patologia individual, mas também das estruturas e conjunturas socioculturais. Assim, é um problema que deve ser enfrentado pelo conjunto da sociedade, por um conjunto de ações, em diferentes níveis. Essas autoras defendem que a privação de liberdade deve ser restrita a casos extremos, e deve ser rigorosa principalmente quanto à qualidade da assistência prestada. Para isso, sugerem que o atendimento seja oferecido a grupos menores de adolescentes, e que siga uma ótica essencialmente técnica, priorizando-se a oferta de ensino regular e profissionalização. Além disso, sugerem a ênfase em trabalhos comunitários como uma forma mais eficiente de atuar sobre o problema de jovens autores de atos infracionais. Com relação a isso, citam como exemplo um programa desenvolvido na Mangueira, patrocinado pela iniciativa privada e pela própria comunidade, que abrange uma larga faixa etária e mantém em pleno funcionamento atividades pedagógicas, artísticas e esportivas da maior qualidade. Consideram que a produtividade deste programa pode ser expresso pelo ínfimo número de adolescentes desta comunidade que dão entrada em processos judiciais, e sugerem a parceria entre equipamentos do Estado, da sociedade civil e da própria comunidade como uma medida necessária a ser adotada.

Para Assis e Constantino (2005), as estratégias de prevenção devem ser estruturadas com o objetivo de evitar ou minimizar os efeitos dos fatores de risco, amplamente já identificados pela literatura sobre o tema. Assim, as autoras destacam áreas de prevenção que têm mostrado impacto significativo na redução da delinquência juvenil, tais como a intervenção durante a gravidez e infância em famílias que se encontram em situação de risco; a realização de treinamento para pais; programas de prevenção primária dos crimes e da violência realizados em escolas; e intervenções precoces destinadas a jovens infratores que promovam a reabilitação e reinserção social, profissional e familiar.

Bocco e Lazzarotto (2004), ao relatarem sua experiência de trabalho com adolescentes sob a perspectiva da análise institucional, salientam a necessidade de ampliar o olhar voltado para esses jovens. Ressaltam que esses jovens costumam ser percebidos apenas como violentos e ameaçadores. Assim, para que uma intervenção seja bem-sucedida, é preciso rever essas crenças. Elas questionam os lugares e os saberes naturalizados a respeito desses jovens,

buscando pensar novas formas de fazer Psicologia e lidar com este público. As autoras defendem que estes jovens representam um paradoxo. A palavra infração, etimologicamente significa a ação de quebrar. Assim, representa tanto a ruptura com as normas sociais quanto a capacidade criativa de construir algo novo. Assim, a intervenção deve contemplar esse duplo sentido.

Costa (2005), por sua vez, ao discutir as possibilidades efetivas de ações destinadas à promoção de mudanças significativas na vida de adolescentes infratores, aponta para as dificuldades atuais do sistema socioeducativo. A autora observa que experiências bem-sucedidas identificadas no país enfatizam a necessidade de ampliação da escuta psicológica como uma alternativa à busca de condições mais favoráveis ao atendimento das reais necessidades do adolescente.

Guirado (2006) também vê a escuta como um fator importante ao atendimento do adolescente infrator. Essa autora discute a necessidade de repensar a clínica psicanalítica quando ela é feita em instituições diferentes do consultório, defendendo que ajustes devem ser realizados nesse modelo, para que o mesmo se torne efetivo. Assim, a autora discute esses ajustes através dos conceitos de transferência e contexto institucional, os quais conferem especificidade ao trabalho realizado em instituições para adolescentes autores de atos infracionais e interferem no modo como se estabelece a relação terapêutica.

A atenção psicológica como uma intervenção para acolhimento do sofrimento humano em situações de crise também é defendida por Aun, Morato, Noguchi e Nunes (2006). As autoras compreendem a transgressão numa dupla significação: como um espaço de denúncia social de situações de exclusão, e como a busca de modos de ser não instituídos. Partindo dessa compreensão, defendem uma perspectiva clínica segundo a abordagem fenomenológica existencial, voltada para que o adolescente se aproprie de sua história, projetando-se a outras possibilidades: cuidar de ser, responsabilizando-se por si.

Além de aspectos psicológicos, Ribot e Machado (2005) consideram que uma proposta pedagógica deva ser desenvolvida na atenção oferecida ao adolescente infrator. Consideram que uma ação pedagógica inovadora, que segue determinados passos e valoriza o apoio do grupo, de rituais, de valores e de adultos significativos pode auxiliar no trabalho. Esses autores partem do pressuposto de que acompanhar uma pessoa é intervir estando ao lado dela, fazer um trecho do caminho a ser percorrido com ela e apoiá-la em sua evolução, sendo então uma proposta eminentemente interativa.

Costa, Guimarães, Pessina e Sudbrack (2007) descrevem uma metodologia de avaliação familiar numa perspectiva da *Single Session Work*. Esse trabalho é baseado numa

única intervenção, que tem como potencial gerar informação, resgatar vínculos parentais, significar o ato delincente, por ser uma intervenção crítica pontual e que reativa as potencialidades e criatividade tanto do adolescente, de sua família quanto da equipe técnica.

Kaufman (2004) e Amaro (2004) ainda discutem a questão da maioridade penal, criticando as instituições socioeducativas existentes. Esses autores consideram que as mesmas não oferecem um autêntico tratamento ao jovem infrator. Nesse sentido, observam que a mera redução da maioridade penal não resolverá uma situação tão complexa e multifatorial.

Conclusões

A análise dos trabalhos selecionados permitiu obter uma visão panorâmica da produção científica nacional a respeito da delinquência juvenil. De modo geral, pode-se dizer que esta produção é rica e abrangente no sentido de compreender os diferentes fatores que contribuem para levar os jovens a cometer infrações, conhecimento que é fundamental para o enfrentamento do problema.

As conclusões dos estudos analisados neste trabalho descrevem tanto propostas de novas pesquisas quanto de reflexões que podem possibilitar a construção de programas baseados em achados científicos. Observa-se que vários trabalhos indicam a necessidade de implementação de programas sociais que visam ao fortalecimento das redes de apoio (DELL'AGLIO et al., 2005), capazes de identificar fatores de risco e implementar estratégias preventivas às situações de violência e de vulnerabilidade da criança, do adolescente e da família (DELL'AGLIO; SANTOS; BORGES, 2004; LARANJEIRA, 2007). Esses trabalhos apontam também para a necessidade da implementação de programas de acompanhamento que possam trabalhar a longo prazo com as situações de vulnerabilidades e de riscos presentes nas famílias e nos contextos sociais dos quais o jovem e sua família fazem parte (FEIJÓ; ASSIS, 2004, BRANCO; WAGNER; DEMARCHI, 2008). Outras duas medidas consideradas importantes na busca por uma solução do problema da delinquência juvenil são: 1) a criação de espaços efetivos de educação e de trabalho aos jovens (BRANCO; WAGNER; DEMARCHI, 2008); e 2) a prevenção do uso (e abuso) de substâncias psicoativas entre adolescentes e seus familiares (MARTINS; PILLON, 2008).

No que se refere ao atendimento direto do adolescente em conflito com a lei, encontramos sugestões relativas à necessidade de se priorizar trabalhos comunitários em detrimento da internação em instituições (OLIVEIRA; ASSIS, 1999) e à necessidade de estratégias terapêuticas específicas para jovens com transtornos mentais e/ou usuários de

substâncias psicoativas (SCHIMITT et al., 2006, SENA; COLARES, 2008; HEIM; ANDRADE, 2008).

Felizmente, nosso estudo demonstra que possuímos um conhecimento útil para a construção de propostas para o enfrentamento da delinquência juvenil, pois nosso levantamento identificou vários estudos que contribuem para a compreensão da problemática do adolescente autor de ato infracional. Resta saber se estamos construindo e colocando em prática intervenções racionais, ou seja, se estamos levando esses achados em consideração quando formulamos e efetivamos propostas de intervenção, sobretudo em termos de políticas públicas. Infelizmente, o distanciamento entre teoria e prática, ou entre produção científica e atuação política, é identificado e conhecido, principalmente, em países subdesenvolvidos como é o nosso caso. A atual situação das políticas públicas de atendimento a essa população não é das melhores, o que pode ser exemplificado com o fato de que não dispomos de uma Lei de Execução das Medidas Socioeducativas ou ainda com a longa espera pela aprovação do SINASE (BRASIL, 2006a). Sem a aprovação e aplicação dos princípios contidos nesses documentos legais, o atendimento ao adolescente em conflito com a lei tende a continuar apresentando as mesmas dificuldades há muito conhecidas: unidades superlotadas com instalações físicas precárias; ausência ou irregularidades de atendimento jurídico e de saúde; oferta irregular de escolarização e profissionalização, além de espancamentos e maus-tratos físicos e psicológicos (BRASIL, 2006b). Isso tudo em franca oposição ao que apontam os estudos apresentados neste levantamento. Procuramos evidenciar esta questão no próprio título deste trabalho, considerando-se esta uma problemática que necessita ser enfrentada. Assim, estudos que evidenciem essas questões devem ser estimulados.

Identificamos também a necessidade de que as demais áreas da saúde e das ciências humanas, que não apenas a Psicologia e a Psicanálise, sejam estimuladas a produzir estudos a respeito da delinquência juvenil, com vistas a contribuir com a abordagem interdisciplinar do problema. É sabido que o trabalho em equipe constitui-se mais como um desafio a ser enfrentado de que como uma prescrição a ser seguida, pois acarreta algumas dificuldades e problemas. Nesse sentido, a interdisciplinaridade como enfoque teórico e/ou prático também se constitui como questão pertinente a ser mais explorada na literatura científica nacional a respeito da delinquência juvenil.

JUVENILE DELINQUENCY IN NATIONAL SCIENTIFIC PRODUCTION: DISTANCES BETWEEN SCIENTIFIC FINDINGS AND PRACTICAL ASSISTANCE

Abstract

This paper presents a literature review about juvenile delinquency. Aiming to investigate the national scientific production of the last decade, we have selected for this study 35 articles, published in journals of health sciences databases, in general. We present the theoretical and methodological aspects of such studies, as well as the key issues addressed by them: institutions of social control, social psychological and individual values, human values, public policies and intervention proposals. In conclusion, we highlight the need to develop further work to address the issue of coping with juvenile delinquency and the interdisciplinary approach to theory and practice to deal with this phenomenon.

Keywords: juvenile delinquency, institutionalization; adolescence

Referências

AMARO, J. W. F. O debate sobre a maioridade penal. *Revista de Psiquiatria Clínica*. São Paulo, v.31, n.3, 142-144, 2004.

ASSIS, S. G.; DESLANDES, S. F.; SANTOS, N. C. Violência na adolescência: sementes e frutos de uma sociedade desigual. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 10, nº 1, p. 81-90, 2005.

ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. Criando Caim e Abel – Pensando a prevenção da infração juvenil. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.4, n.1, 131-144, 1999.

AUN, H. A. et al. Transgressão e juventude encarcerada: outras versões a partir do plantão psicológico em unidades de internação da FEBEM/SP. *Imaginário*. São Paulo, v.12, n.12, 35-53, junho, 2006.

BENHAIM, M. O materno e a delinquência. *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro, v.11, n.1, 9-16, janeiro-junho, 2008.

BOCCO, F.; LAZZAROTTO, G. D. R. (Infr)atores juvenis: artesãos da análise. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 37-47, Ago., 2004.

BRANCO, B. M.; WAGNER, A.; DEMARCHI, K. A. Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, v.21, n.1, 125-132, 2008.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília - DF, 1990.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília-DF: CONANDA, 2006a.

BRASIL. *Direitos Humanos: um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei*. Brasília-DF: Conselho Federal de Psicologia, 2006b.

CARVALHO, M. C. N.; GOMIDE, P. I. C. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*. Campinas, v.22, n.3, 263-275, julho-setembro, 2005.

COSTA, C. R. B. S. F. É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. UERJ-Rio de Janeiro, n.2, ano 5, 79-95, 2005.

COSTA, L. F.; GUIMARAES, F. L.; PESSINA, L. M.; SUDBRACK, M. F. O. Single session work: intervenção única com a família e adolescente em conflito com a lei. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, vol. 17, n. 3, 104-113, São Paulo, dezembro, 2007.

CRUZ, L.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. M. F. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre, v.17, n. 3, 42-49, setembro-dezembro, 2005.

DELL'AGLIO, D. D.; BENETTI, S. P. C.; DERETTI, L.; D'INCAO, D. B.; LEON, J. S. Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas. *Paidéia*, vol. 15, n. 30, 119-129, Ribeirão Preto, janeiro-abril, 2005.

DELL'AGLIO, D. D.; SANTOS, S. S.; BORGES, J. L. Infração Juvenil Feminina: Uma Trajetória de Abandonos. *Interação em Psicologia*. Curitiba, v.8, n 2, p. 191-198, 2004.

FACUNDO, F. R. G.; PEDRÃO, L. J. Fatores de risco pessoais e interpessoais no consumo de drogas ilícitas em adolescentes e jovens marginais de bandos juvenis. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. Ribeirão Preto, v.16, n.3, 368-374, maio-junho, 2008.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*. Natal, v.9, n.1, 157-166, janeiro-abril, 2004.

FORMIGA, N. S.; AGUIAR, M.; OMAR, A. Busca de sensação e condutas antissociais e delitivas em jovens. *Psicologia: ciência e profissão*. Brasília, v.28, n.4, 668-681, dezembro, 2008.

FORMIGA, N. S. et al. Comportamento agressivo e busca de sensação em jovens. *Psicologia Argumento*. Curitiba, v.25, n.50, p. 289-302, julho-setembro, 2007.

FORMIGA, N. S.; GOUVEIA, V. V. Valores humanos e condutas anti-sociais e delitivas. *Psicologia: teoria e prática*. São Paulo, v.7, n.2, 134-170, dezembro, 2005.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIRADO, M. A psicanálise dentro dos muros de instituições para jovens em conflito com a lei. *Boletim de Psicologia*. São Paulo, v.55, n.124, 53-66, junho, 2006.

HEIM, J.; ANDRADE, A. G. Efeitos do uso do álcool e das drogas ilícitas no comportamento de adolescentes de risco: uma revisão das publicações científicas entre 1997 e 2007. *Revista de Psiquiatria Clínica*. São Paulo, v.35, suppl. 1, 61-64, 2008.

KAUFMAN, A. Maioridade Penal. *Revista Brasileira de Psiquiatria Clínica*. São Paulo, vol. 31, n.2, 105-106, 2004.

KRUG, E. G. et al. *Relatório mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002.

LARANJEIRA, C. A. A análise psicossocial do jovem delinqüente: uma revisão de literatura. *Psicologia em estudo*. Maringá, v.12, n.2, 221-227, maio-agosto, 2007.

MARTINS, M. C.; PILLON, S. C. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.24, n.5, 1112-1120, maio, 2008.

MENIN, M. S. S. Atitudes de adolescentes frente à delinqüência como representações sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v.16, n.1, 125-135, 2003.

OLIVEIRA, M. B.; ASSIS, S. G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.15, n.4, p. 831-844, outubro-dezembro, 1999.

PACHECO, J.; ALVARENGA, P.; REPPOLD, C.; PICCININI, C. A.; HUTZ, C. S. Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 55-61, Abr., 2005.

PINHO, S. R.; DUNNINGHAM, W.; AGUIAR, W. M.; ANDRADE FILHO, A. S.; GUIMARÃES, K. Morbidade Psiquiátrica entre adolescentes em conflito com a lei. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, vol. 55, n. 2, 126-130, Rio de Janeiro, 2006.

PRIULI, R. M. A.; MORAES, M. S. Adolescentes em conflito com a lei. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.12, n.5, 1185-1192, setembro-outubro, 2007.

RIBOT, G.; MACHADO, M. S. Da errância à transumância: acompanhamento educativo de adolescentes delinqüentes. *Estilos da clínica*. São Paulo, v.10, n.19, 60-83, dezembro, 2005.

ROSA, M. D. O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP*. São Paulo, vol.10, n.2, 205-217, 1999

SCHIMITT, R.; PINTO, T. P.; GOMES, K. M.; QUEVEDO, J.; STEIN, A. Personalidade psicopática em uma amostra de adolescentes infratores brasileiros. *Revista de Psiquiatria Clínica*, vol. 33, n. 6, 297-303, São Paulo, 2006.

SENA, C. A.; COLARES, V. Comportamentos de risco para a saúde entre adolescentes em conflito com a lei. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.24, n.10, 2314-2322, outubro, 2008.

VOLPI, M. *Adolescente e Ato Infracional*. São Paulo: Cortez, 1997.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência IV: juventude, violência e cidadania*. Brasília: UNESCO, Instituto Airton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2004.

Data de recebimento:10/07/2010

Data de aceite: 29/09/2010

Sobre os autores: *Jana Gonçalves Zappe* é graduada em psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em criança e adolescente em situação de risco pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Mestre em psicologia pela UFSM. Atualmente, é docente no curso de psicologia da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA) e psicóloga da Fundação de Atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS) e da Prefeitura Municipal de Santa Maria. E-mail: janazappe@hotmail.com
Ana Cristina Garcia Dias é graduada em psicologia pela Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS). Doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em terapia Cognitivo-comportamental pelo Instituto WP (WP/POA). Atualmente é professora titular do Departamento de Psicologia e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail:anacristinagarcias@gmail.com

ANEXO B

TEMAS ABORDADOS NA ENTREVISTA GUIADA

- a. Identidade subjetiva (O que você pode dizer acerca de si/quem és? O que gosta de fazer? O que dá mais prazer? O que mais o aborrece?)
- b. História de Vida (O que você pode dizer acerca de sua história de vida? Pré-história, Infância e Adolescência?)
- c. Identificações (Quem são as pessoas mais significativas em sua vida, na sua história e no momento atual? Por quê?)
- d. Relação com os familiares (pai, mãe, irmãos, família estendida, familiares que são significativos para ele)
- e. Relações extra-familiares: amigos, inimigos, namorada...
- f. Privação de liberdade (entendimento, sentimentos decorrentes e expectativas – tempo e efeitos)
- g. Motivo da internação e significados associados com o ato infracional
- h. Relação entre a história de vida e a privação de liberdade (Se você fosse contar uma história cujo final seria o momento atual de privação de liberdade, como você contaria? Onde começa essa história? Que caminhos ela percorre?)
- i. Projetos de vida
- j. Tatuagens (quando foram feitas, com que motivação e o que significam?)
- k. *Rap Vida Loka* (se conhece, o que significa)

ANEXO C

Depoimento de Um Viciado

Detentos do Rap

São 2 da manhã, eu de calça e blusa/ um tempo frio, do céu cai chuva/ eu sou sozinho
parceiro e é foda/ **com meu destino ninguém mais se importa/ chegar ao ponto que cheguei é lamentável/** estado físico inacreditável/ eu sinto crise, eu sinto convulsão/ é muito triste meu estado, sangue bom/ 30 quilos mais magro, vai vendo/ o resultado é pura essência do veneno/ o vício tira a calma, a cabreiragem me acelera/ o demônio rouba a alma, o inferno me seqüestra/ cadê a luz que vem lá do céu? / cadê Jesus pra julgar mais este réu? / **tenho vontade de morrer constantemente/o descontrole da mente me deixa impaciente, e é foda/** eu saio que nem louco pela rua/ único mano, é o cano na cintura/ **eu preferia ta falando de amor/ falando das crianças, e não da minha dor/ mais eu sou o espelho da agonia de um homem/ sem identidade, caráter, sem nome/ sem Mercedes, Audi ou Mitsubishi/ consumidor da praga do apocalipse/ tão jovem, sem esperança de vida/ tão novo, e já suicida/** são 2 da manhã e faz chuva. O pesadelo ainda continua.

Um dia frio,
Um bom lugar pra ler um livro.
Pensamento lá em você,
sem você não vivo. {depoimento de um viciado}

Eu comecei de forma curiosa/ um cigarro de maconha não era droga/ era o que todo mundo me falava/ experimentei, nem eu mesmo acreditava/ primeira vez, outra sensação/ segunda vez, mó barato, ilusão/ produto

dos sonhos, me sinto mais leve/ enquanto isso meus neurônios fervem/ sentia fome/ sentia a viagem /eu observava de longe as paisagens/ a fumaça me deixava cada vez mais louco/ sem perceber, eu já era o próprio demônio/ segundo passo, veio a cocaína/ morava com minha mãe/ me lembro da minha Felícia/ cheirava comigo sem parar/ 2 loucos 24 horas no ar/ parei com o estudo, perdi até o trampo/ ganhei o mundo, e uma desilusão e tanto/ perdi a minha própria mãe, que trauma/ morreu de desgosto por minha causa/ nem assim eu consegui parar/ **só a morte pode me libertar/** eu roubava pra sobreviver, ou melhor/ pra manter o vício, e não morrer de dó/ Suicídio, e lento era o processo/ eu nunca fui estrela, eu nunca fui sucesso. Contaminado HIV positivo/ Qual a diferença do inimigo pro perigo? Aí/ são 2 da manhã e faz chuva, o pesadelo ainda continua/ Continua ladrão, o pesadelo ainda continua.

Um dia frio,
Um bom lugar pra ler um livro.
Pensamento lá em você,
sem você não vivo. {depoimento de um viciado}

Amigo, aí, eu falei esta palavra/ me desculpa, foi erro, não pega nada/ eu nunca tive amigo nessa porra/ só prejuízo na vida, de ponta a ponta/ mas quem vai se importar, eu sou penas mais um/ aidético viciado, infelizmente comum/ mais um entre mil ou um milhão, ladrão/ escravo desta triste detenção/ eu não sou Rafael e nem a Vera Fischer/ a

minha história, parceiro é mais
 triste/ eu nunca engoli escova de cabelo/
 mas já matei pelo
 crack e por dinheiro/ puta que
 pariu, o inferno me chama/ quem sabe lá
 eu consiga a fama ou
 drama/ ou a lama de fogo eterno/
 condenado à escuridão do inferno/ eu sou
 um louco de intensa a
 coragem/ com o ferro a favor
 do crack/ não sei se a malandragem é
 minissérie ou história/ mas
 sei que a carreira parceiro é
 sem glória/ vou tentar não matar mais
 ninguém/ chega de ser
 refém, eu preciso é do bem/ vou
 entregar a Deus a minha vida/ vou
 acreditar nas palavras da
 Bíblia/ arrependido de todos os
 pecados/ ter conseguido escapar do diabo/

espero que a minha
 história sirva de exemplo/ pra
 quem ta começando, parceiro como eu
 comecei/ que se afaste das
 drogas enquanto há tempo/ pra
 não provar do veneno que eu provei/ **é**
embaçado sangue bom, vai
por mim/ tudo nesta vida tem
um fim/ são 2 da manhã, faz chuva/ eu vou
 orar pela minha alma e
 pela sua/ é madrugada e faz
 chuva/ eu vou orar pela minha alma e pela
 sua.

Um dia frio,
 Um bom lugar pra ler um livro.
 Pensamento lá em você,
 sem você não vivo. {depoimento de um
 viciado}



ANEXO D
 Universidade Federal de Santa Maria
 Departamento de Psicologia
 Programa de Pós-graduação em Psicologia
 Mestrado em Psicologia da Saúde

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Caro adolescente,

Estamos realizando uma pesquisa que busca estudar o caso de adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida sócio-educativa de internação, com o objetivo de entender como o adolescente chega a se envolver com a violência e a prática de atos infracionais. Além disso, estamos interessados em conhecer como esses jovens se percebem e percebem outros jovens que cumprem medida sócio-educativa. Consideramos que esse conhecimento será útil para podermos auxiliar adolescentes que praticam atos infracionais. Para isso, pretendemos conversar com você, através de uma entrevista, para vermos como você está percebendo a sua internação, você mesmo e seus projetos futuros.

A sua identidade será preservada, e sua participação não irá interferir no cumprimento da medida sócio-educativa. Você é inteiramente livre para aceitar participar deste estudo, e poderá encerrar sua participação no mesmo a qualquer momento, inclusive se sentir desconforto e desejar não responder a alguma questão formulada.

A sua participação não acarreta riscos físicos para você, uma vez que não são adotados procedimentos invasivos. Garantimos o anonimato e a confidencialidade das informações prestadas. Da mesma forma, não estão previstos benefícios diretos aos que decidirem participar. Contudo, quem estiver participando do estudo estará auxiliando a compreender como jovens que cumprem medida sócio-educativa se envolvem em atos infracionais e o que eles planejam para seu futuro.

Os resultados serão repassados à instituição, em forma de relatório de pesquisa, assim que o trabalho estiver concluído, contudo o anonimato dos participantes será preservado. Os pesquisadores envolvidos são a psicóloga mestranda Jana Gonçalves Zappe, a psicóloga Cristiane Rosa e Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina Garcia Dias, que é a orientadora desta pesquisa.

Qualquer esclarecimento ou informação adicional pode ser obtido pelo telefone (55) 99697609, ou diretamente no Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM, pelo fone (55) 3220 9362, ou na Avenida Roraima, 1000 – Prédio da Reitoria, 7º andar, sala 702, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS.

Agradecemos sua colaboração.



Eu, _____, aceito participar da pesquisa acima descrita.

 Cristiane Rosa – psicóloga responsável pela aplicação deste termo.

 Jana Gonçalves Zappe – psicóloga autora da pesquisa.

Data: ___/___/_____.

ANEXO E

 <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE Conselho Nacional de Saúde Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa Comitê de Ética em Pesquisa - CEP- UFSM REGISTRO CONEP: 243</p> 
--	---

CARTA DE APROVAÇÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM, reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – (CONEP/MS) analisou o protocolo de pesquisa:

Título: Adolescência, ato infracional e processos de identificação: um estudo de caso com adolescentes privados de liberdade.

Número do processo: 23081.017248/2009-07

CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética): 0349.0.243.000-09

Pesquisador Responsável: Ana Cristina Garcia Dias

Este projeto foi APROVADO em seus aspectos éticos e metodológicos de acordo com as Diretrizes estabelecidas na Resolução 196/96 e complementares do Conselho Nacional de Saúde. Toda e qualquer alteração do Projeto, assim como os eventos adversos graves, deverão ser comunicados imediatamente a este Comitê. O pesquisador deve apresentar ao CEP:

Janeiro / 2011- **Relatório final**

Os membros do CEP-UFSM não participaram do processo de avaliação dos projetos onde constam como pesquisadores.

DATA DA REUNIÃO DE APROVAÇÃO: 19/01/2010

Santa Maria, 27 de janeiro de 2010.



Elisete Medianeira Tomazetti
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-UFSM
Registro CONEP N. 243.

ANEXO F
Desenho do adolescente Igor



ANEXO G

Folhas escritas pelo adolescente Anderson

O meu nome é Anderson e eu estou preso no
 caso há 4 dias que eu estou aqui e eu me
 vou 4 dias de prisão e eu estou preso como diz
 o juiz e ela abriu os meus olhos para
 viver junto com ela e dessa vez vou fazer
 como um homem há quando eu sair daqui
 vou me dedicar a os estudos e vou me dedicar por
 causa dela que eu estou fazendo isso é por
 o meu futuro e eu quero melhorar e por mais
 dois dias mesmo se um dia ela me deixar
 eu vou seguir de cabeça erguida mas não
 vou me deixar batendo feição porque
 imberquei o que ela mesma e se não é
 uma poeta que gosta de sair a noite para
 beber eu vou que ela gosta de eu quei que
 seja junto com ela e ela é calheira
 mas é isso eu estou pensando quanto tempo
 vou a sim meses 4 dias. O hoje há 5
 dias que eu estou preso eu só penso em
 2 cavalos em sair pra rua e em comê a
 hoje eu estou triste e nervoso muito
 tou lá pra poder a porta mas eu não
 pensando se eu resolve a minha mo
 vez e neste momento eu estou chorando
 de não ter a sua presença os cavalos e ela
 O hoje há 6 dias que eu estou preso e
 neste momento estou muito triste de me
 os cavalos não mas eu não tive a minha presen
 nha da minha cabeça
 O hoje há 7 dias que eu estou preso e
 neste momento eu não tenho mais e passei

dia inteiro no dormitório e eu estou
 mesmo fora de si e eu sei eu fiz eu
 alguma coisa eu não fiz eu sei pensar
 que eu sou muito na minha maneira
 se ela está bem e que ela está feliz
 do eu não e eu já sei mais
 que pensar eu sou muito irado nesse
 momento eu sou choroso muito e
 estou bem feliz com ela e ela
 porta eu sou muito feliz com isso por
 que os outros irmãos estão de visi-
 ta mesmo eu também estou comendo
 com ela a que ela gosta porque eu não
 gosto de pensar nela eu não sei que
 está comendo comigo a que ela gosta
 tá mecheu comigo a eu já 10 dias
 que eu estou preso e eu é DOMINGO e eu a
 cordei esta manhã bem de que eu sou
 os dias. a eu é SEGUNDA e eu estou mu-
 to irado por que eu amei a minha mãe
 e a ... não sei se ela tá bem e eu
 12 dia que eu estou e eu não recebi
 notícias dela. a eu já 14 dias que eu sou
 preso e nesse momento e telefonei pra minha
 mãe e ela está muito feliz mais feliz si
 estiveria junto com ela mas como eu
 não sou eu tenho que me contentar com
 ela mas me dá que eu sei da
 que eu não fazer a polícia fazer gente
 viver feliz porque a gente vai morar
 junto como homem e mulher feliz

Ai oje foi 15 dias que eu estou preso mas
 nesse momento não estou agitado
 mas vimos mexer a noite mas não tiro a
 da minha cabeça. Ai oje é SABADO
 e é dia de visita e foi 16 dias que eu estou pre-
 so e dou mes vim a minha visita oje. Ai oje
 de novo não recebi visita a minha mamãe
 de ficou de animar mas não vem porque ela
 está em ponto alegre mas está abalada mas
 não vou deixar isso me atrapalhar porque
 eu quero sair mais cedo do que o melhor
 Ai oje é DOMINGO e foi 17 dias que eu estou
 preso e não sei se vou receber visita
 as não extremamente abalada desde SABADO
 Ai nesse momento estou extremamente pre-
 ocupado com a minha Mãe porque ela
 não sabe está a combater comigo a minha
 mamãe da ligou dizendo que ela está
 preocupada comigo e ela não sabe que eu
 estou preso e eu tenho medo tanto eu
 guria muita chatear por ela tomar remédio
 pro coração e outras coisas Ai e hoje
 e está vindo o DOMINGO e não vai visita
 mas não me a falar de as melhor visita
 Ai foi 18 dia que eu estou preso e es-
 tou todo feliz em combater a minha
 oje estou bem melhor do que SABADO E
 DOMINGO to com palavras na mente os
 mes mas aqueles. Ai oje foi 19 dias que
 eu estou preso oje não fui nem triste nem
 feliz Ai oje foi 21 dias que eu estou

11/1
 hoje e hoje vou ligar para minha mamãe
 da ai hoje eu liguei para minha mamãe se
 dona recordei mas sei que esta
 acontecendo extremamente abalado
 pedalei, pedalei, pedalei a porta mas mãe se houve
 meu pleplema ai foi 22 dias que eu tou pre
 soje depois de remedio comédico igecão
 mas um remedio mas assim medicha melhor
 O que esta acontecendo mas quando penso mãe,
 a mamãe Mãe fico pensando mas du
 mini idade quando penso mas duas de mais eu
 indialba doja quera pedalar, pedalar Sequi
 fui eu que pela, pela ki q' mãe acitara
 pelar i eu seposito?
 Ai 3:00 horas da manhã e não consigo
 dormir pensando na... E da minha
 Ai 03:00 23 dias que tou foressa
 eia ta gozando com sequi dormir se pen
 sando na... e na minha Mãe O que
 mãe dormi a goza São 06:30 se pensando
 na... e na minha Mãe Ai hoje é SAB
 ADO di de visita e eu não tire visita
 de novo. estou meio abalado mais um
 dia triti meu estou comelando mãos dor
 mir jafas 1 di que eu não durmo não que ta
 a comtando comigo ou é por causa da
 minha mamãe ou é pela minha Mãe. eu não
 sei o que esta acontecendo la fora mas elas
 não sabe o que esta acontecendo comigo.
 mas espero que elas estejam bem.

Ai hoje é DOMINGO não recebo visita e
 SABADO que era o dia de eu receber visita
 não recebi de novo estou muito abalado e
 muito irado por dentro de mim mas vou
 tentar me acalmar porque eu fiz a história
 deplorada se vou me atrasar 24 dias que
 eu tou preso mas eu fico pensando no meu
 futuro e tempos finais hoje vou passar
 o dia inteiro no dormitório porque eu fe
 quei medida e eu até agora não tive notícias
 da minha Mãe não sei que ta acontecendo
 Ai chegou a noite estou mesmo abalado
 ainda ai hoje é SEGUNDA foi 25 dias que tou
 preso e agora são 04:00 da manhã com o que
 dormi se até esta hora se penso na minha
 mamorada e na minha Mãe e hoje não to
 tão abalado mais só nesse momento
 estou extremamente nervoso e irritado já foi 25 dias
 que não tenho notícias da minha Mãe
 Ai agora estou mais como são 05:30 da
 tarde e se to pensando na minha Mãe e na
 minha mamorada Ai hoje foi 26 que estou
 preso e a são 04:30 da manhã se penso na
 minha Mãe e na ... e no meu futuro
 se e hoje eu acredito não bem e não mau isto depen
 de da febre quando a febre está agitada
 e cora si agita si ela tá tranquila mais some
 mas a cora fica mais sombria como
 Ai hoje fechando a cora porque quando não seimas não vai
 ter atividade hoje já passei o dia inteiro na sala

de pensando na minha mãe e na minha ma
 merada e pensando quanto eu saí daqui
 que eu vou fazer agora esse momento choram
 de pensando na minha mãe e estou irado
 com minha de mãe com seguri ta perto de
 das falsas que se chamam

A tá hoje eu acordado: 10 da manhã e estou
 meio agitado e faz 27 dia que estou preso
 hoje eu estou irado por causa da minha
 mãe tá hoje acordado que vem pedalar mas dessa
 vez eu não vou mais pedalar tá a gata tá
 05:30 da manhã e tá estou pensando
 na minha vida e no meu futuro 28 dias
 que estou preso tá perto de eu sair
 tá consigo falar com a minha mãe ligou para
 ela tá hoje eu pedalei, pedalei, pedalei agora eu
 não sei como pegar minha e os minutos logo
 consigo mais não vou pedalar mais a mesma
 (momento estou doado) São 04:30 manhã e eu
 não consigo dormir e faz 29 que estou pre
 so pedalei pedalei e a gata não me deslê
 não porque hoje tá pensando nos
 meus filhos e na minha merada tá hoje
 eu estou muito mesmo porque tá hoje eu estou
 pensando nos meus filhos mas mesmo assim
 a minha cabeça está amilhã mas vou tentar
 me controlar se eu fizer tumulto e peço cad
 e daí se eu peço cad se ando de anzema me segur
 iam e imbarado pro mim daí eu não sinto
 sede eu sinto que me comportar aí eu sinto sede

Paralela

Hoje eu tô muito porque o tempo
 não para muito mais fica pensando no
 meus planos que são pra gente não pra
 três o que de mais tá impedido os meus
 ter se tá me ficando com a mas eu tô mi
 is ispeito de qui eles dormei e o escava
 não nesse momento só pensando na minha
 ha mamorada e lá medeu a
 chance de viver uma melhor como um cida
 do de bem faz 30 dias que eu tô pre
 so lá hoje recebi visita da minha mãe está mais
 tranquila porque ela tá bem mas eu não porque
 eu não tô perto dela e da

Lá viverem Sukki da casa os tá me eximen
 to mas agora tá me cuidar mãe e mais deca a sé
 lá e está com saúde da minha mamorada me apetecei
 a e lá mas as plenas a avelas está na mente lá faz
 dois dias que eu tô mais tá com dia sembr e
 dor de barriga mas já tá ficando melhor por eu tô
 tomando água lá hoje tá que i no PA pra tom
 ar banho está muito mais da barriga lá hoje re
 cebi visita de meu pai gente tá com uma il
 sa tá mais legal eu i lá lá hoje tá mais só me
 mas bem tá pensando a minha da mãe e está 31
 dias preso hoje eu tô só pensando na minha
 mamorada lá hoje a noite suspenderá as atividades e us
 preso tô querendo pedalar e eu tô mais pilha lá já
 melhorai da minha dia tá 100% pensando
 melhor hoje recebi visita da minha mãe e

TTT

tuas vezes vai a minha mamorada junto ai
 hoje eu to tendo não sei porque eu to e por causa
 da visita e mais que pillado nervoso ai hoje não
 tenho a minha visita e to pillado e nervoso
 ai hoje eu não pego visita to mesmo qui nervoso
 e to to pensando na minha mamorada ai hoje é
 DOMINGO e venho a minha visita a minha
 Mãe e a meu irmão ai hoje é SEGUNDA feira
 e a pouco eu estava em convulsão por
 causa dos remédios ja to melhor somente
 CHAPADO mas to lepi tantas a visita vai
 medir uma semi liberdade ai hoje eu to com
 juízo não sei se a visita vai medir a semi libe
 ridade em 4 meses fechado e eu to tendo ai
 agora são 05:40 e a inda to nervoso e irado to
 e to pensa na minha mamorada e falta 5 dias
 pra acabar a minha prescrição quero sai de
 se enfermo ai hoje ja 41 dias que eu to preso
 e oji acordei irado e com raiva por dentro
 de mim ai agora é 13:30 e eu estou mais com
 me não to tão irado to to abalado pelo mi
 nha mamorada to com problemas na boca
 e oje vou falar na cela por as outras in
 ternas tem visita tuas vezes vai ter uma TV pra
 olhar mas enquanto isto to pensa na minha ma
 moreira eu gosto muito dela e to quicida que eu
 chamo ela e ela que ta me dando força pra ficar
 firme sem ela não e que seria de mim mas eu to
 pra sair pra sua falta bura e aborrido

ANEXO H
Desenho do adolescente Cristofer

